

**PAULA DE MACEDO SANTOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO  
PROFISSIONAL: a experiência do ProJovem Urbano  
no Município de Mesquita - RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais.

**Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lilian Ramos**

**Nova Iguaçu/RJ**

**Fevereiro 2015**

379.098153

S237p

T

Santos, Paula de Macedo, 1986-

Políticas públicas de qualificação profissional :  
a experiência do ProJovem Urbano no Município de  
Mesquita - RJ. - 2015.

171 f.: il.

Orientador: Lillian Maria Paes de Carvalho Ramos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares.

Bibliografia: f. 156-161.

1. Educação e Estado - Brasil - Teses. 2. Educação  
e Estado - Mesquita(RJ) - Teses. 3. Política pública  
- Teses. I. Ramos, Lillian Maria Paes de Carvalho.  
II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.



**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e  
Demandas Populares (PPGEduc)**

**PAULA DE MACEDO SANTOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: A  
EXPERIÊNCIA DO PROJovem URBANO NO MUNICÍPIO DE  
MESQUITA, RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdade Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação aprovada em 23/02/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lilian Maria Paes de Carvalho Ramos (Orientadora)  
UFRRJ

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lucília Augusta Eino de Paula  
UERJ

Prof. Dr. José dos Santos Souza  
UFRRJ

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que conviveram comigo desde o início do curso até o momento, aos colegas de turma, aos professores e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus.

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe, Tania Regina da Silva de Macedo, pelo apoio, pelo carinho, pela dedicação e pela confiança na minha decisão e esforço.

Agradeço ao meu esposo, Rafael Telles Carneiro, pelo companheirismo e apoio a minha decisão, que soube entender a minha ausência em alguns momentos.

Agradeço ao meu amigo João Paulo Brum pelo apoio nos momentos difíceis.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares que contribuíram de alguma forma para o meu processo de construção do conhecimento.

Agradeço aos membros do GTPS pelo apoio e pelas inúmeras sugestões e críticas ao texto e ao estudo realizado.

Agradeço aos Professores que aceitaram em participar da Banca Examinadora, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Rummert e a Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lucília de Paula, pelas sugestões e críticas que contribuíram para o desenvolvimento desse estudo. Em especial ao Prof. Dr. José dos Santos Souza pelas suas preciosas contribuições ao longo do desenvolvimento desse estudo.

Agradeço à Professora Lilian Ramos, que me auxiliou nesse período de aprendizado, com toda sua atenção e dedicação foi capaz de contribuir para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço aos Profissionais e alunos do ProJovem Urbano de Mesquita que receberam com muito carinho e atenção a minha proposta, pois sem participação deles não seria possível a realização desse estudo.

MACEDO, Paula. **Políticas públicas de qualificação profissional: a experiência do ProJovem em Mesquita – RJ.** Nova Iguaçu, 2015, 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

## RESUMO

Parte-se do pressuposto de que o desemprego da população jovem é um dos desafios das sociedades globalizadas, com postos de trabalho escassos e especializados. O grupo de jovens compõe o segmento mais atingido pelo desemprego também no Brasil. Criase uma população à margem da sociedade. No passado as autoridades adotaram políticas para o controle e a repressão dos jovens via integração precoce ao mundo do trabalho. A partir de 1990, organismos internacionais apoiaram ações de qualificação profissional em diversos países, inclusive no Brasil. Na tentativa de remediar essa situação, foram criadas políticas sociais e educacionais compensatórias, assistenciais e de controle, as quais atuam como mecanismos de perpetuação das desigualdades sociais e educacionais, agindo na manutenção dos interesses da classe hegemônica e do capital. Pensadores críticos sugerem que melhorar as habilidades dos jovens não é garantia de emprego, pois há geração insuficiente de postos de trabalho. Baseado nessa realidade, o objeto deste estudo são as políticas públicas educacionais de qualificação profissional de jovens iniciadas no governo Lula (2003-10), com continuidade no primeiro governo Dilma (2011-14). Políticas destinadas a qualificar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho por meio de programas como o ProJovem, cuja a meta é a qualificação profissional dos jovens que vivem em territórios destituídos dos serviços sociais básicos. De acordo com o discurso oficial, há oportunidades de trabalho, mas faltam profissionais qualificados para assumi-las, atraindo os jovens para participarem de programas como o ProJovem. Entretanto, devido à sua ligeireza e precariedade, estes não garantem uma redução do desemprego juvenil. Diante dessa realidade, propomos uma avaliação dos objetivos das políticas públicas de qualificação profissional e a discussão do atendimento dado às questões juvenis em nosso país, tomando como modelo a experiência do ProJovem no Município de Mesquita na Baixada Fluminense. Utilizamos a análise de material bibliográfico de fontes primárias e secundárias referentes à juventude, políticas públicas e programas de educação profissional. Partimos da hipótese que o objetivo principal desses programas não é qualificar o jovem para o mercado de trabalho, mas conter a possível ameaça que o jovem pobre e desocupado pode se tornar para a sociedade, visto que são desenvolvidos em regiões periféricas. Na busca para conhecer a realidade dos atores do ProJovem em Mesquita, ouvimos alunos e professores, sobre os seus anseios e dificuldades. Buscamos assim levantar os principais problemas relacionados ao Programa na voz de seus usuários, o que confirmou nossas suspeitas iniciais. Esperamos que este trabalho contribua para a construção de novas políticas públicas que realmente atendam as necessidades dos jovens das camadas populares.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; juventude; educação profissional; trabalho docente.

MACÊDO, Paula. Public policies for professional qualification: the experience of Projovem in Mesquita - RJ. Nova Iguaçu, 2015, 150 p. Text classification (Master of Education). Graduate Education Program, Contemporary Contexts and Popular Demands of the Federal Rural University of Rio de Janeiro.

### ABSTRACT

This paper assumes that unemployment of youth is one of the challenges of the globalized societies with its scarce and specialized jobs. In Brazil, as in other countries, youth becomes the group most affected by unemployment and pushed to the margins of society. In the past, authorities adopted policies to control and repress young people through premature integration into the labor market. Since 1990, international organizations supported vocational training activities in several countries. In an attempt to remedy this situation, compensatory social and educational policies were created in Brazil, functioning as mechanisms for the perpetuation of social and educational inequalities, and favoring the maintenance of the capitalist interests of the hegemonic classes. Critical thinkers suggest that improving the skills of young people is no guarantee of employment, because there is insufficient jobs creation for the general population. Based on this reality, the object of this study are the educational policies of vocational training for youth initiated in the Lula government (2003-10), followed by Dilma's first government (2011-14). We aimed at the policies to qualify young people for the labor market through programs such as Projovem, whose goal is the qualification of youth living in areas devoid of basic social services. According to the government discourse, the job opportunities exist but lack qualified professionals to take them, attracting young people to participate in programs such as ProJovem. However, due to its precarious nature, these do not guarantee a reduction in youth unemployment. In view of such reality, we propose a review of public policy goals regarding professional qualification and care given to youth issues by Brazilian government authorities, using the experience of ProJovem in Mesquita, RJ. Our main sources were bibliographical material and analysis of primary and secondary sources relating to youth, public policies and vocational education programs. We conclude that the main objective of these programs is not to prepare youth for the labor market, but to contain a possible threat that poor and idle youth may become to society, because such programs are developed in peripheral and poor regions. During our survey in search for the actual situation of the program, we interviewed ProJovem students and teachers about their hopes and difficulties. In doing so we sought to raise the main problems related to the Program in the voice of its members, and they confirmed our initial suspicions. We hope this work will contribute to the construction of new public policies that truly meet the needs of young people of the lower classes.

**Keywords:** educational policy, youth and professional education; teacher practice.

## LISTA DE SIGLAS

- BEM → Banco de Empregos de Mesquita
- BID → Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CONJUVE → Conselho Nacional da Juventude
- CPI → Comissão Parlamentar de Inquérito
- CSJ → Consórcios Sociais de Juventude
- ECA → Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA → Educação de Jovens e Adultos
- FEBEM → Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
- FHC → Fernando Henrique Cardoso
- FAETEC → Fundação de Apoio à Escola Técnica
- FUNABEM → Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
- IBGE → Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA → Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- GT → Grupo de Trabalho
- LBA → Legião Brasileira de Assistência
- MDS → Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC → Ministério da Educação
- ODM → Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- OEA → Organização dos Estados Americanos
- OIJ → Organização Ibero-americana de Juventude
- OIT → Organização Internacional do Trabalho
- ONG → Organização Não Governamental
- ONU → Organização das Nações Unidas
- PDE → Plano de Desenvolvimento da Educação

PETI → Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PLANFOR → Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD → Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE → Plano Nacional e Juventude

PNPE → Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Juventude

PREJAL → Promoção do Emprego Juvenil na América Latina

PROJOVEM → Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC → Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RPM → Recolhimento Provisório de Menores

SAM → Serviço de Assistência ao Menor

SECADI → Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SENAC → Serviço Nacional de Aprendizado Comercial

SENAI → Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI → Serviço Social da Indústria

SIS → Síntese de Indicadores Sociais

SNJ → Secretaria Nacional de Juventude

UNICEF → Fundo das Nações Unidas para a Infância

VASP → Vagabundos Anônimos Sustentados pelos Pais



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Faixa etária (%).....	56
<b>Gráfico 02:</b> Cor/raça (%).....	57
<b>Gráfico 03:</b> Última série concluída do ensino fundamental (%).....	57
<b>Gráfico 04:</b> Frequência que começou e parou de estudar durante o ano (%) .....	58
<b>Gráfico 05:</b> Frequência de reprovação (%).....	58
<b>Gráfico 06:</b> Idade que teve o primeiro trabalho remunerado (%) .....	59
<b>Gráfico 07:</b> Ano do último trabalho remunerado (%).....	60
<b>Gráfico 08:</b> Contribuição do ProJovem (%) .....	62
<b>Gráfico 09:</b> Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação – 2010 .....	98
<b>Gráfico 10:</b> População residente em Mesquita por faixa etária entre 2000 e 2010 .....	98
<b>Gráfico 11:</b> Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa Etária.....	99
<b>Gráfico 12:</b> Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche por faixa etária .....	100
<b>Gráfico 13:</b> Pessoas de 10 anos de idade ou mais ocupada por posição na ocupação em Mesquita – 2010 .....	101
<b>Gráfico 14:</b> Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividade em Mesquita em 2004 e 2010 .....	101

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>Cap. 1. O PROJOVEM NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE JOVENS NO BRASIL .....</b>	<b>14</b>
1.1. O ProJovem Urbano como Objeto de Estudo .....	18
1.2. Justificativa: Juventude, Trabalho e Emprego .....	23
1.3. Procedimentos Metodológicos .....	33
1.4. Quadro Teórico .....	38
<b>Cap. 2 A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE JOVENS NO BRASIL .....</b>	<b>40</b>
2.1. Histórico .....	41
2.2. O Perfil da Juventude Brasileira.....	46
2.2.1. Os Alunos do ProJovem pelo Brasil.....	56
2.3. A Juventude Brasileira e as Relações de Trabalho .....	63
2.4. Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude .....	75
2.5. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) .....	77
<b>Cap. 3 O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM .....</b>	<b>81</b>
3.1. O ProJovem Urbano .....	88
3.2. Outras modalidades do ProJovem .....	91
3.3. A situação do Jovem no Estado do Rio de Janeiro e em Mesquita .....	97
3.4. O ProJovem em Mesquita .....	103
3.4.1. Escola Municipal Santos Dumont .....	105
3.4.2. Escola Municipal Ernesto Che Guevara .....	110
3.5. Os Profissionais Atuantes no ProJovem .....	117
3.6. A Coordenação do ProJovem .....	129
3.7. Os Resultados do ProJovem em Mesquita .....	140

3.7.1. Escola Municipal Santos Dumont .....141

3.7.2. Escola Municipal Ernesto Che Guevara .....145

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....154**

**BIBLIOGRAFIA .....157**

**ANEXOS**

## INTRODUÇÃO

Há vários anos a questão da juventude me interessa. Esse interesse se intensificou a partir do momento que passei a atuar como docente da Educação de Jovens Adultos (EJA), onde os meus alunos passaram a compartilhar as suas experiências frustradas e vitoriosas de ingresso no mercado de trabalho. Diante dos seus relatos, os alunos sempre faziam o mesmo comentário: “A gente precisa estudar, professora, precisa fazer curso senão a gente não consegue emprego nenhum”. A partir desse momento percebi como a busca por uma oportunidade de trabalho pelo jovem é desgastante. E acabei me lembrando da época em que eu passei por tudo o que eles me contaram.

Assim como eles, eu também acreditava que era preciso estudar, que era preciso se qualificar. Lembrei-me de algumas reportagens que assisti durante a minha busca por uma oportunidade de trabalho, que sempre anunciavam um elevado número de vagas de emprego, mas que não havia profissionais qualificados para assumir essas vagas. Assim como eles, eu me sentia despreparada para o mercado de trabalho, me sentia desqualificada.

Em busca de qualificação profissional ingressei na Universidade do Grande Rio para cursar Ciências Biológicas. Durante a graduação não tive a oportunidade de discutir o tema Juventude, mas após a conclusão do curso tudo mudou. Essa mudança ocorreu a partir do meu ingresso no Curso de Especialização em Educação de Jovens de Adultos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). No curso de Especialização tive a oportunidade de dar os primeiros passos para a discussão das demandas juvenis. Essas discussões me trouxeram muitos questionamentos que não puderam ser respondidos durante o curso de Especialização e acabaram sendo esquecidas.

Na mesma época, eu passei a atuar como docente numa escola estadual do município de Mesquita com turmas da EJA e vivenciei a mesma situação com os novos alunos da EJA, inclusive o mesmo discurso foi repetido. A partir desse momento as minhas inquietações retornaram e com mais vigor, pelo fato de conhecer a fundo tudo o que me eles me relatavam, pois eu também morava naquela cidade e conhecia as dificuldades pelas quais passavam.

Os meus questionamentos encontraram espaço na minha proposta de investigação para o Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da UFRRJ, onde sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Lilian Ramos tive a oportunidade de iniciar o meu estudo.

A crise do emprego na década de 1980 afetou os brasileiros, principalmente os jovens, que completavam os estudos e não tinham espaço no mercado de trabalho. Com o enfraquecimento da economia a pobreza aumentou. Ao longo dos anos a economia volta a crescer e necessita de mão de obra qualificada para assumir os novos postos de trabalho. O Estado começa a investir na qualificação do jovem. A visão a respeito do jovem começa a mudar, já que até aquele momento eram considerados apenas os aspectos negativos.

A gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou o diálogo para a construção de uma política pública para a juventude. Porém, a ideia não se concretizou em ações específicas. Com o início da gestão do presidente Lula da Silva, as questões da juventude foram retomadas.

A juventude ganha relevância nas políticas sociais com a criação de órgãos e programas que atendem as questões juvenis, destacando alguns problemas que afligem os jovens, como a educação e o trabalho. Dentre as ações destacamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), sendo considerado o principal programa de governo destinado à juventude do governo Lula, permanecendo no governo Dilma. Seu objetivo é a conclusão do ensino fundamental, preparação para o mercado de trabalho de acordo com as necessidades locais e ações de cidadania através do envolvimento com a comunidade.

O discurso de que a economia está crescendo, gerando postos de trabalho e necessita investir em qualificação profissional, afeta cada vez mais os trabalhadores, principalmente os jovens. Com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e com poucas vagas, surge a necessidade de qualificar todos os cidadãos com idade economicamente ativa. De acordo com esse discurso, existem vagas de empregos, mas faltam profissionais qualificados para assumirem essas vagas. Como não consegue emprego, o jovem acredita que a culpa por essa situação é dele.

Segundo o governo, a principal necessidade do jovem é a qualificação profissional. Esta seria responsável pela inserção do jovem no mercado de trabalho.

Partindo do discurso governamental, o que impede o jovem de ingressar no mercado de trabalho é a falta de qualificação profissional. Portanto, com os programas de qualificação profissional oferecidos pelo governo, o emprego do jovem estaria garantido.

Na presente dissertação, buscamos discutir a eficiência do programa ProJovem como mediador da inserção dos seus alunos no mercado de trabalho. Para essa discussão tomamos como referência a experiência do ProJovem em Mesquita, através da descoberta das expectativas dos alunos que ingressam no Programa e se essas expectativas são alcançadas na conclusão dele. Dentre essas expectativas destacamos o ingresso no mercado de trabalho dos alunos que participaram do Programa.

Para facilitar a compreensão da realidade do ProJovem em Mesquita, o presente estudo foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo incluímos o ProJovem no contexto das políticas de inclusão de jovens no Brasil, apresentamos o problema e o objeto de estudo da investigação. Apresentamos também os processos metodológicos e o quadro teórico da análise realizada.

No segundo capítulo situamos o ProJovem no contexto da evolução das políticas públicas destinadas aos jovens. Apresentamos o perfil da juventude brasileira e do jovem estudante do ProJovem no Brasil, a proposta de organismos multilaterais como o Banco Mundial e a OIT (Organização Internacional do Trabalho), para a promoção do trabalho ao jovem, através de programas como, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE).

No terceiro capítulo apresentamos o programa de governo ProJovem e suas modalidades. Abordamos a situação do jovem no estado do Rio de Janeiro e Mesquita em relação ao mercado de trabalho. Descrevemos a experiência do ProJovem em Mesquita nas duas unidades escolares. As características dos alunos, suas expectativas ao ingressarem no Programa. Apresentamos também a visão da coordenação e profissionais que atuam no Programa e sua eficiência como mediador ou facilitador do ingresso dos seus alunos no mercado de trabalho formal.

Ao final, encerramos a discussão com a análise do discurso governamental de inclusão de jovens no mercado de trabalho, mediante a participação em programas de qualificação profissional. Esta discussão será baseada na experiência do ProJovem em Mesquita.

## **1. O PROJOVEM NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE JOVENS NO BRASIL**

Com a necessidade de crescimento econômico dos países, após a considerada década perdida de 1980, a visão do jovem como “capital humano” se fortaleceu, de forma que as políticas de capacitação profissional passaram a ocupar um lugar prioritário na agenda pública. Nesse período surgem diversas iniciativas de programas de capacitação profissional, promovidas por organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses organismos, a partir de 1990, apoiaram ações de qualificação profissional em diversos países, inclusive no Brasil (IBASE, 2010, p. 85).

No Brasil as demandas juvenis ganharam força nos anos de 1990, passando a integrar a agenda social do país. Nesse período houve iniciativas de partidos políticos, Igrejas, organismos internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), bancos de desenvolvimento, centros de pesquisa e laboratórios ligados a universidades e algumas ONGs, como a precursora Ação Educativa (NOVAES, 2007a, p. 253).

A partir de meados dos anos de 1990 começaram a surgir no país políticas que tinham como foco os problemas considerados próprios da juventude. Essas políticas eram fragmentadas e com concepções diferentes do que seriam realmente os problemas juvenis. Os objetivos de alguns programas eram baseados nos direitos da criança e do adolescente e na Lei Orgânica de Assistência Social, com programas direcionados à prevenção da violência e envolvimento dos jovens com o crime. Nessa linha multiplicaram-se as iniciativas de qualificação profissional, visando a inserção no mercado de trabalho. No final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, algumas iniciativas públicas passam a contar com instituições da sociedade civil e várias instâncias do Poder Executivo federal, estadual e municipal (NOVAES, 2007a, p. 253).

Nessa época, no Brasil, ainda não havia uma instituição do governo destinada a tratar das demandas juvenis, apenas alguns programas destinados aos jovens e adolescentes, como o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), o Jovem Empreendedor e o Programa Nacional de Educação Profissional de Jovens em Situação de Risco Social, mais focalizados no Ministério do Trabalho. Posteriormente,

o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), criou o Conselho da Comunidade Solidária, que tinha como objetivo realizar parcerias entre o Estado e a sociedade civil para promover, entre outras, ações de “capacitação solidária” entre os jovens (IBASE, 2010, p. 85).

Na gestão do ex-presidente FHC (1995 a 2002), tiveram início algumas ações voltadas para a juventude a partir do seu segundo mandato, em 1999. No final da gestão de FHC e início do novo governo, o tema ganhou destaque, com intenso debate empreendido por organizações da sociedade civil que tinham como alvo o trabalho com os jovens (SPOSITO *et al.*, 2006, p. 241).

A partir dos anos 2000, vários órgãos internacionais, nacionais e setores organizados da sociedade civil passaram a dar mais atenção às questões juvenis, como o “seu desenvolvimento integral e com a necessidade de promover aproximações entre diferentes segmentos juvenis” (IBASE, 2010, p. 115). A Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ) iniciou as negociações para a aprovação da Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude. O desafio foi colocar em prática o que foi acordado na Convenção, de forma a ser reconhecido como tratado internacional. Esse tratado tinha medidas que agiam “tanto para coibir abusos, como para gerar oportunidades para os (as) jovens de cada país e na região” (IBASE, 2010, p. 115).

Com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República em 2003, surge uma mudança de visão em torno da condição juvenil. O novo presidente herdou alguns desafios importantes de difícil resolução. Entre eles, construir uma nova compreensão da juventude brasileira, já que até aquele momento, não havia um referencial para políticas públicas dirigidas aos jovens, sendo estes atendidos por políticas públicas destinadas às outras faixas etárias. No mesmo ano, durante o Seminário Políticas Públicas – juventude em pauta, diversos estudiosos das questões juvenis apontaram para a necessidade de se instaurar uma política pública destinada exclusivamente aos jovens, a exemplo de outros países, configurando uma situação de “atraso” do Brasil em relação aos outros países.

Já que naquele momento, era voz corrente que, no cenário internacional, o Brasil estava atrasado na constituição de políticas públicas de juventude, uma vez que não contava com nenhuma institucionalidade com tal responsabilidade, pois não existia uma secretaria nacional, muito menos um Ministério de Juventude ou algo similar por aqui. Por isso, era importante aprender com as experiências de outros países, especialmente os latino-americanos – conhecer seus acertos e desacertos (PAPA e FREITAS, 2011, p. 8).



A eleição do presidente Lula demarcou um novo patamar de ação do governo federal frente às necessidades juvenis, mudando a visão em torno do jovem, parecendo ser o que faltava para recuperar o atraso brasileiro. E a partir desse momento, a juventude passou a ser reconhecida como um grupo com características específicas e por isso demandando ações específicas, “com base em uma concepção democrática de realização da política e de uma clara defesa dos jovens como sujeitos de direito” (SOUZA, 2009, p. 3), concepção expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

No início do governo Lula, ainda não havia um referencial para políticas públicas dirigidas aos jovens acima de 18 anos. No final de 2003 a Câmara de Políticas Sociais instituída no âmbito da Casa Civil formou vários grupos de trabalho sobre temas transversais que consideravam estar sendo enfrentados de forma inadequada pelo governo federal, entre eles a Juventude (CARDOSO, 2007, p. 33-4).

A partir de 2004, foi iniciado o diálogo sobre a necessidade de se instaurar uma política nacional destinada à juventude. No mesmo ano, junto ao Poder Executivo, por solicitação do Presidente Lula, o então Ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência criou um Grupo Interministerial para examinar as políticas públicas dirigidas à juventude que estavam sendo desenvolvidas naquele momento. Esse grupo de trabalho identificou “a necessidade de criação de um espaço institucional específico para a Juventude” (BRASIL, SNJ, 2013b, p. 9).

Ainda em 2004, o governo federal criou um Grupo de Trabalho – GT Juventude, com dezenove Ministérios e Secretarias Especiais, incluindo técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), coordenado por Iraneth Monteiro e Beto Cury. Esse GT tinha como objetivo criar as bases para a Política Nacional de Juventude (PNJ), através da integração dos programas destinados a essa faixa etária. Dialogando com os subsídios locais e, também, levando em conta a experiência internacional, nascia a PNJ do governo Lula. A PNJ permitiu a criação de órgãos e conselhos específicos nos Estados e Municípios, destinados a discutir exclusivamente as demandas juvenis e propor medidas para atendê-las. Dentre essas demandas, estava promover a inserção do jovem no mercado de trabalho, além de colocar na pauta do Congresso Nacional os marcos legais com a discussão do Estatuto e do Plano Nacional de Juventude (BRASIL, SNJ, 2013b, p. 5).

O GT Juventude elaborou um diagnóstico sobre os programas federais que atendiam aos jovens de alguma forma, que também serviu de base para a construção da PNJ. Com base nas condições de vida dos jovens extraíram algumas metas para as políticas públicas. “A partir desse trabalho, o GT identificou: a necessidade de revisão, de coordenação e de articulação das inúmeras ações que estavam sendo desenvolvidas [...]”. Foi identificada a possibilidade de integração inter setorial que ampliaria a ação pública. Como resposta o governo federal criou novos programas e reformulou os já existentes (CARDOSO, 2007, p. 35).

Em 2005, foi sancionada a lei que regulamentava a PNJ, anunciando que todos os jovens brasileiros de 15 a 29 anos seriam beneficiados por ela (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 74). A PNJ foi lançada sob a ótica da criação de uma política nacional integrada destinada ao jovem, que seja capaz de “romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 13).

A PNJ deveria atuar em regime de parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A PNJ possibilitou a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), “um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho” (NOVAES, 2007a, p. 254-5).

A reformulação das ações destinadas aos jovens implicou na readequação das ações e programas anteriores. Na tentativa de amenizar as desigualdades sociais, o governo passou a patrocinar políticas de inserção de jovens excluídos no mercado de trabalho, através da oferta de programas como o PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), o Sistema e -Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil), o ProJovem, entre outros. Todas essas medidas visavam a expansão da educação profissional pelo país.

No início do governo Lula, o Ministério da Educação informou que a educação profissional assumiria uma posição de destaque no governo, com o objetivo de

reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de

maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2004, p. 2).

Durante o governo Lula, o ProJovem foi o programa que mais destacou na oferta de qualificação profissional para jovens. A sua gestão é compartilhada entre a SNJ vinculada à Casa Civil e os Ministérios diretamente envolvidos (BRASIL, 2006, p. 6).

O ProJovem foi criado, baseado na necessidade de medidas que promovessem a inserção do jovem excluído no mercado de trabalho. O Programa atua no pressuposto de que a falta de qualificação profissional juvenil, é responsável pela sua ausência ou baixa inserção no mercado de trabalho formal. Pensando em melhorar as habilidades dos jovens e torná-lo mais competitivo para o mercado de trabalho, o governo passa em investir em ações de qualificação profissional destinada ao jovem, onde as ações do ProJovem ganham destaque.

De acordo com os documentos que norteiam as ações do ProJovem, o programa foi criado para enfrentar as altas taxas de abandono escolar e desemprego juvenil registradas no Brasil, oferecendo oportunidade de qualificação profissional e de desenvolvimento humano.

Destinado a executar ações educacionais articuladas, que propiciem aos jovens brasileiros, tanto a elevação de seu nível de escolaridade, objetivando a conclusão do Ensino Fundamental, quanto sua Qualificação Profissional inicial para o trabalho, com vistas a estimular sua inserção produtiva e cidadã, bem como o desenvolvimento de ações comunitárias de exercício da cidadania, com práticas de solidariedade e de intervenção na realidade local (BRASIL, 2006, p. 3,4).

As novas exigências do mercado de trabalho colocaram a juventude numa situação de vulnerabilidade, elevando os índices de desemprego e de inserção em oportunidades precárias de trabalho, pressionando o governo a dar mais atenção às questões juvenis. Diante da complexidade que envolve as demandas juvenis e as ações governamentais de qualificação profissional, nos propomos a tomar o Programa de governo ProJovem Urbano no Município de Mesquita como objeto de estudo.

### **1.1.O ProJovem Urbano como Objeto de Estudo**

A análise aqui proposta, parte do pressuposto de que os elevados índices de desemprego juvenil, não são consequência da falta de qualificação dos mesmos, mas das novas exigências impostas pelo sistema capitalista. Pensando em resolver a “falta de qualificação profissional” juvenil, o governo federal sob interferências de organismos internacionais, principalmente a OIT (Organização Internacional do Trabalho), passa a investir em programas de qualificação profissional, como o ProJovem, com o objetivo de qualificar o jovem para o ingresso no mercado de trabalho.

A crise do emprego que atingiu o Brasil na década de 1990 ameaçou a incorporação dos jovens que saíam da escola e buscavam o ingresso no mercado de trabalho. Nesse período de desaceleração econômica, houve o aumento do desemprego e da pobreza, afetando principalmente os jovens de segmentos sociais desfavorecidos economicamente, tornando-os mais propensos ao contato com condutas perigosas (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 21).

A juventude que separa a infância da idade adulta, sempre foi vista como um período problemático da vida, pois nessa fase os jovens estão mais propensos a se envolverem com condutas que podem prejudicar a chegada à vida adulta e a estrutura social vigente. Com a intensificação dos problemas econômicos, a juventude, e principalmente a juventude pobre, se configura como objeto de preocupação, sendo este grupo definido como problema social e político.

Os jovens “desocupados”, que não estudam e nem trabalham são considerados um problema ainda maior. A ociosidade forçada, com excesso de tempo livre se torna perigosa, pois aproxima o jovem de condutas criminosas e ao tráfico de drogas ilícitas (SPOSITO e CORROCHANO, 2005, p. 165). Esse tempo livre é visto como sintoma de perigo, principalmente no caso de ser “jovem, negro e pobre”, pois “essa tríade acompanha muitos jovens como uma maldição” (IPEA, 2008, p. 152). O jovem desocupado é visto como um problema social.

A melhor forma de conter essa ameaça social em potencial é a ocupação do tempo desses jovens com estudo e com trabalho, que atua como uma forma de contenção do jovem de classe popular, já que estariam mais propensos a criminalidade. O trabalho é visto como um fator de disciplinamento para os jovens. Assim, como no século passado, ainda persiste a ideia de que as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco dos jovens das camadas populares. Essa

situação naturaliza a relação *desemprego/pobreza /criminalidade* (IPEA, 2008, p. 149 – grifo nosso).

Com a crise do mercado de trabalho imposta pelo capitalismo, os mais atingidos foram os jovens dos segmentos desfavorecidos economicamente, criando uma massa da população à margem ou com poucas chances de serem incluída nos padrões de desenvolvimento econômico atual. A juventude é o segmento populacional que mais sofre com as novas exigências da sociedade, resultando nos maiores índices de desemprego. “O ideal de empregabilidade proposto pelo capitalismo desmonta a promessa de inserção no mercado de trabalho e compromete a promessa de inclusão social” (ALVES, 2007, p. 1).

Atualmente as empresas buscam um novo trabalhador. As novas exigências de qualificação profissional deixam a par as habilidades técnicas e abrem espaço para as habilidades cognitivas e pessoais. Mudaram as competências valorizadas pelas empresas. Porém, o fato de estarem sendo valorizadas outras competências, não significa que as atividades que serão desenvolvidas necessitam de requisitos cognitivos. Com o excesso da oferta de mão-de-obra escolarizada e qualificada, a escolaridade é um filtro adicional no processo seletivo.

As novas exigências de qualificação profissional e a formação de novas competências dos trabalhadores são consideradas essenciais do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico. O capitalismo procura cada vez mais inserir ciência e tecnologia nos processos produtivos. Essas novas exigências são uma condição para a geração de emprego e renda. São um instrumento de obtenção da disciplina. A educação profissional tem de gerar emprego e renda direcionados ao mercado de trabalho (SOUZA, 2004, p. 3,8).

O discurso do governo de que há vagas de emprego, mas que não existem profissionais qualificados para assumir essas vagas é reforçado pelos recursos midiáticos. Os jovens são os que mais sofrem com esse discurso, já que na maioria dos casos, eles acabaram de sair da escola ou estão com os estudos incompletos, não tem experiência de trabalho ou exercem atividades simples ou até mesmo atividades no mercado informal.

A mídia e o governo querem passar aos brasileiros com idade economicamente ativa, a ideia de que devem buscar cada vez mais qualificações,

através de cursos ou por qualquer outro meio, ou seja, quanto mais certificados tiverem mais qualificados serão, independente do que sejam os certificados. A educação se transformou num investimento. Pensando em ocupar o tempo livre do jovem de classe popular e possivelmente resolver a questão do desemprego juvenil, o governo passa a investir em programas de qualificação profissional. Tais iniciativas são propostas pela OIT para o Brasil e outros países da América do Sul. No Brasil, a partir de um estudo sobre a realidade juvenil em 2009, foi proposta a criação de uma Agenda de Trabalho Decente para a Juventude, tendo como principais objetivos a erradicação do trabalho infantil e aumento das oportunidades de trabalho decente<sup>1</sup> para a juventude. Essas medidas se coadunam com o que foi estabelecido em alguns acordos de cooperação internacional, como o Consenso de Washington de 1989.

Com a perspectiva de inserção dos jovens no mercado de trabalho, o governo federal em parceria com os Municípios passou a oferecer o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que permite, concomitantemente, a conclusão do Ensino Fundamental, um curso de qualificação profissional, formação para a cidadania e um auxílio mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

A oferta de qualificação profissional do Programa é baseada nas necessidades locais. Dessa forma, o jovem desocupado estaria apto a disputar uma vaga de emprego no seu local de moradia. Esses programas, segundo o governo, oferecem ao jovem o que ele necessita, qualificação profissional. Na verdade, Programas como esses não garantem emprego ao jovem. Essa qualificação é uma formação simples, como informa o texto do decreto que regulamenta o ProJovem, em seu artigo 2º: “O ProJovem tem por finalidade executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, qualificação profissional em nível de *formação inicial*” [...] (BRASIL, 2008 – grifo nosso).

Diante da condição de vulnerabilidade da juventude brasileira em relação ao acirramento das políticas sociais e econômicas de inserção no mercado de trabalho, nos propomos a analisar o discurso do governo federal de inserção do jovem no mercado de trabalho, mediante a participação em programas de qualificação profissional, como o ProJovem.

---

<sup>1</sup>Entende-se por trabalho decente a oposição ao trabalho precário.

Parte-se do pressuposto de que todo esse discurso tenta mascarar a realidade pela qual o mercado de trabalho não consegue absorver toda a demanda de desocupados, ou seja, não há vagas para todos independente de estarem qualificados ou não. A competição por uma vaga de emprego se acirra num mercado de trabalho cada vez mais escasso, que não garante a inserção plena de todos. Mesmo que todos estivessem preparados não haveria vagas para todos. A economia cresce ao passo que exclui indivíduos. O desemprego não é um problema do jovem, mas da geração insuficiente de postos de trabalho para a população. Melhorar as habilidades dos jovens não é garantia de emprego e caso acontecesse, poderia ser às custas do desemprego dos trabalhadores adultos, ou seja, aumentaria a concorrência por um número pequeno de oportunidades.

Para investigarmos determinada concepção, tomamos como referência a experiência do programa ProJovem na modalidade Urbano no Município de Mesquita, na Baixada Fluminense.

Para analisar a eficiência do ProJovem Urbano de Mesquita como meio de inserção do jovem no mercado de trabalho, nos propomos a: 1 - Identificar as demandas da população jovem em Mesquita; 2 - Explicitar se o atendimento das demandas pelo Programa é capaz de inserir o jovem no mercado de trabalho; 3 - Explicar o funcionamento e estrutura do ProJovem em Mesquita; 4 - Explicar os pressupostos teóricos e objetivos do Programa; 5 - Identificar as expectativas dos jovens atendidos pelo ProJovem em Mesquita; 6 - Apontar se o Programa é eficiente no atendimento das demandas dos jovens de Mesquita e inserção deles no mercado de trabalho.

O capitalismo transfere a culpa de uma política de mercado que não consegue atender a todos para o cunho individual. Diante do insucesso e fracasso, os jovens assumem a culpa por essa situação, como se fosse uma questão individual e não uma questão da política da exclusão. Acreditam na auto-responsabilização pelo fracasso. Os trabalhadores não são culpados por não conseguirem espaço, numa sociedade que visa o lucro acima de qualquer coisa, onde o trabalhador é um mero instrumento.

Com o mercado de trabalho cada vez mais exigente, há o surgimento do que podemos chamar de um “novo analfabetismo funcional”, onde os trabalhadores mesmos qualificados para realizar determinada tarefa, do ponto de vista do atual mercado de trabalho, essa qualificação é insuficiente. A população está dividida em qualificados e

não-qualificados profissionalmente. A atual realidade do mercado de trabalho se expressa em relações precárias, numa sociedade em crise.

Ao meu ver, o verdadeiro objetivo de programas como o ProJovem, não é qualificar o jovem para o mercado de trabalho, mas conter a possível ameaça que o jovem pobre e desocupado pode se tornar para a sociedade, já que é desenvolvido em territórios destituídos dos serviços mais básicos, onde as ações do Poder Público não atendem as demandas.

Diante da atual realidade, creio que as atuais medidas destinadas aos jovens atuam como um mecanismo de satisfação social, já que os governos “não podem ficar de braços cruzados”, assistindo ao aumento dos índices de violência e de desemprego entre os jovens. Com uma única medida, os jovens são assistidos no aspecto que, segundo o governo, mais necessitam e isto elimina a constante ameaça em potencial representada pelos jovens desocupados de classes economicamente desfavorecidas.

A juventude brasileira mostra a dura realidade do mundo trabalho, que criou uma intensa desigualdade social. Desigualdades sociais que se apresentam numa sociedade que abre oportunidades frágeis, insuficientes para mudanças e inserção no mercado de trabalho. Reproduzindo uma história marcada pela falta de compromisso das autoridades e da sociedade, que tenta remediar a situação com programas assistencialistas e compensatórios.

## **1.2.Justificativa: Juventude, Trabalho e Emprego**

Apenas recentemente que a palavra jovem passou a integrar o texto da lei mais importante do nosso país, a Constituição Federal. O texto foi alterado por meio da Emenda Constitucional Nº 65, de 13 de julho de 2010. “Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude” (BRASIL, 2010).

O Brasil nos últimos vinte anos, investiu em diversas ações de combate a desigualdades socioeconômicas, presentes de forma tão marcante em nossa sociedade. A população brasileira, inclusive a juventude, se beneficiou dessas ações. Apesar de



todos os esforços, muitos direitos ainda são negados a uma parcela significativa da população brasileira. A pobreza e a exclusão social dela decorrente são as principais razões pelas quais a juventude brasileira não vive plenamente sua cidadania, “e um desses fatores é a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho, que está fortemente marcada pelas características sociais estruturantes da desigualdade em nosso país, sejam elas o sexo, a idade, a cor e o território” (BRASIL, MTE, 2013, p. 34).

Durante o processo de conhecimento e reconhecimento da juventude foi enfatizada as experiências específicas dessa geração, suas vulnerabilidades, demandas e potencialidades. As ações para esse segmento se concentraram em projetos sociais voltados para os jovens considerados “em situação de risco”.

Nos anos seguintes, enquanto desdobramento dessas ações e, também, como fruto da atuação de grupos juvenis, em alguns governos locais surgiram as primeiras iniciativas de criação de órgãos de juventude. Tais experiências, entre acúmulos e interrupções, foram colocando na pauta as demandas juvenis e a necessidade de instituir políticas públicas que garantissem a entrada do tema na agenda governamental (BRASIL, 2013 b, p. 9).

Até duas décadas atrás, os jovens brasileiros desfrutavam de políticas públicas destinadas a todas as faixas etárias, não havia um tratamento diferenciado para as questões juvenis. O governo ainda não percebera como, muitos dizem que os jovens são o “futuro do país” (NOVAES, 2007a, p. 253).

No período do assassinato do índio Galdino (1997) por jovens de classe média em Brasília, a associação entre juventude e violência se tornou mais forte. No mesmo período houve casos de rebeliões entre jovens da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) que ganharam destaque na imprensa, induzindo a uma visão perversa dos adolescentes pobres (SPOSITO *et al.*, 2006, p. 241).

O hábito de relacionar o jovem pobre com a violência, intensificado pelos preconceitos veiculados pela mídia, deve ter influenciado os Municípios, já que diversas ações ocorreram a partir desse momento. “No período entre 2001 e 2004, verifica-se a expansão acentuada dos programas direcionados aos jovens (21%), reunindo 64,8% das iniciativas”. Durante esse período houve várias ações em diversos Ministérios, que se articularam para iniciar a construção de uma política pública para a juventude. No final do governo de FHC e início do governo Lula, o tema ganhou destaque, com intenso debate empreendido por organizações da sociedade civil que tinham como alvo o trabalho com os jovens (SPOSITO *et al.*, 2006, p. 241).

O tema Juventude em nosso país passa a ganhar visibilidade a partir dos anos de 1990 por parte do governo e diversos segmentos da sociedade. A partir desse momento, surgem propostas de políticas públicas para a juventude subordinadas ao tema da questão social. A trajetória das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil segue de modo diferente do restante da América Latina. Essas políticas tenderam a permanecer muito mais como “estado de coisas” do que como problemas de natureza política que demandam respostas.

Abad sintetiza as contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000) (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 17 - 8).

Ao longo da história determinadas formulações sobre o segmento da juventude têm sido fortemente reiteradas. Em alguns momentos este é visto como problema que precisa de atenção. “Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas?” (LAGREE, 1999 *apud* SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 19).

A visão da sociedade e do governo sobre a juventude oscila entre o “jovem como uma ameaça que precisa ser contida e como um sujeito em construção que precisa de atenção”. Nesse momento ele ainda é visto como uma questão social.

A questão da vulnerabilidade, do risco e da violência desencadeou ações do Poder Executivo municipal e federal, a partir de meados da década de 90. Ou seja, as políticas de juventude no país não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade, e uma concepção ampliada de direitos – os novos regimes de cidadania, mas como um aspecto da questão social (LONCLE-MORICEAU, 2001 *apud* SPOSITO *et al.*, 2006, p. 242).

No ano de 2005, durante a elaboração da PNJ foi enviado ao Congresso uma proposta com 70 resoluções, sendo 22 prioritárias, como a inclusão da palavra jovem na Constituição Federal, através da PEC da Juventude, a necessidade de se pensar uma legislação específica para o jovem, como o Estatuto da Juventude e o futuro plano nacional de juventude (PAPA e FREITAS, 2011, p. 9).

Essas medidas foram lançadas sob a ótica da criação de uma política nacional integrada destinada ao jovem, que seja capaz de “romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 13). Nesse contexto foi se desenhando a política pública de juventude do país, que segundo o governo, essa experiência acabou “tornando-se muitas vezes referência para outros países” (PAPA e FREITAS, 2011, p. 9).

As mudanças impostas ao mundo do trabalho em nome da globalização, como o aumento da tecnologia nos processos produtivos e as novas organizações trabalhistas, visando a acumulação de capital combinada com a doutrina neoliberal, “provocaram mudanças substanciais que resultaram no aumento da pobreza, do desemprego e do subemprego e na precarização do trabalho”. Esse quadro resultou em crises econômicas e movimentos sociais antiglobalizantes em vários países (MOTTA, 2009, p. 550).

Diante dessa nova realidade, o jovem compõe o segmento populacional que apresenta a maior taxa de desemprego nesse contexto de crise, sendo maior em qualquer país ou em qualquer nível da taxa geral de desemprego, é também o que ocupa o maior número de postos de trabalhos precários no país, o que o torna a principal preocupação das políticas públicas. Diante dessa realidade, podemos dizer que a relação entre juventude e mercado está em crise. Essa crise afeta principalmente os jovens pobres, criando uma massa da população à margem ou com poucas chances de serem incluídas nos padrões de desenvolvimento econômico atual.

As justificativas governamentais para a oferta do programa ProJovem, são baseadas no discurso da falta de qualificação profissional dos trabalhadores e principalmente dos trabalhadores jovens. O discurso é que há vagas de emprego, mas que não existem profissionais qualificados para assumirem essas vagas, principalmente no caso dos jovens. Seria o mesmo que dizer que “no Brasil não havia falta de empregos, mas de ‘empregáveis’” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1095 - destaque do autor).

Segundo as informações veiculadas pelos meios de comunicação, a economia está crescendo e para garantir o sucesso das relações econômicas do mundo globalizado, necessita de mão de obra qualificada. Baseado nesse discurso, o desemprego seria decorrente da falta de qualificação dos trabalhadores, trazendo ilusão

e angústia para os mesmos. A juventude sofre ainda mais com a escassez de oportunidades de trabalho.

Diante do insucesso e fracasso, os jovens assumem a culpa por essa situação como se fosse uma questão individual e não uma questão política ou de ausência de políticas sociais de inclusão. Acreditam na autoresponsabilização pelo fracasso. É nesse momento que os jovens sentem a necessidade de retornar à escola e se matriculam em programas de qualificação profissional como o ProJovem, com o objetivo de se qualificarem, já que estão se preparando para disputar uma vaga de emprego num mercado de trabalho tão acirrado. Essa busca talvez se justifique pelo fato de muitos jovens atribuírem à educação o caminho para uma vida mais digna.

A formação profissional tem sido encarada como uma forma de enfrentar as mudanças impostas pelo mundo do trabalho. A nova ordem econômica é qualificar os indivíduos, inclusive os jovens, sendo este o foco principal da questão, o foco das ações do governo federal destinadas aos jovens e não a produção de novos postos de trabalho em quantidade suficiente para atender toda a demanda.

As políticas de formação profissional têm como objetivo elevar as habilidades produtivas dos jovens trabalhadores, aprendendo técnicas para desenvolver determinadas ocupações e socializarem-se ao mundo do trabalho. São medidas “com vista na adequação do jovem excluído ao novo mercado de trabalho” (SOUZA, 2009, p. 4).

As transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho propõem a criação de uma nova modalidade de trabalhador, aquele que esteja apto a se enquadrar em todas as mudanças impostas ao trabalho pelo capitalismo, tornando-se cada vez mais competitivo. É nesse contexto, que as atuais propostas de educação profissional governamental se situam.

Assim, o termo educação profissional faz referência ao sentido estrito da formação para o trabalho, ou seja, faz referência à qualificação e atualização permanente da força de trabalho escolarizada para o domínio de aptidões técnico-produtivas adequadas ao nível de racionalização do trabalho nas empresas contemporâneas (GONZALES, 2009, p. 9).

Não podemos desconsiderar a questão ideológica implícita nessas ações governamentais, que atuam na “conformação das camadas subalternas com a finalidade de mediar os conflitos de classe e manter a hegemonia do projeto neoliberal” (SOUZA,

2009, p. 4). Sem perceber, os trabalhadores são dominados pelo discurso da falta de qualificação profissional, através de “uma espécie de conformação ética e moral que os tornam sujeitos ativos na construção do consenso em torno do projeto dominante de sociedade” (SOUZA, 2009, p. 5).

A proposição dos programas de qualificação profissional por parte do governo está baseada no que se pode chamar de “fenômeno da pedagogia da hegemonia”. Nesse caso, a vítima toma para si o discurso dominante, ou seja, o discurso governamental de que o desemprego ou a inserção em postos de trabalho precários é de responsabilidade sua, que se dá em consequência da sua falta de qualificação profissional, já que não está de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho (SOUZA, 2009, p. 5).

O tipo de formação profissional oferecida pelo governo é o nível básico de educação profissional e como o nome já sugere é uma formação simples com público-alvo determinado, destinada aos trabalhadores de baixa escolarização. Esse propósito parte do princípio que seria capaz de qualificar ou requalificar o indivíduo, através “de cursos de curta duração, completamente dissociados da educação básica e de um plano de formação continuada” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1096).

Essas medidas, que deveriam diminuir as desigualdades de formação entre as classes, acabam por gerar mais desigualdades, perpetuando as condições sócio-educacionais das gerações anteriores. As políticas públicas deveriam ser destinadas ao bem comum, ao bem de todos os segmentos sociais. Nos questionamos, se podemos chamar de políticas públicas ações que beneficiam apenas uma pequena parcela da população, aquela parcela que pertence as classes econômicas mais favorecidas.

Nesse contexto concluímos que, os mecanismos de conformação social e de alienação foram se sofisticando, principalmente com o aumento do número de iniciativas destinadas a qualificação profissional, sobre tudo a partir de 2003. “Praticamente todos os programas desenvolvidos a partir desta data procuram articular a compensação da carência ou precariedade da formação geral com a preparação para o trabalho” (GONZALES, 2009, p. 7).

A formação profissional oferecida por esses Programas atua “na ótica do capital, que procura impor limites à classe trabalhadora através da socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico – o que configura o monopólio do

conhecimento” (SOUZA, 2009, p. 11). Partindo da lógica imposta pelo capitalismo, existem dois tipos de formação disponíveis para o trabalhador: “a formação manual para a grande massa de trabalhadores e a formação para o trabalho intelectual para uma elite privilegiada” (SOUZA, 2009, p. 11). De posse dos conceitos marxistas, seria o “trabalho simples e o complexo” (MARX, 1996, p. 30).

A nossa realidade social se configura com a seguinte organização: para as classes mais abastadas, maiores níveis de conhecimento e preparação para exercer o trabalho complexo, para as camadas populares, formação deficiente, que não lhe proporcione meios para reconhecer a situação em que vivem e interfiram na estrutura social vigente, preparação para o trabalho simples. O tipo de formação que cada trabalhador receberá, varia de acordo com a classe social a qual pertence, reproduzindo as desigualdades das gerações anteriores, como diz um ditado popular “cada macaco no seu galho”.

Apesar das tentativas de mudanças em relação à oferta de programas de educação profissional no país, essas políticas acabaram seguindo pelo viés do assistencialismo, sem mudanças significativas em comparação às primeiras ações nesse sentido destinadas aos jovens.

No fundo, essa política retoma o fundamento que esteve na origem da educação profissional no início do século passado: formar mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico e educar psicofisicamente os jovens trabalhadores para a divisão social do trabalho, se acomoda à lógica da divisão internacional do trabalho que, historicamente, reduz os trabalhadores a fatores de produção e, em razão disso, torna sua formação um investimento em “capital humano” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1104-5).

A possível falta de qualificação profissional dos trabalhadores foi transformada numa questão de desigualdade social, sendo “reduzida para uma questão de não-qualificação, recaindo toda a responsabilidade para o trabalhador e para o desempenho da escola” (FRIGOTTO, 1986, p. 136). A escola se tornou a responsável pela resolução dessa difícil equação.

Diante dos possíveis problemas de qualificação dos indivíduos, a escola é vista como o meio mais simples para resolver esse problema. A escola ainda não está preparada para atender às novas exigências educacionais, é considerada ineficiente na formação profissional para um mercado de trabalho que exige tantas mudanças. Não é a escola que determina a posição que o trabalhador vai ocupar no mercado de trabalho. Ter um emprego hoje é um mérito, é ser um vitorioso num mercado competitivo, onde

nem todos saem vitoriosos. Não pode ser a escola, a única responsável por selecionar quem terá emprego ou não.

O governo deve assumir a responsabilidade pela atual crise de postos de trabalho insuficientes. Inaugurar novos postos e não mais culpar os trabalhadores por uma situação que é muito mais complexa do que uma simples “falta de qualificação profissional”. Caso fosse apenas esse o problema, seria necessário somente, que os trabalhadores participassem dos programas de qualificação profissional do governo, que logo estariam empregados.

O novo conceito utilizado para denominar o indivíduo adaptado às novas exigências do mercado de trabalho é o conceito de empregabilidade. O conceito de empregabilidade apresenta a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global:

[...] a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho (ALVES, 2002, p. 11).

Segundo esse conceito, o emprego não é mais um direito garantido na Constituição Federal, é uma capacidade individual. Para Gentili (1998, p. 89) “a garantia do emprego como direito social [...] desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece”.

Segundo essa lógica, o trabalhador da atualidade tem de ser capaz de desenvolver diversas atividades que nem sempre se relacionam com o trabalho desenvolvido, tem de ser multifuncional e flexível. “Flexibilidade é estar pronto para trocar constantemente de trabalho, de estar disponível para todas as mudanças, para todos os caprichos dos homens e mulheres de negócio” (DEL PINO, 2002, p. 80).

Com as novas exigências da alfabetização tecnológica, a incerteza do emprego se intensifica (ALVES, 2007, p. 8). Essa incerteza é considerada normal do ponto de vista do mercado. Com tantas pessoas excluídas do mercado de trabalho, a resposta para o emprego de uns e o desemprego de outros pode estar nas virtudes pessoais e não mais na qualificação. As iniciativas pessoais para a resolução de

problemas são encaradas como ponto positivo na hora de escolher quem será contratado. Os preparados profissional e pessoalmente são os beneficiados.

O capital conseguiu frustrar a promessa de inclusão social dos indivíduos à vida moderna, com a economia de mercado demonstrando ser capaz de crescer e muito, excluindo homens e mulheres. Dessa forma se oculta “a natureza tardia do desenvolvimento do capital, a lógica da produção destrutiva e da exclusão social” (ALVES, 2007, p. 5,8).

A nova ordem econômica tem um caráter destrutivo, acarretando desemprego e precarização do trabalho. A necessidade de produção de mercadoria em excesso, por meio de um processo destrutivo, gera uma sociedade de excluídos. As políticas educacionais deveriam utilizar a escola como um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva e ao mercado de trabalho, ao invés disso, a escola foi reduzida à mera instância educativa das massas (ALVES, 2002, p.71).

Nessa perspectiva, a educação é uma mercadoria segundo as capacidades financeiras e interesse de cada um, está perdendo o seu caráter de direito. A nova política de mercado quer transferir a educação da esfera do direito para o de mercadoria. Tal comportamento também é observado em relação ao emprego, que mesmo sendo um direito social assegurado por lei está se transformando numa capacidade individual para disputar as poucas vagas que o mercado de trabalho oferece.

Educação agora é sinônimo de preparação para o mercado de trabalho. A escola deve tornar seus alunos empregáveis, oferecendo cursos que se adequem as novas exigências da modernidade. Por meio de um conjunto de saberes e competências (através de cursos, etc.) o indivíduo estaria apto para competir por uma vaga de emprego. Atualmente, a educação é um investimento no capital humano individual (ALVES, 2002, p. 71).

De acordo com essa visão, a educação será responsável pela democratização num mercado de escolhas com oportunidades restritas. A economia globalizada necessita de profissionais que atendam as novas exigências de habilidades e cabe à educação realizar esse milagre. O profissional desejável/empregável deve ter conhecimento tecnológico, ser criativo e ter boas relações interpessoais. A globalização é utilizada como pretexto para justificar as prioridades educacionais, para justificar a qualificação,



que pode ser entendida como a totalidade de conhecimentos e capacidades, incluindo os padrões de comportamento e aptidões adquiridos pelos indivíduos no decurso do processo de socialização e ensino. Ora, isto significa que no conceito estão embutidas dimensões sociais além das profissionais, abrangendo competências técnicas e sociais que atendem a requerimentos relativos a conhecimentos e a expectativas comportamentais (PAIVA, 2002, p. 61).

Não é possível resolver a crise do emprego dentro da escola, já que não existem políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, “mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis” (DEL PINO, 2002, p. 79-0).

As rápidas mudanças nos requisitos considerados importantes para a contratação de um trabalhador aceleram a demissão daqueles que não se enquadram naquele perfil. Sobra mão de obra o que gera marginalização, pode-se até dizer exclusão social. Esse movimento de exclusão é crescente. A elevação da produtividade necessita de máquinas e reduz os postos de trabalho. A força de trabalho humana se tornou precária. O excesso de mão de obra qualificada disponível acarreta a competição. São necessários novos conteúdos, produzindo uma nova cultura do trabalho.

A competição por uma vaga de emprego se acirra num mercado de trabalho cada vez mais escasso, que não garante a inserção plena de todos. Mesmo que todos os indivíduos fossem qualificados, os mesmos não seriam incorporados ao mercado de trabalho, pois não há vagas. O mercado não é para todos. “A economia cresce e exclui indivíduos. Acaba com a promessa de inclusão social. O trabalhador é um instrumento de controle e manipulação do trabalho. Marcuse denomina essa situação como crise da promessa integradora” (ALVES, 2002, p. 11,70).

Como nem mesmo, a participação nos programas governamentais de inserção no mercado de trabalho garante um emprego, inferimos que isso significa que o problema é muito maior do que parece. Segundo Gonzales (2009, p. 122), “é questionável a eficácia das políticas de formação profissional”, demonstrando que a formação oferecida é deficiente e há a “geração insuficiente de postos de trabalho para abrigar toda a população trabalhadora”. Nesse sentido, sem aumentar o número de postos de trabalho e com o aumento das habilidades dos jovens, eles estariam disputando as vagas com os trabalhadores adultos, aumentando a concorrência por um número pequeno de oportunidades.

Em um contexto de desemprego em alta, a oferta de formação profissional é essencialmente compensatória, pois na melhor das hipóteses diminuirá a desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor “empregabilidade” (GONZALES, 2009, p. 122).

O capitalismo transfere a culpa de uma política que não atende a todos para o plano de indivíduo, ou seja, culpabiliza a vítima pela sua situação, transferindo do social para o individual a responsabilidade por sua inserção profissional. As mudanças no mercado de trabalho criaram divisões de gênero, idade e qualificações, produzindo uma nova divisão, que separa os incluídos e os excluídos no mercado formal.

A inserção profissional depende do sucesso educacional e da capacitação para o trabalho. Cresceu o abismo entre aqueles que estão capacitados e aqueles que não estão. Os desempregados têm que procurar uma forma de se requalificarem e por isso buscam a escola. Entretanto, sabe-se que a requalificação não garante uma vaga no mercado de trabalho, pois não há empregos para todos.

Esses cursos de qualificação profissional, como o ProJovem, podem favorecer a entrada do jovem no mercado de trabalho, mas não são garantia de uma redução significativa do desemprego juvenil. O desemprego não é um problema do jovem, mas da geração insuficiente de postos de trabalho para a população. Assim sendo, apenas melhorar as habilidades dos jovens não garante sua empregabilidade.

A culpa de todos os cidadãos com idade economicamente ativa não estarem empregados é da política de exclusão proposta pelo capitalismo em nome da globalização. Apesar de todos os esforços dos trabalhadores em buscarem qualificação, como dizem fazerem “o dever de casa”, os processos de exclusão permanecem. “A promessa de que a riqueza ‘derramaria’ pelos setores mais pobres do mundo não foi cumprida, ao contrário, a pobreza foi globalizada” (STIGLITZ, 2003 *apud* MOTTA, 2009, p. 559).

Com as atuais propostas dos programas de formação profissional, que foram reduzidas a capacitações precárias, descontínuas e que pouco valor agregam a vida dos jovens, mesmo com o aumento dos postos de trabalho, ainda permaneceria a divisão entre ricos e pobres, já que a formação recebida por eles é defasada perpetuando as diferenças de classe.

Para Gentili (1998), além do trabalho ter perdido a sua condição social de direito, a educação também passou a assumir uma nova condição perante aos ideais

capitalistas. Nessa nova modalidade de educação, as pessoas devem ser educadas para o desemprego, ser educadas para se manterem desempregadas e assim aumentar o exército de reserva, que será composto por pessoas que nunca serão incluídas no mercado de trabalho formal.

Educar para o emprego levou ao reconhecimento (trágico para alguns, natural para outros) de que se devia formar também para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla 'trabalho/ausência de trabalho' num matrimônio inseparável (GENTILI, 1998, p. 89).

Nesse cenário, apesar das políticas de formação profissional não afetarem definitivamente o desemprego juvenil, diferente do discurso governamental, essa formação ainda pode limitar a rotatividade de empregos e permitir aos jovens, buscar melhores ocupações e subsidiar uma carreira no futuro. A qualificação por si só não é suficiente, pode ser apenas uma facilitadora no processo de inserção no mercado de trabalho. Diante de uma situação em que predominam empregos precários, baixa remuneração e mesmo assim nem todos têm acesso a essas condições, surge a necessidade da expansão do emprego como oportunidade de inclusão social. Como bem observa Martins (1997), “o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um momento transitório” (DAYRELL, 2007, p. 171).

### **1.3.Procedimentos Metodológicos**

Esta dissertação, pretende contribuir para o conhecimento da dinâmica de implementação e dos possíveis resultados do programa ProJovem Urbano em Mesquita, possibilitando a construção de novos conhecimentos. A partir da experiência no Município de Mesquita, reconhecer quais são as expectativas dos jovens ao ingressarem no Programa e como a participação nele interfere no seu ingresso no mercado de trabalho. A investigação realizada em Mesquita pode ser considerada como parte da realidade do Programa a nível nacional.

A proposta de investigação aqui apresentada pode ser classificada na categoria de uma pesquisa básica, de análise qualitativa e quantitativa, de caráter

explicativo. A análise qualitativa proporciona um entendimento mais amplo e particular da realidade investigada, enquanto que a análise quantitativa proporciona o reconhecimento da funcionalidade do Programa através de dados estatísticos.

A metodologia adotada é baseada no Ciclo de Políticas que é estruturado em três contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Dessa forma, a nossa interpretação da realidade investigada propõe uma postura interpretativa da realidade durante o processo investigativo.

Mesmo adotando a metodologia do Ciclo de Políticas, foram adotados diferentes procedimentos técnicos o que dificulta uma classificação precisa e por isso preferimos descrever os instrumentos de coleta de dados e os objetivos ao escolher cada um deles.

A estratégia para a coleta de dados foi baseada na: a) revisão de literatura sobre as políticas públicas para a juventude e políticas públicas de qualificação profissional no contexto do sistema capitalista; b) entrevista semiestruturada com um Professor e com um dos Coordenadores do ProJovem; c) relatos de experiências dos profissionais que atuam nas unidades escolares que oferecem o Programa; d) aplicação de questionários com questões abertas e fechadas aos alunos do ProJovem; e) análise de documentos oficiais do governo federal referentes ao ProJovem.

Em março de 2014 foi realizado o primeiro contato com os alunos do ProJovem em Mesquita, através do preenchimento de um questionário com questões abertas e fechadas em sala de aula e durante a aula de um Professor que disponibilizou o seu horário. Esse contato teve como objetivo descobrir quais eram as expectativas dos alunos em relação a sua participação no ProJovem, ao ingressarem no Programa. A aplicação dos questionários ocorreu em dias diferentes, buscando a participação do maior número de alunos frequentadores. Nesse período havia uma média de cinquenta alunos matriculados em cada núcleo, mas o número de alunos frequentadores era bem menor, sendo 28 alunos no núcleo Santos Dumont e 40 alunos no Ernesto Che Guevara. Dentre os 68 alunos frequentadores, 61 alunos responderam aos questionários, o que corresponde aproximadamente a 89% dos alunos.

No início do processo de aplicação dos questionários, foi explicado aos alunos, qual era a proposta da investigação e a importância da participação deles para a contribuição da nossa análise. Também foi esclarecido que a investigação seria

realizada por uma pessoa que residia no mesmo Município que os alunos e trabalhava numa Escola Estadual próxima a uma das escolas pesquisadas. Essas informações criaram um clima de tranquilidade e espontaneidade durante a aplicação dos questionários, possibilitando o diálogo entre o pesquisador e os alunos, que fizeram perguntas, comentários a respeito do ProJovem e sua participação no Programa, complementando as respostas do questionário verbalmente. Esse clima de tranquilidade foi confirmado no momento da análise dos questionários, onde encontramos “carinhas” e *kkk* em algumas respostas.

O segundo contato com os alunos ocorreu em dezembro de 2014, próximo ao período de encerramento das atividades daquele semestre e do Programa. Nesse segundo contato, novos questionários foram aplicados aos alunos, também com questões abertas e fechadas com o objetivo de verificar se as expectativas dos alunos em relação ao Programa foram alcançadas. Principalmente como o ProJovem auxiliou ou não na conquista de uma oportunidade de emprego pelos alunos, verificando se houve casos de inserção dos alunos no mercado de trabalho mediante participação no ProJovem. Através dessas informações foi possível verificar a efetividade das ações do ProJovem Urbano em Mesquita para inserir o jovem no mercado de trabalho.

Nessa segunda etapa foram realizadas diversas visitas às escolas buscando a participação de todos os alunos do Programa, inclusive no dia de avaliação do Programa, o que possibilitou comprovar que o número de alunos frequentadores é menor que o número de alunos matriculados no Programa, ou seja, 18 alunos matriculados no núcleo Santos, sendo 14 alunos frequentadores e 25 alunos matriculados no núcleo Ernesto Che Guevara, sendo que apenas 19 alunos eram frequentadores. Diante disso, podemos afirmar que todos os alunos frequentadores do Programa nesse período participaram dessa segunda etapa, o que corresponde a 100% dos alunos.

Os profissionais que atuam no ProJovem em Mesquita também foram ouvidos, tendo como objetivo buscar uma melhor compreensão da dinâmica do Programa e das relações estabelecidas entre os alunos e os profissionais que nele atuam.

O Professor de Administração do Programa participou de uma entrevista semiestruturada representando o corpo docente que é composto por oito profissionais. Além dele mais quatro professores que atuam no Programa também participaram do estudo por meio de relatos de experiências.

Os relatos de experiências aconteceram nos dois Núcleos do ProJovem com os Professores reunidos na sala dos professores. No Núcleo Che Guevara participaram as Professoras de Ciências e Participação Cidadã do Programa e no Núcleo Santos Dumont participaram os Professores de Qualificação Profissional e Inglês. Inicialmente todos os profissionais participariam do estudo por meio de entrevistas, mas alguns profissionais não se sentiram à vontade em participar do estudo dessa forma e por isso adotamos o relato de experiência para os demais Professores. Dessa forma, todos os participantes tiveram a oportunidade de explicar o trabalho desenvolvido por eles e a dinâmica das aulas do Programa, de contar um pouco da sua experiência no Programa e as relações estabelecidas com os alunos, suas expectativas e opiniões em relação ao Programa. E como o ProJovem auxilia na conquista de uma oportunidade de emprego pelos alunos, de forma que todos os profissionais participantes contribuíssem com informações preciosas a respeito do ProJovem em Mesquita.

A profissional que atua como Inspectora de Alunos no Núcleo Santos Dumont também participou do estudo na forma de relato de experiência, contribuindo com importantes informações a respeito do ProJovem e dos alunos atendidos pelo Programa, em função da relação que foi estabelecida entre ela e os alunos do Programa.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com um dos Coordenadores do Programa, que podemos considerá-la como uma Coordenadora Pedagógica do ProJovem, que atua nas duas unidades escolares em que o Programa é oferecido. Com o Coordenador Geral ou Executivo não foi possível realizar entrevista em função das diversas atividades que exercia no momento do estudo.

A análise de fontes bibliográficas primárias, como os documentos governamentais norteadores da implantação do ProJovem, nos permitiu identificar os objetivos e proposições do Programa, estabelecendo um paralelo entre o discurso governamental e a realidade prática, buscando a compreensão do fenômeno investigado. O percurso analítico adotado será baseado no discurso governamental, apoiado pelos documentos oficiais e informações obtidas com a investigação do ProJovem no Município de Mesquita.

Para nortear a análise da implantação de políticas públicas de qualificação profissional destinadas à juventude como o ProJovem, adotamos a abordagem do ciclo de políticas.

A implantação de uma política nacional em qualquer nível da esfera governamental, não é realizada em uma única etapa, mas através de um processo dividido em diversas etapas, que sofrerão diversas influências ao longo do processo. Etapas que em alguns momentos devem ser consideradas de forma individual, mas de não de forma permanente. Em outros momentos, essas etapas devem ser consideradas de forma coletiva. “A abordagem do ciclo de políticas traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro” (MAINARDES, 2006, p. 6).

Segundo Mainardes (2006), alguns autores como Ball e Bowe consideram o processo político como um ciclo contínuo, constituído por três contextos principais: a) o contexto de influência; b) o contexto da produção de texto; c) o contexto da prática. Ainda segundo o autor, “esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates” (BOWE *et al.*, 1992 *apud* MAINARDES, 2006, p. 3).

Nos apoiamos nessas concepções para desenvolver este trabalho. O contexto da influência refere-se à construção do discurso oficial, é o início das políticas públicas, é o momento em que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O contexto da produção de texto refere-se à construção dos documentos oficiais, os textos políticos que construirão as bases para que a política seja colocada em prática, representam a política propriamente dita ou a ideologia política. O contexto da prática refere-se ao momento em que a política está sujeita a interpretações, produzindo efeitos e consequências. A implantação da política se relaciona com a atuação dos profissionais envolvidos no nível da prática, onde cada indivíduo interpreta a política de acordo com os seus interesses e experiências. As variáveis do ambiente, como as escolas, interferem na forma como cada política é implantada, ou melhor, como é “recriada” (MAINARDES, 2006, p. 4).

A análise oferecida pelo ciclo de políticas, demonstra que, para se ter uma análise produtiva, deve-se observar todos os fatores e profissionais envolvidos, investigando a relação estabelecida entre os aspectos macro e micro. A abordagem do ciclo de políticas deve ser capaz de enxergar e relacionar a atuação do Estado, e suas interpretações na prática (BALL, 1994a *apud* MAINARDES, 2006, p. 6).

De posse dos dados coletados pelos questionários, entrevistas e pela observação do cotidiano das escolas, buscamos relacionar as informações obtidas com as diretrizes de implementação do ProJovem Urbano e o discurso governamental. Dessa forma, buscamos contradições entre as informações dos documentos oficiais, o discurso governamental e a realidade do ProJovem Urbano em Mesquita, traçando um paralelo entre o planejado e o executado, entre o discurso e a prática buscando compreender a realidade investigada.

#### **1.4. Quadro Teórico**

Com o propósito de apoiar o desenvolvimento da presente dissertação e a compreensão do contexto das propostas governamentais de oferta de qualificação profissional para a juventude, através de programas como o ProJovem, nos amparamos na literatura referente às Políticas Públicas para a Juventude, Programas de Qualificação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho, Crise do Capital, Capital Humano e Conformação Social.

Para compreender os elevados índices de desemprego da juventude brasileira e o aumento da inserção em oportunidades precárias, nos valem das análises de políticas públicas destinadas aos jovens, realizadas pelos seguintes autores: Abramo e Branco (2009), Sposito e Carrochano (2005), Belluzo e Victorino (2004), Cardoso (2007), Novaes (2007a), Novaes (2007b), Sposito, Silva e Souza (2006), Sposito e Carrano (2003), Papa e Freitas (2011).

Sabendo que a crise que se estabeleceu no mercado de trabalho, diante dos ideais capitalistas, alterou as relações de trabalho, aumentando os níveis de desemprego e postos precários. Essas mudanças passaram a exigir um novo tipo de trabalhador, através de um novo tipo de qualificação profissional, recaindo sobre a escola a responsabilidade de realizar essa tarefa. Para compreender esse contexto de mudança, nos amparamos nas obras de Motta (2009), Paiva (2002), Gonzales (2009), Alves (2002, 2007), Gentili (1998), Del Pino (2002), Souza (2009), Frigotto (1986), Marx (1996).

As propostas governamentais de qualificação profissional concomitantes com o ensino fundamental, através de programas como o ProJovem, destinado às



camadas mais vulneráveis ao desemprego e inserção precária no mercado de trabalho, se valem do discurso da falta de qualificação profissional juvenil como justificativa para tais iniciativas. De acordo com essas propostas, o ingresso do jovem no mercado de trabalho seria possível mediante a participação nesses programas. Para auxiliar na compreensão e reflexão dessas propostas nas amparamos nas obras de Ribeiro, Esteves e Oliveira (2009), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Souza (2004), Gonzales (2009), Corrachano (2011), Ribeiro (2011), Mainardes (2006).

Nos valemos ainda de algumas análises como as de Souza (2009), Motta (2009), Gonzales (2009), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que indicam que com as novas relações de trabalho estabelecidas em função do capitalismo, as classes dominantes precisam atuar na manutenção dessas relações e não alterar a estrutura social vigente, mantendo o consenso de educar os trabalhadores para o conformismo, tendo o Estado como mediador do conflito de classes, visando a manutenção do projeto neoliberal.

A seguir analisaremos a política pública de inclusão de jovens no Brasil, com destaque para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) desenvolvido no município de Mesquita na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

## 2. JUVENTUDES E A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE JOVENS NO BRASIL

Neste capítulo iremos tratar das políticas públicas destinadas aos jovens e suas transformações ao longo dos tempos, traçando um paralelo entre as atuais iniciativas governamentais e as primeiras iniciativas que eram destinadas aos jovens pobres e órfãos. Nosso intuito é traçar o perfil da juventude brasileira diante de questões que afligem o jovem como estudo e trabalho, inclusive o perfil do jovem estudante do ProJovem. Discutir a proposta de construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude como estratégia de redução do desemprego juvenil através de programas como o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

A juventude pode ser entendida como uma etapa do desenvolvimento do ser humano que compreende o período entre a infância e a idade adulta. O jovem no sentido biológico é o indivíduo que não atingiu a completa maturidade sexual. A compreensão da juventude também é uma questão cultural, já que cada cultura adota uma faixa etária que compreende esta etapa social da vida. A faixa etária é apenas mais um dos padrões utilizados na tentativa de definir esse segmento social, assim como os padrões socioeconômicos, a escolarização, a paternidade ou maternidade ou a independência econômica (CATANI e GILIOLI, 2008, p. 12-3).

No caso do Brasil não há uma legislação específica que determine o início e o fim da juventude, ocasionando conflito entre diversos documentos oficiais. Esse período é mais que uma fase do desenvolvimento biológico natural do ser humano, é uma construção social que varia de acordo com as diversas culturas. Diante da falta de definição, se faz necessário dizer, que em nossa sociedade não existe apenas uma juventude e uma cultura juvenil, mas várias, que diferem segundo condições sociais e históricas específicas. Nesse sentido, pode-se dizer que para “a sociedade, o desafio é definir o jovem enquanto para o jovem é definir-se diante de si próprio, seus pares e perante a sociedade” (CATANI e GILIOLI, 2008, p. 12). Por isso, é que devemos utilizar a palavra juventudes, no plural, na tentativa de demonstrar toda a complexidade que envolve essa fase da vida.

Mesmo que, o período que compreenda a juventude possa ser considerado uma questão cultural, é possível encontrarmos semelhanças no tratamento dispensado

aos jovens ao longo dos anos. Em diversas culturas os mesmos foram tratados com descaso. No Brasil a situação não foi diferente. A juventude brasileira tem uma história marcada pela falta de compromisso das autoridades e da sociedade, que tenta remediar a situação com programas assistencialistas e compensatórios.

## 2.1. Histórico

As primeiras ações públicas no Brasil destinadas à criança e ao adolescente datam da segunda metade do século XIX, destinadas aos órfãos. Nesse período, Rio de Janeiro e São Paulo eram vilas e com a expansão das cidades pela vinda dos imigrantes europeus e ex-escravos do meio rural, cresceu o número de órfãos pelas cidades, que eram denominados de “mulatinhos”. Houve então a necessidade da criação de mecanismos mais eficientes para assisti-los. As primeiras ações foram inspiradas no tratamento mantido pela Europa, conhecido como “roda dos enjeitados” ou “roda dos expostos” apoiada pela Igreja Católica, Estado, Santas Casas de Misericórdia e orfanatos. Nessas instituições a criança era tratada juridicamente como órfã, permanecendo ali até atingir a maioridade. No caso da paternidade ser identificada, a criança poderia ser resgatada por um parente, mediante ressarcimento das despesas ao Estado. O ingresso de crianças em orfanatos ou instituições religiosas se dava pela situação de carência material dos pais ou desamparo da mãe (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 9).

Com a Lei do Ventre Livre em 1871, aumentou o número de crianças abandonadas e a Coroa foi obrigada a criar mecanismos incipientes de proteção e assistência ao menor. Neste período a sociedade entendia a infância e adolescência pobre ou abandonada como não tendo direitos e submetidas aos seus interesses. Na tentativa de mascarar essa visão foi instituída a vacinação obrigatória com o objetivo de evitar a transmissão das doenças presentes nessas instituições a toda sociedade. As ações assistenciais custeadas pela Coroa eram destinadas somente àquelas aptas para o mundo do trabalho (FUNDAC, 2012).

O conjunto de regras que definiam o acesso e permanência nas instituições de assistência a infância desamparada, deixava de lado os ideais de recuperação e

formação integral. Como exemplo, podemos citar o acesso à Companhia de Aprendizizes Menores dos Arsenares de Guerra, destinada somente ao segmento em situação de vulnerabilidade social, onde viviam sob rotinas rígidas com imposições disciplinares e aqueles que não mantivessem bom comportamento seriam punidos com medidas corretivas (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 10).

O atendimento público destinado à infância órfã desvalida e pobre tinha como objetivo principal afastá-la da vadiagem e integrá-la ao mundo do trabalho. No início do século XX as cidades expandiram-se e a sociedade passou a sentir-se ameaçada pelos grupos de menores que andavam pelas cidades, pressionando para que a questão fosse considerada uma demanda social. O Estado, então, aumenta a assistência social ou intensifica a repressão (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 10).

Em 1909 foi criado o Decreto 7.566 que regulamentou a implantação da Escola de Aprendizizes Artífices nas capitais dos Estados brasileiros por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. As mesmas foram as primeiras escolas destinadas a oferecer o ensino profissional primário gratuito em nosso país, sob o argumento de preparar para o trabalho os menos favorecidos.

<sup>2</sup>Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lucta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar codações uteis à Nação (BRASIL, 1909).

Na década de 1920 percebeu-se a necessidade da criação de uma legislação específica para crianças e adolescentes sob a tutela oficial do Estado. Nessa perspectiva, em 1924, foi instalado o Juizado de Menores, para prestar assistência aos menores de 18 anos. Em 1927 foi promulgado o Código Juiz de Melo Matos conhecido como Código de Menores, que foi a primeira intervenção de caráter oficial na vida de crianças e adolescentes em situação de exclusão ou infração, mas, infelizmente, as suas medidas eram apenas corretivas sem o amparo e reconhecimento dos direitos infanto-juvenis (FUNDAC, 2012).

No início do século XX a pobreza aumentava nas famílias o que obrigava o

---

<sup>2</sup> Texto extraído do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 (ipsis litteris).

ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho por meio das fábricas nos centros das cidades. Em muitos casos com carga horária excessiva, jornadas noturnas, em situações de insalubridade e expostos a acidentes de trabalho. Apesar da situação, ser grave não houve nenhuma ação do Estado ou das entidades trabalhistas. Desta forma fica bem claro que crianças e adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 10).

Com a Revolução de 1930 o tratamento dispensado aos jovens pobres sofreu algumas modificações, mas o caráter assistencial do Estado permaneceu. Nos anos de 1940 o Estado apoiou ações destinadas à formação dos jovens para o trabalho técnico, porém foram mantidas as ações de controle e amparo aos jovens. Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), ligado ao Ministério da Justiça, que se consolidou como órgão repressor, com um tratamento pautado pela violência contra os internos. Em 1954, a Lei 2.705 instituiu o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), destinado aos infratores e submetido ao Poder Judiciário (FUNDAC, 2012).

O Estado, aliado a SAM e à Legião Brasileira de Assistência (LBA), criou o chamado Sistema S com o objetivo de oferecer formação profissional e assistência social para as classes sociais menos favorecidas, já inseridas no mercado de trabalho e sem alterar radicalmente a estrutura social vigente. Surgem assim, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) em 1946 (BELLUZZO e VICTORINO, 2004, p. 11).

Em 1948 chega ao Brasil o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que aliado às novas ações públicas contribuiu para reforçar a urgência da criação de ações específicas para a juventude, resgatando a valorização dos direitos humanos e sociais que foram combatidos durante a Segunda Guerra Mundial (BELLUZZO e VICTORINO, 2004, p. 11).

As instituições internacionais que se destacaram na luta pela Juventude foram a Organizações das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). As propostas internacionais influenciaram o Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, principalmente na concepção de “menor” de alguns juristas.

Para alguns, tomado como objeto de direito penal, para outros, como sujeito de direito. Duas abordagens diversas expressavam essa dicotomia, uma tratando o problema social dos jovens apenas juridicamente, a partir da formulação e aplicação de legislação penal e medidas repressivas, e outra

buscando na sociedade o compromisso com a proteção à infância (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 11).

As ações destinadas aos jovens predominaram em organismos assistenciais que condensavam estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres, de rua ou em conflito com a lei, tendo como foco principal o aspecto negativo dessa fase da vida. A insegurança social demanda ações de controle e de disciplinamento da conduta dos jovens, reiterando a associação entre juventude, vulnerabilidade, risco e violência, e não a busca pelos direitos de cidadania (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 18).

Em 1956 foi elaborado um projeto de Lei Federal, o “Novo Código”, que reconhecia os direitos especiais dos menores, revisando o papel atribuído ao jovem até então. Mas, o Golpe de 64 interrompeu o processo (BELLUZZO e VICTORINO, 2004, p. 11). Durante o período da Ditadura Militar os jovens eram tratados com desconfiança pelos militares, sendo alvos constantes de ações violentas e opressivas, tendo negados os seus direitos. Os problemas da juventude eram tratados como caso de polícia. As políticas para a juventude não deveriam ter suas ações confundidas com ações policiais de repressão, já que política não é polícia. Segundo Sposito (2006),

a “política”, diferentemente da “polícia”, é produtora de certo dissenso, na medida em que introduz o litígio, ou seja, a possibilidade de produção de novos significados e de trazer à luz sujeitos que permanecem na sombra e, portanto, não são atingidos pelos pressupostos da igualdade, não podemos, estrito senso, falar de políticas de juventude (RANCIÈRE, 1996 apud SPOSITO *et al.*, 2006, p. 243).

As políticas para infância e a adolescência se estruturaram tendo como principal objetivo o controle e a repressão. Por esse motivo que foi criada em 1964, sob a Política Nacional do Bem-Estar a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) para substituir a SAM que era conhecida como “escola do crime”. A partir dos anos de 1970 os problemas infanto-juvenis retornaram ao patamar de questão pública, resultando na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor em 1976 e a criação da Pastoral do Menor em 1978, apoiadas pela ONU (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 11).

Em 1979 o movimento de abertura política gerou o pluralismo partidário, ocasionando a flexibilização do regime político e a criação de outro Código de Menores destinados aos menores de 18 anos em situação irregular. O ano de 1979 foi eleito pela ONU como o “Ano Internacional da Criança”, reforçando a necessidade de ações

concretas e específicas para esse segmento social, chamando o Estado e a sociedade a cumprirem as suas responsabilidades (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 12).

A juventude passa a receber mais atenção por parte das autoridades, a partir de 1985, ano que foi eleito pela ONU como o “Ano da Juventude”. Neste ano, as instituições internacionais recomendaram aos países latino-americanos, ampliarem a preocupação com a inserção social dos jovens, adotando medidas de combate à pobreza e saída da crise econômica. A juventude começa a ser vista por um novo olhar. “A juventude pensada como ‘agente para o desenvolvimento’, parte importante do ‘capital social’ de cada país e da região, deveria ser encarada ‘não como problema, mas como solução’” (IBASE, 2010, p. 115).

A passagem do poder para um presidente civil em 1985 permitiu a instalação do Congresso Constituinte e em outubro de 1988 a promulgação da Constituição da União que reconheceu a conquista dos direitos de cidadania e definiu um novo padrão de intervenção na área social e nas atribuições e responsabilidades do Estado (BELUZZO e VICTORINO, 2004, p. 12).

Em 1990 foi aprovada a Lei 8.069 que instituiu o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em conformidade com a Constituição Federal e com as diretrizes internacionais. Até a década de 90, não existia diferença no atendimento institucional de crianças carentes e abandonadas daquelas que cometiam atos infracionais. Esse atendimento era norteado pela Doutrina da Situação Irregular, onde crianças e adolescentes não tinham seus direitos reconhecidos e nem assegurados (FUNDAC, 2012).

O ECA representa uma mudança radical na forma de visualizar e tratar as crianças e adolescentes no país, apesar das dificuldades enfrentadas. O ECA pretende contribuir para o tratamento de problemas que historicamente restringem e punem a infância e a adolescência, como o trabalho infantil, utilização de medidas apenas punitivas no tratamento da infração juvenil, entre outras.

A visão em relação ao jovem começa a mudar, a partir do momento em que a juventude não é vista apenas por seus aspectos negativos. Progressivamente, a juventude deixou de ser entendida como um problema social ameaçador para a sociedade, mas a “juventude como sujeito de direitos” que demanda “políticas públicas” específicas.

O reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social (BRASIL, 2013b, p. 8 - 9).

As primeiras medidas governamentais destinadas à juventude foram criadas em cumprimento de alguns acordos de reforma do Estado, provenientes do Consenso de Washington. Com a chamada “onda democrática” que se espalhou por diversos países, as demandas juvenis passaram a ser vistas pela lente dos “direitos”. Como o documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2008 retrata: “o enfoque dos ‘direitos’ é uma ferramenta jurídica que se instala na estrutura genética do Estado para assegurar que os direitos da juventude sirvam de bússola no desenho de políticas públicas” (IBASE, 2010, p. 85 – grifo do autor).

Apesar das mudanças em relação ao tratamento dispensado aos jovens, os mesmos durante muito tempo não receberam um tratamento diferenciado dos demais segmentos sociais, estando sujeitos a políticas sociais que não reconheciam as suas necessidades. O reconhecimento por parte dos governantes dos direitos juvenis proporcionou a construção de um novo caminho das políticas sociais destinadas a esse segmento social, mesmo que ainda não seja o reconhecimento que almejamos ou julgamos necessário, mas foram dados os primeiros passos para a mudança de visão em torno do jovem e compreensão das suas demandas. O jovem deixou de ser visto apenas como um problema social e passaram a enxergar as suas potencialidades, sendo reconhecidos como sujeitos de direitos. Na tentativa de facilitar a compreensão das demandas juvenis, tentaremos traçar o perfil da juventude brasileira a seguir.

## **2.2. O Perfil da Juventude Brasileira**

Apesar da evolução na compreensão da problemática juvenil nos últimos anos, ainda persistem alguns problemas que afligem esse segmento social. Como a inserção destes no mundo do trabalho, já que os jovens permanecem como a parcela da população mais atingida pelo desemprego no Brasil, principalmente para aqueles que buscam o primeiro emprego.



A juventude atualmente representa 26,9% da população brasileira, a maior proporção na curva demográfica de todos os tempos, mas este cenário pode mudar devido ao declínio da taxa de fecundidade. “A maior parte dessa população se concentra na área urbana (84,7%) e distribuída, quase sempre, entre negros e brancos (53,7% e 44,7%, respectivamente)” (BRASIL, MTE, 2013, p. 34).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2011, o grupo com faixa etária de até 24 anos de idade era de 78,5 milhões de pessoas, o que correspondia a 40,2% da população brasileira total. Este segmento está perdendo participação na população total, visto que, em 2001, ele compunha praticamente (48,2%) metade da população (IBGE, 2012, p. 34).

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 revela que 9 nove milhões e 600 mil jovens brasileiros de 15 a 29 anos não estudam e nem trabalham, cerca de 20% dos jovens, o que fornece uma margem de um em cada cinco jovens. Esses jovens são conhecidos atualmente como a “geração nem-nem”, ou seja, nem faz uma coisa e nem outra<sup>3</sup>.

No grupo de 15 a 17 anos, a proporção dos jovens que não estudavam nem trabalhavam foi de 9,4%. Essa incidência foi de 23,4% entre aqueles com 18 a 24 anos, e de 21,3% na faixa de 25 e 29 anos. Entre os que não trabalham nem estudam, 10,2% tinham de 15 a 17 anos, 54,6% tinham entre 18 e 24 anos e 35,2% de 25 a 29 anos (TEIXERA, 2013).

No caso das mulheres que não estudam e nem trabalham, a proporção é de 70,3%, principalmente para aquelas que já possuem filhos e não tem com quem deixar as crianças enquanto trabalham. Entre essas mulheres, (58,4%) tinham pelo menos um filho, sendo esta proporção crescente com a idade: “30,0% de 15 a 17 anos, 51,6% de 18 a 24 anos e 74,1% de 25 a 29 anos de idade. Fato que demonstra a necessidade de incentivos para ampliação do atendimento fornecido pelas creches” (TEIXERA, 2013).

A PNAD de 2007 já demonstrava uma tendência que permaneceu nos próximos anos, no grupo de 15 a 19 anos a taxa de desemprego passou de 13% para 23%, para o grupo de 20 e 24 anos saltou de 10% para aproximadamente 16%, entre os anos de 1995 a 2004. No momento atual os jovens têm adiado cada vez mais o ingresso

---

<sup>3</sup> Em termos mais informais podemos considerar que alguns desses jovens são integrantes da empresa VASP (vagabundos anônimos sustentados pelos pais). Essa é a forma que alguns jovens que não tem nenhuma atividade remunerada se autodenominam.

no mercado de trabalho, houve uma queda de 57% entre os anos 1995 a 2004 (CARDOSO, 2007, p. 30).

A busca do primeiro emprego pelos jovens entre 14 e 24 anos correspondem entre 10% a 30% dos jovens desocupados. A explicação para esses números elevados se dá pela curta duração das ocupações dos jovens em comparação com as outras faixas etárias. O estudo da PNAD mostrou que alguns jovens conseguem ocupações, mas não empregos formais, sugerindo que a busca dos jovens pelo emprego tem características próprias, nem sempre captadas pela taxa de desemprego aberta. Há um aumento no número de jovens que não estudam e nem trabalham. A questão mais preocupante é o jovem que não tem ocupação, sendo este que apresenta o menor grau de escolaridade (CARDOSO, 2007, p. 31).

Uma tendência revelada na SIS de 2007 e que vem aumentando, é o fato de que muitos jovens preferem morar com os pais. De acordo com o IBGE, esses jovens fazem parte da “geração canguru”. Essa tendência é mais presente entre os homens, que corresponde a 60% dos casos contra 40% das mulheres. De 2002 a 2012 o número de pessoas de 25 a 34 anos que ainda moram com os pais aumentou de 20% para 24%, com uma proporção de um em cada quatro jovens (TEIXERA, 2013).

Os motivos pelos quais os jovens ainda permanecem na casa dos pais são em alguns casos influenciados pelas questões socioeconômicas. No caso dos jovens das classes mais favorecidas economicamente, seria uma forma de economia com as despesas domésticas para investir nos estudos, na carreira profissional ou em um negócio próprio, no caso dos que já apresentam independência financeira.

Existem casos em que o jovem mesmo sendo integrante das classes mais favorecidas, ainda não adquiriu a sua independência financeira, adiando a sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, continua dependendo financeiramente da família, tendo a possibilidade de prolongar a sua formação educacional para que no futuro possa buscar oportunidades melhores. Nesses casos há “o prolongamento da juventude e seus novos padrões comportamentais que têm contribuído para a extensão da moratória social para ingresso no mercado de trabalho, o que configura um novo cenário social” (SOUZA, 2009, p. 4).

Os jovens das classes desfavorecidas economicamente se veem obrigados a buscar empregos de má qualidade e remuneração, em muitos casos no mercado

informal, já que ainda dependem de suas famílias por não terem como se sustentar sozinhos. De forma diferenciada houve um retardamento da emancipação, passagem para o mundo adulto e prolongamento da juventude. O tempo de vivência da juventude se estende, segundo Cardoso (2007) esse tempo livre é aproveitado de formas diferentes por cada classe social.

Se para os de classe média e alta este tempo livre é tempo de qualificação e de ausência de grandes responsabilidades, para os jovens das classes populares esse tempo livre possui conotações menos óbvias, devido à falta de oportunidades de estudo e trabalho, sendo pouco legitimado pela sociedade ou mesmo pela família (CARDOSO, 2007, p. 30).

O prolongamento da juventude não é somente pela não absorção dos jovens pelo mercado de trabalho. Os contextos sociais em que os jovens estão inseridos também são responsáveis pela transição e a qualidade da inserção no mercado de trabalho que o jovem poderá obter. Pode-se dizer que a juventude se dá por tempos e modos distintos, na medida em que essa transição pode ser mais curta ou mais prolongada, dada a conformação social e econômica na qual o jovem está inserido. “A pobreza implica a privação não apenas dos recursos para subsistência, mas também, e sobretudo a limitação da autonomia para a tomada de decisão sobre os recursos materiais e sociais disponíveis para sua inserção na vida adulta” (BRASIL, MTE, 2013, p. 33-4).

Mesmo com o aumento da taxa de inserção de jovens no mercado de trabalho no período de 2000 a 2010, em um total de 53,5% contra apenas 44,8% na década anterior, ainda é uma questão preocupante não apenas para o Brasil. A taxa de desemprego entre os jovens de 15-24 anos foi de 16,3% em 2011, enquanto as taxas observadas para as faixas de idades de 25-49 e 50 anos ou mais foram de 5,7% e 2,8%, respectivamente, no mesmo ano. Como em diversos países, as taxas muito baixas de emprego para jovens trabalhadores, geralmente elevam as taxas de desemprego. Os níveis de emprego aumentam se as entradas são maiores do que as saídas e vice-versa (BRASIL, MTE, 2013, p. 23).

As oportunidades de trabalho para os jovens são restritas, baixos salários, postos precários e altas taxas de desemprego têm prejudicado a trajetória educacional e profissional dos jovens. O trabalho formal ainda é um mecanismo de inserção nas políticas públicas sociais e uma forma desse jovem se sentir integrante da sociedade, tendo a chance de exercer a sua cidadania.

Com base nos dados da PNAD realizada em 2006, dos 34,7 milhões de jovens de 15 a 24 anos existentes no país, 18, 2 milhões estavam trabalhando. A PNAD de 2011 revelou que, dos 78,5 milhões de jovens de 15 a 29 anos, 68,9 milhões estavam trabalhando. Diante desse quadro, pode-se dizer que “a juventude de nosso país é uma juventude trabalhadora”. Essa situação seria um dado positivo, se não fosse o fato de que “boa parte dos jovens esta em busca de trabalho ou trabalha de maneira precária” (CORROCHANO, 2011, p. 47).

Em 2006, os jovens com menor renda domiciliar estavam mais presentes no mercado de trabalho. Em 2011, a tendência permaneceu, já que aumentou o número de jovens que moram com os pais, resultando no adiamento cada vez maior do ingresso no mercado de trabalho. “Não resta dúvida de que, em geral, os jovens de renda mais baixa ingressam mais cedo no mercado de trabalho, mesmo que não tenham concluído a educação básica”. Esse ingresso precoce no mercado de trabalho, apesar de não ser o único, é um fator que acaba por incentivar o abandono escolar (CORROCHANO, 2011, p. 49).

A idade de 18 anos é o momento em que grande parte dos jovens buscam o emprego, independente da condição financeira familiar, “combinando ou não o trabalho com a continuidade da formação escolar”. Dentre os motivos que incentivam esse ingresso precoce dos jovens no mercado de trabalho, podemos destacar o interesse em satisfazer as suas necessidades de consumo ou ajudar os familiares, mesmo que esses não sejam os únicos fatores de influência (CORROCHANO, 2011, p. 49-50).

Não há dúvidas de que as taxas de desemprego entre os jovens são maiores do que nas outras faixas etárias. Atualmente, o crescimento econômico tem se mostrado insuficiente para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, podemos considerar que o desemprego juvenil apresenta características próprias, somadas às características que influenciam a população de maneira geral: “em períodos de contratação ou de recessão, as taxas de desemprego juvenis elevam-se mais rapidamente que as dos adultos, e em momentos de expansão diminuem mais lentamente” (CORROCHANO, 2011, p. 51).

Com relação a essa questão há um confronto de ideias. Existem casos em que o jovem tem mais escolaridade que os trabalhadores mais antigos e mesmo assim são os primeiros a serem demitidos. Mudaram as competências valorizadas pelas empresas.

Um estudo realizado pela OIT considera que uma das explicações pode estar na esfera produtiva, na oferta e na demanda de trabalho. “Do lado da oferta, há um custo menor para os jovens em abandonar os empregos, devido aos baixos salários e a menor probabilidade de manter uma família quando comparados aos adultos”. Na maioria dos casos as famílias são chefiadas por adultos, mas não podemos desconsiderar o número significativo de jovens que são responsáveis pelas famílias ou contribuem com as despesas (OIT, 2009, p. 133).

Outra razão seria o menor investimento das empresas na qualificação do jovem através de treinamentos, menor conhecimento por parte dos jovens das leis trabalhistas e menor custo com as indenizações pelo menor tempo de trabalho, alegando serem estes menos essenciais ao processo produtivo por causa das relações internas recentes com outros trabalhadores e menos interesses pelas reivindicações trabalhistas. “Por tudo isso, em termos econômico-financeiros, é mais barato demitir um jovem que um adulto em momentos de retração”. Numa situação de retração econômica as contratações são suspensas, diminuindo as chances de quem busca um emprego, que em grande maioria são os jovens (OIT, 2009, p. 133).

A falta de experiência para os mais jovens significa a falta de registro em carteira ou a falta de vivência profissional. No caso dos jovens mais velhos a falta do registro em carteira ou a inserção no mercado informal, faz com que os empregadores o enxerguem como alguém sem experiência, mesmo que esse indivíduo já tenha conhecimento sobre o trabalho a ser desenvolvido ou já tenha atuado por longos períodos no mercado informal, ainda sim é rotulado como “sem experiência”. A falta de experiência dos jovens também representa maiores custos para as empresas com treinamentos (CORROCHANO, 2011, p. 54).

Os próprios jovens consideram que a precariedade das experiências de trabalho, ou a falta dela é um fator preponderante nessa difícil busca. O grupo dos jovens também apresenta alta rotatividade nas empresas, que “pode ser consequência de sua inserção mais precária no mercado de trabalho, quando comparados à dos adultos e idosos” (OIT, 2009, p. 133).

Atualmente o acesso à escolaridade, não é uma garantia de emprego, no máximo melhora a posição na fila de espera. “O mercado de trabalho vem exigindo mais anos de escolaridade e, ainda que isso nem sempre garanta a ocupação dos

melhores postos, trata-se de um elemento importante para melhorar o lugar na ‘fila do desemprego’” (HASENBALG, 2003 *apud* CORROCHANO, 2011, p. 54).

A falta de experiência do jovem, o impede de ingressar no mercado de trabalho, enquanto que as empresas dão preferência aos trabalhadores adultos, justamente pela experiência de trabalho que possuem. “Tal processo cria o tradicional círculo vicioso, no qual as pessoas jovens não conseguem emprego porque não têm experiência profissional, e justamente porque não obtêm trabalho continuam sem adquirir tal experiência” (OIT, 2009, p. 135).

A qualidade da educação recebida também se tornou um importante critério de seleção, informações como o curso realizado, a instituição e em quais condições foi realizado, se tornaram um filtro adicional. Por outro lado, boa parte dos jovens não têm informações sobre as demandas do mercado de trabalho, em contrapartida as empresas não informam aos jovens sobre suas potencialidades e quais atividades poderiam desenvolver, acaba que o jovem não sabe como procurar emprego (OIT, 2009, p. 138).

Caso o jovem tenha interesse na busca por ocupações alternativas de emprego e renda, ou até mesmo de empreendedorismo, as chances diminuem junto com as oportunidades formais. Diante de tantas dificuldades, os jovens acabam ingressando no mercado informal, o qual não coloca tantos obstáculos para a sua entrada. Não é por acaso, que as taxas de empregos informais são maiores entre os jovens e também de trabalhadores não remunerados, 10,6% contra 3,7% dos adultos (CORROCHANO, 2011, p. 56).

O estudo da OIT aponta que, as elevadas taxas de rotatividade das ocupações dos jovens e os longos períodos de inatividade, se impõem como fatores que prejudicam muito mais a inserção do jovem no mercado de trabalho, do que a falta de oportunidades. Nessas circunstâncias, quando há relação com qualquer tipo de discriminação, como gênero e raça, a situação se torna ainda mais grave. “Essa instabilidade e elevada rotatividade entre os jovens é o que explicaria a sua maior probabilidade tanto de sair quanto de entrar na situação de desemprego” (OIT, 2009, p. 136).

Independente de ser o primeiro emprego ou não, a problemática se concentra na duração das ocupações dos jovens. “Assim, em relação a adultos e idosos, o tempo de permanência no emprego é que seria menor e não a duração no desemprego

que seria alta” (OIT, 2009, p. 136). Tal situação se justifica pela má qualidade da sua inserção no mercado de trabalho, através de ocupações precárias e altas taxas de informalidade dos jovens.

Não podemos desconsiderar o fato de, a questão do emprego juvenil ou a falta dele, não se apresenta da mesma forma em todo o país: variáveis como gênero, raça, local de moradia e renda são determinantes para o entendimento da questão da inserção do jovem no mercado de trabalho. “Assim como são várias as juventudes, também são vários os desempregos de jovens, o que fica perceptível tanto nos números quanto nas representações dos sujeitos que vivenciam essa situação” (CORROCHANO, 2011, p. 52).

Apesar de todos serem jovens, determinados grupos sofrem mais com a desestruturação do mercado de trabalho. “O grupo dos jovens, mulheres, negros e moradores das áreas rurais são os grupos que apresentam as maiores chances de estarem desempregados” (CORROCHANO, 2011, p. 55).

Mesmo que triste, não é nenhuma novidade, que a juventude esta sujeita a todas as mazelas do desemprego, de forma que “inserção precária, altas taxas de desemprego, rotatividade elevada, longas jornadas e baixos salários, entre outros aspectos, são marcantes na trajetória de boa parte dos jovens brasileiros, especialmente daquele de renda mais baixa” (CORROCHANO, 2011, p. 60).

Os jovens acreditam que para obter as suas primeiras experiências, seja normal a inserção em trabalhos precários com baixos salários, de curta duração ou circular por vários locais diferentes para acumular conhecimento e experiência. E ainda existem os casos de ingresso no mercado de trabalho informal.

Se, por um lado, transitar entre vários trabalhos diferentes pode melhorar o “casamento” com as empresas, por outro, a entrada e a saída muito fácil tendem a diminuir a aquisição de experiência geral e específica de trabalho. Uma vez que o acúmulo deste tipo de capital humano é importante, a elevada rotatividade experimentada pelos jovens no Brasil é um fator que dificulta o aumento da sua (futura) produtividade e salários (BRASIL, MTE, 2013, p. 29).

O grande número de jovens que saem das empresas aumenta as taxas de fluxo de saída, refletindo ocupações de curtos períodos, que podem estar associadas à baixa qualidade do posto de trabalho ou a baixos níveis de formação dos trabalhadores. “As consequências de elevadas taxas de saída envolvem a sensação de insegurança no

emprego e a destruição do capital humano específico acumulado na empresa” (BRASIL, MTE, 2013, p. 23).

As elevadas taxas de desemprego entre os jovens pode ser que sejam influenciadas pelas taxas de abandono escolar. A PNAD realizada em 2007 já revelava a vulnerabilidade do jovem para um processo educativo irregular, para o abandono dos estudos. A PNAD de 2012 revela uma queda de 11,5% na taxa de abandono escolar, mas que ainda permanece elevada em relação aos países desenvolvidos, quase três vezes maior que a média de 29 países europeus.

Um indicador relevante para retratar a vulnerabilidade dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos é a taxa de abandono escolar precoce, isto é, a proporção daqueles que não haviam completado o ensino médio e que não estavam estudando. Houve uma queda de 11,5 pontos percentuais dessa taxa, considerando-se os anos de 2001 e 2011, passando de 43,8% para 32,2%. Entretanto, o Brasil ainda possui uma taxa média de abandono escolar precoce, quase três vezes maior do que a média de 29 países europeus selecionados, sendo que sua incidência é significativamente maior entre os homens. Em 2011, o abandono escolar precoce atingia mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos de idade pertencentes ao quinto mais pobre, enquanto no quinto mais rico essa proporção era de apenas 9,6%. Futuramente, esses jovens podem se tornar um grupo mais suscetível à exclusão social (IBGE, 2012, p. 116).

A questão do ingresso precoce dos jovens no mundo do trabalho, muitas vezes antes da saída da escola ou tendo que abandoná-la, não é uma atitude bem vista pelas empresas. As oportunidades de emprego diminuem ainda mais e acabam reproduzindo as desigualdades das gerações anteriores. Segundo Cardoso (2007), a discriminação das empresas com os jovens das classes populares intensifica a questão do desemprego. Esses jovens são selecionados para empregos com baixa remuneração e escolarização.

Assim, estaríamos em presença tanto de um desemprego de inserção, que discrimina justamente os jovens mais pobres, afrodescendentes e de baixa escolarização, como em presença de postos de trabalho precários para este segmento juvenil, cujas características mais evidentes são a alta rotatividade da mão-de-obra, a informalização das relações de trabalho, a baixa densidade tecnológica destes postos, a ausência de planos funcionais de cargos e salários, a falta de perspectiva quanto à mobilidade ascendente, a ausência de mecanismos de proteção social para os trabalhadores, a baixa remuneração média dessas ocupações, além de outros atributos de má qualidade para estas condições de trabalho (CARDOSO, 2007, p. 43).

Para muitos jovens o emprego não é só a construção de uma carreira profissional, mas um meio de sobrevivência para si e seus familiares. A urgência do ingresso no mercado de trabalho seria desnecessária, se suas famílias pudessem custear



o aprimoramento dos estudos, a busca por um emprego melhor ou o acúmulo de experiências. Uma vez trabalhando, o grau de investimento nos estudos declina, tornando difícil um emprego melhor, de modo que tal situação gera um ciclo de insegurança e instabilidade que os acompanha na vida adulta. Por este motivo é tão importante a criação de políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudos, gerando possibilidades de trabalho regular, para romper com esse ciclo de exclusão (BRASIL, MTE, 2013, p. 35).

A crise do trabalho afeta principalmente os jovens pobres. Não surpreende, portanto, que atenção crescente tenha sido devotada a essas políticas, primeiro nos países capitalistas centrais e mais recentemente nos periféricos. Essa preocupação extrapola hoje os governos nacionais, motivando iniciativas multilaterais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que incluiu a redução do desemprego juvenil como uma de suas metas e o lançamento da Rede de Emprego para Jovens por parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (IPEA, 2008, p. 152-3).

O trabalho é um fator de disciplinamento para os jovens das classes populares, já que estariam mais propensos a criminalidade. O consenso dominante de que as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens das camadas populares, ainda persiste. “Essa situação naturaliza a relação *desemprego/pobreza/ criminalidade*” (IPEA, 2008, p. 149 – grifo nosso).

A visão das próprias políticas destinadas aos jovens já demonstra uma falta de reconhecimento da sua condição, perpetuando os processos de exclusão social e não agindo de forma a superá-lo. A pesquisa demonstrou que a nova geração de jovens brasileiros que sobrevivem em meio a diversas situações de exclusão, reconhece a sua condição de marginalidade, inclusive de exclusão do mercado de trabalho. A exclusão é definida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como: “a incapacidade de um indivíduo de participar do funcionamento básico político, econômico e social da sociedade em que vive ou a negação do acesso igualitário e oportunidades impostas por alguns grupos da sociedade a outros” (BID, 2001 *apud* MOTTA, 2009, p. 559).

Essa situação já se tornou rotina na vida do jovem de classe popular, já que esse jovem ingressa no mercado de trabalho de forma precoce, inclusive em situação de abandono dos estudos. Fato que não ocorre com os jovens das classes mais favorecidas economicamente, que já tem garantido, os seus meios de sobrevivência e acesso aos

seus direitos. Para o jovem pobre, o trabalho se configura como uma necessidade e não uma simples escolha. A “inserção não é uma escolha, mas uma imposição de origem social e do tipo de sociedade que se construiu o Brasil” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1101).

O BID aponta com uma alternativa para a atual situação, o investimento em “capital social”, que é considerado pelo banco, um “elemento facilitador para a ‘inclusão social’ de grupos ‘marginalizados’, o ‘combate’ à pobreza e à desigualdade social” (BID, 2001 *apud* MOTTA, 2009, p. 559).

As futuras políticas públicas destinadas aos jovens, não devem ser ações independentes dos Ministérios, mas ações de integração das políticas na busca dos direitos e ampliação das oportunidades para os jovens brasileiros, como o discurso da SNJ, mas que ainda não é colocado em prática de maneira efetiva (IPEA, 2007, p. 276-7).

A questão do desemprego é muito maior do que uma simples articulação interministerial, criação de conselhos e secretarias específicas. Mesmo que a solução para essa equação tão complexa fosse realmente a falta de qualificação profissional dos jovens, o atendimento dado à questão ainda não é o suficiente, permanecendo a adoção de medidas que “propiciam marginalização e/ou de convivência com o trabalho precário” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1103).

O jovem desponta como o segmento social mais atingido pelo desemprego e inserções precárias no mercado de trabalho, mas a juventude não é uma fase do desenvolvimento que é vivenciada da mesma forma por todos, questões sociais, culturais e financeiras, principalmente, interferem de forma significativa na vivência desse tempo. Os tipos de ocupações dos jovens se relacionam com as condições financeiras das suas famílias, enquanto que os jovens das famílias mais favorecidas utilizam a juventude como meio de moratória social e de preparação para o ingresso no mundo do trabalho, os jovens pobres conhecem a realidade do mundo do trabalho através da necessidade do emprego, ocasionando, em muitos casos, a inserção em oportunidades precárias. Essa realidade, em sua maioria, é imposta pelas suas necessidades de sobrevivência e até dos seus familiares.

Na tentativa de facilitar a compreensão das demandas dos alunos atendidos pelo ProJovem, buscamos conhecer o perfil do jovem atendido pelo Programa.

### 2.2.1. Os alunos do ProJovem pelo Brasil

As informações a seguir foram extraídas da avaliação diagnóstica dos alunos matriculados nas primeiras turmas do ProJovem Urbano em novembro de 2008, baseadas na pesquisa “Alunos do ProJovem Urbano: Estudo a partir do Survey 1”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas (POPE) da UNIRIO. Os dados quantitativos que serão apresentados foram recolhidos de 72 mil jovens de 25 municípios e em 11 Estados das cinco regiões do Brasil<sup>4</sup> (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 74).

A esmagadora participação feminina em relação à masculina (35,6%) reitera a informação obtida no último censo escolar, de que o sexo feminino (64,4%) é a maioria das matrículas no ensino fundamental. Dentre os motivos para esses números expressivos, se destaca a gravidez na adolescência, que implicaria o abandono dos estudos, já que as escolas não dispunham de instalações para deixar os filhos enquanto estudam (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 76).

A faixa etária com maior número de alunos participantes é de 25 anos ou mais, que corresponde a 38% dos participantes, seguido pelo grupo de 18 anos ou menos (12,7%) e pelo grupo de 19 anos (12,2%). Segundo a autora, “a ampliação da faixa etária de atendimento foi acertada, pois até os 24 anos, uma parcela significativa de jovens deixaria de ser atendida” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 77). Como demonstra o gráfico a seguir.

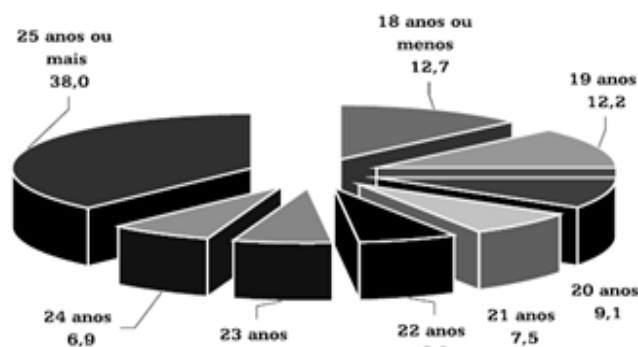


Gráfico 1 – Faixa etária (%)  
Fonte: ProJovem (2009)

4 Participaram da pesquisa jovens das cinco regiões do Brasil, residentes nos seguintes Estados/municípios: Amapá (Macapá), Pará (Belém e Ananindeua), Maranhão (Imperatriz), Ceará (Fortaleza e Caucaia), Pernambuco (Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes), Bahia (Salvador, Vitória da Conquista e Juazeiro), Goiás (Goiânia), Mato Grosso do Sul (Campo Grande), São Paulo (Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Osasco e São Vicente), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Itaboraí e Nova Iguaçu) e Paraná (Curitiba) (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 76).

No que se refere à cor/raça, a maioria dos alunos se declararam pardos (49,5%) e negros (23,3%). “Abrangem praticamente 3/4 dos alunos do Programa, dado que vem corroborar os indicadores sociais, os quais demonstram serem tais grupos os mais afetados pela exclusão social persistente no País” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 77).

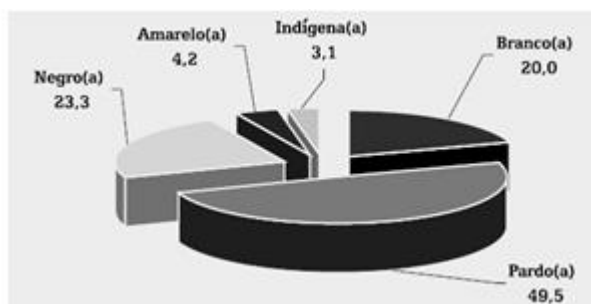


Gráfico 2 – Cor/raça (%)  
Fonte: ProJovem (2009)

No que se refere à escolaridade, “apenas 25% dos alunos concluíram a 7ª série; 21,9% a 6ª série; 24,4% a 5ª série; e 18,7 a 4ª série, o que sinaliza que a maioria desses jovens terminou a primeira etapa do Ensino Fundamental, mas não logrou êxito em seu segundo segmento”, justamente quando o ensino é ministrado por disciplinas com diferentes professores (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 79). Tal mudança pode dificultar a conclusão do Ensino Fundamental por parte de alguns alunos.

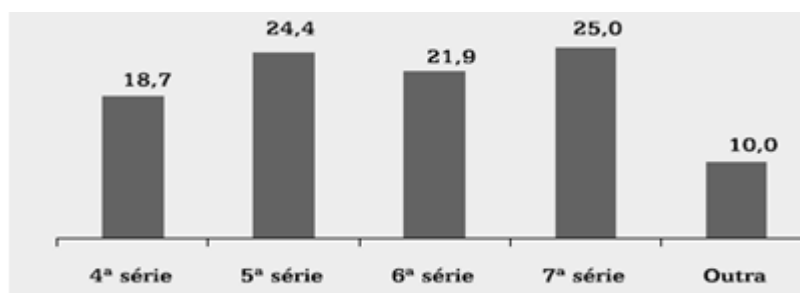


Gráfico 3 – Última série concluída do ensino fundamental (%)  
Fonte: ProJovem (2009)

Uma parcela significativa dos alunos (88%) que participaram da investigação abandonaram os estudos ao menos uma vez durante o seu percurso escolar. Esse elevado percentual pode estar relacionado à necessidade do exercício de alguma atividade remunerada. Apenas 12% dos alunos nunca abandonaram os estudos. Em

torno de 50% dos alunos interromperam uma ou duas vezes e 38% dos alunos de três vezes em diante (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 79).

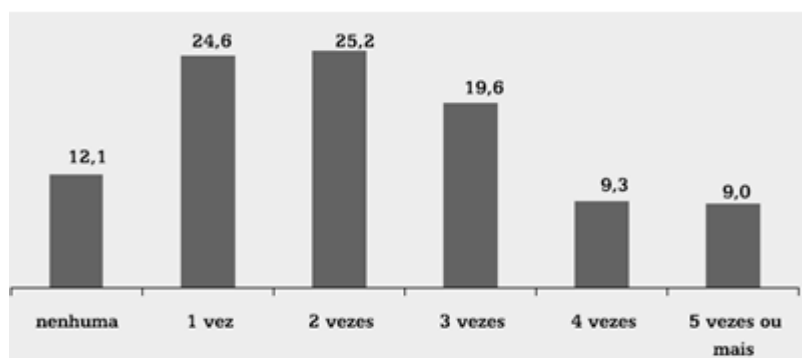


Gráfico 4 – Frequência que começou e parou de estudar durante o ano (%)  
Fonte: Projovem (2009)

Assim como o abandono escolar, a taxa de reprovação é extremamente elevada, demonstrando que 77,6% dos alunos já foram retidos ao menos uma vez. Apenas 22,4% nunca foram retidos. As retenções, como alguns estudos já demonstraram, podem ter influenciado de maneira negativa a autoestima desses jovens (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 80).

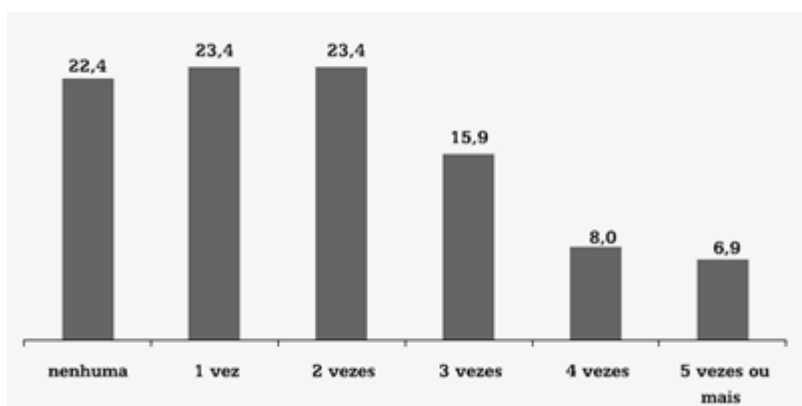


Gráfico 5 – Frequência de reprovação (%)  
Fonte: Projovem (2009)

A entrada precoce no mercado de trabalho é um fator que interferiu no abandono dos estudos de um elevado número de alunos, cerca de 42% deles tiveram a sua primeira entrada no período da infância ou adolescência.

Jovens com menos de 10 anos corresponde a (6,6%), entre 10 e 12 anos (12%), entre 13 e 15 anos (23,3%) e entre 16 e 18 anos (com 22,2%), somadas, refletem a situação de cerca de 64% dos respondentes, fator esse que, sem dúvida, em muito deve ter marcado negativamente a sua trajetória escolar (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 80).

Outra situação observada, porém não mais importante, é o fato de alguns alunos estarem trabalhando quando deveriam estar estudando, sendo que 21,5% dos alunos trabalhadores nunca tiveram um trabalho remunerado. Fato que deve ser considerado, na busca pela compreensão das expectativas dos jovens em relação ao ProJovem, quando o considera como uma das possibilidades de adquirirem qualificação profissional para o ingresso no mercado de trabalho (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 80-1).

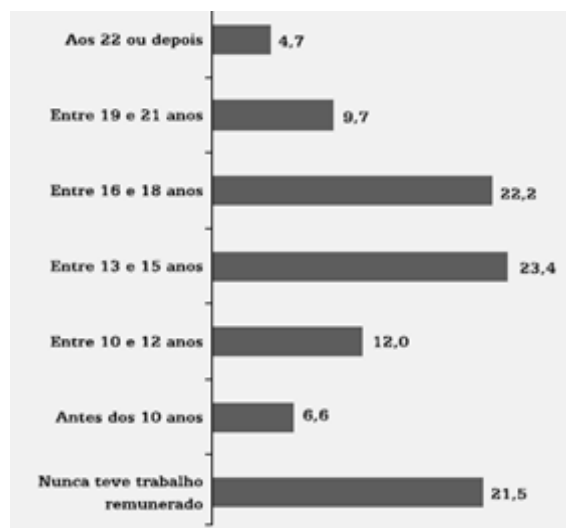


Gráfico 6 – Idade que teve o primeiro trabalho remunerado (%)  
Fonte: ProJovem (2009)

Independente da classe social, o que se percebe, é que o jovem busca o ingresso no mercado de trabalho cada vez mais cedo, tal urgência varia de acordo com as necessidades da família a qual pertence. “Certamente, para a grande maioria, essa pressa está ligada às necessidades básicas de sobrevivência pessoal e familiar. Por outro lado, na sociedade de consumidores, possibilita o acesso a variados tipos de consumo e de lazer” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 81).

Pode-se considerar que tal urgência se deve ao fato de que muitos jovens já perceberam que “submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho, o diploma não é mais garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade atingida” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 81).

A pesquisa demonstrou que segundo os jovens, os principais obstáculos para a sua inserção no mercado de trabalho são a falta de escolaridade, falta de oportunidades e certificação de atividades que sabem desenvolver.

A falta de escolaridade exigida é apontada por mais de 1/3 dos alunos como seu principal obstáculo (34,9%), situação bastante recorrente entre outros jovens e adultos do mesmo estrato social e com histórico educacional similar; falta de vagas/oportunidades e a de certificação para o exercício de atividades

que sabe desenvolver, com 15,1% e 13,7% respectivamente; a falta de qualificação profissional (11,2%) e a de experiência (11%), indicador este bastante comum também entre jovens com maior escolaridade (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 81).

A questão da inserção do jovem no mercado de trabalho é uma situação tão preocupante que 33,9% indicaram nunca terem tido uma ocupação remunerada, enquanto 11% informaram como referência o ano de 2002 ou ano anterior para a última ocupação remunerada que tiveram. Aqueles que exercem alguma atividade remunerada (28,7%) iniciaram essa atividade a partir de 2007, indicando que se manteve uma situação de dependência financeira por um longo período (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 82).

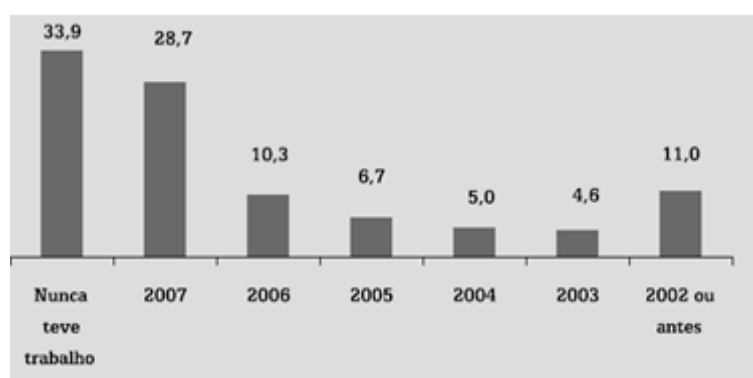


Gráfico 7 – Ano do último trabalho remunerado  
Fonte: ProJovem (2009)

Os poucos casos de trabalho remunerado ofereciam uma faixa salarial de até meio salário mínimo com 64,7% das respostas, 26,9% recebem de meio a um salário mínimo. Considerando que “90% dos entrevistados situam-se na faixa de ganhos de até um salário mínimo, com predominância na metade, presume-se que um grande número desses jovens se encontra, ou já se encontrou, no mercado informal, em situação absolutamente precária” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 83). Vale ressaltar, que a Constituição Federal determina que ninguém que trabalhe mais de 44 horas semanais deve ganhar menos que um salário mínimo.

Com as precárias oportunidades de inserção no mercado de trabalho, o trabalho informal é um vínculo empregatício bastante comum entre os jovens, ocorre em “77% dos casos, sendo 49,8% sem carteira profissional assinada e 20,5% como autônomos. O emprego com carteira representa a situação de apenas 1/4 dos respondentes, com 22,5% das marcações” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 84).

A busca de qualificação para o mercado de trabalho é o principal motivo de inscrição no Programa com 40,8% das respostas. A conclusão do ensino fundamental

tem 27,5% das respostas e o aprendizado de outra profissão 13,3% das respostas. O aprendizado de outra profissão “é um dos pontos fortes de atração para o Programa, denotando o interesse de parte do público-alvo em mudar de situação, reafirma a dimensão que este assume como estratégia de vida para essas populações” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 84).

A juventude atual, contaminada pelo discurso “da falta de qualificação profissional”, busca a todo momento qualquer tipo de relação que lhe traga um pouco mais de conforto, que lhe traga um sentimento de que está tentando, que está se esforçando e que pelo seu esforço não deve ficar de fora do mercado de trabalho. Novaes (2007b) alerta para o fato de que, “os jovens de hoje trazem um profundo ‘medo de sobrar’” (NOVAES, 2007b, p.4).

Os jovens atualmente reconhecem que os certificados são importantes no momento de disputar uma oportunidade de trabalho, mas também reconhecem que a posse desses certificados não é garantia de ocupação.

Eles sabem que os certificados escolares são imprescindíveis, mas sabem também que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais. Frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho e se constrói novas culturas (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 84 ).

De acordo com o estudo, “o ProJovem acerta quando busca integrar educação e trabalho, mas parece que nos níveis locais não tem conseguido cumprir tal expectativa junto ao seu público”. Mesmo que o principal objetivo do jovem participante do ProJovem, seja o ingresso no mercado de trabalho formal ou a qualificação profissional, “a maior contribuição que este lhe oferece é a possibilidade de continuar os estudos (45,3%)”. A não satisfação das expectativas dos jovens que buscam o Programa pode estar no fato de que os próprios jovens consideram a formação profissional oferecida insuficiente, que representa 27,3% dos que esperam conseguir um emprego. Em segundo plano, a atuação dos docentes, “que muitas vezes, agem como incentivadores da retomada da vida escolar de seus alunos, conforme os relatos informais dos supervisores de campo do ProJovem” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 85).



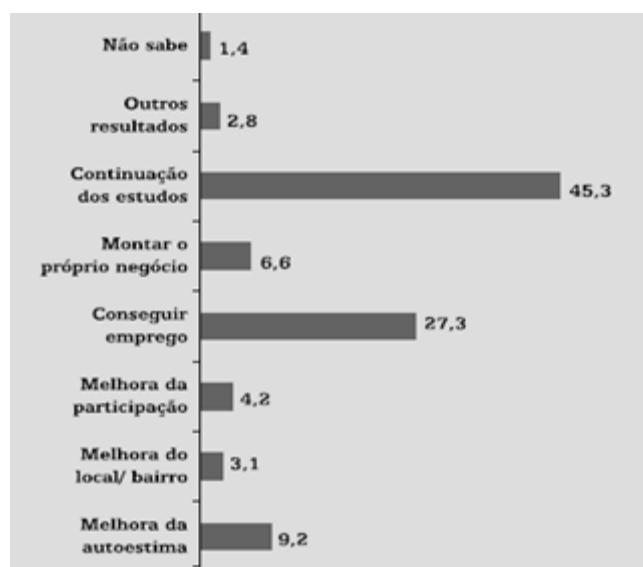


Gráfico 8 – Contribuição do Projovem (%)  
Fonte: Projovem (2009)

Os docentes do Projovem em diversos momentos, incentivam os seus alunos a retomarem a vida escolar, “conforme os relatos informais dos supervisores de campo do Projovem” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 85). É importante destacar que esse incentivo dos Professores contribui para a elevação da autoestima em 9,2% dos alunos, fato que “atesta os efeitos perversos da baixa escolaridade entre os que saíram ou foram expulsos do sistema de ensino durante a sua trajetória escolar” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 85).

Os incentivos por parte do professorado podem ser “até aquele empurrãozinho que faltava”, para aquele aluno que já sofreu tanto com o perverso sistema escolar e que ainda sofre se sinta encorajado a concluir ao menos o ensino fundamental. Mas se incentivo de professor fosse capaz de atuar em problemas tão complexos, de resolver tantas questões, não seria necessário o aumento do número de postos de trabalho ou um sistema escolar mais adequado, bastaria apenas a criação de uma nova modalidade de professor, o “professor incentivador” e assim eliminaríamos todas as formas de desigualdades presentes em nossa sociedade.

Muita expectativa é depositada no crescimento econômico, aumento da escolarização e qualificação, como medida para reduzir o desemprego juvenil. Essas medidas “são condições necessárias, mas não suficientes” (OIT, 2009, p. 133) para garantir o retorno às escolas e o ingresso do jovem no mercado de trabalho formal. É necessário um conjunto de ações efetivas que melhorem a qualidade das inserções do jovem no mundo do trabalho.

### 2.1.A Juventude Brasileira e as Relações de Trabalho

Em 2009, a OIT divulgou o relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil, referente à condição juvenil em nosso país em relação ao desemprego, informalidade, questões de gênero, raça/cor e território. Esse relatório investigou o período entre os anos de 1992 a 2006. Como nessa época ainda não tinha sido promulgado o Estatuto da Juventude, a noção de juventude adotada no relatório, abarca a faixa etária de 15 a 24 anos.

O elevado desemprego juvenil é observado tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento. Na América Latina, a juventude vem ganhando cada vez mais espaço, passando a ser reconhecida pelo seu potencial de contribuir para o crescimento econômico dos países (OIT, 2009, p. 13).

Essa nova visão em torno da juventude foi confirmada na pesquisa, Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional realizada em 2010, que contou com a participação de seis países da América do Sul<sup>5</sup>. Essa pesquisa teve como objetivo conhecer algumas questões que afligem os jovens sul-americanos e buscar respostas para enfrentar esses desafios, impulsionando a participação juvenil na construção das Políticas Públicas de Juventude (IBASE, 2010, p. 13).

Dentre os países investigados, o Brasil apresenta o maior índice populacional e o maior território entre os países da América do Sul. Mas, quando se refere à população de jovens do país, 49,7 milhões o que corresponde a (26,2%) da população, a proporção de jovens em relação ao total populacional, equipara-se aos demais países, que está em torno de 25% (IBASE, 2010, p. 12).

De acordo com essa pesquisa, as diferenças socioeconômicas dos jovens brasileiros interferem de maneira negativa no acesso a educação, “tanto na possibilidade de se manter como estudante como no grau de escolaridade alcançada” (IBASE, 2010, p. 16). Como no caso na mobilidade espacial que adota conotações diferentes de acordo com as posses financeiras familiares. “A migração típica do meio rural para o urbano

---

5 Foram pesquisados quatorze mil jovens e adultos da Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Brasil no período de dois anos. No Brasil, a pesquisa foi realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS) (IBASE, 2010, p. 13). No Brasil foram entrevistadas 3.500 pessoas no segundo semestre de 2008 (IBASE, 2010, p. 30).

(ou de volta ao rural) ocorre praticamente somente entre os mais pobres, enquanto a mobilidade entre países só ocorre para jovens mais ricos” (IBASE, 2010, p. 16).

O simples acesso à internet, que se tornou algo tão comum em nossa sociedade, principalmente para os jovens, ainda não alcança todas as classes sociais. Os jovens mais pobres e do meio rural têm menos chances de conexão. Essa é “a primeira geração de jovens pobres com acesso à internet” (NOVAES *apud* IBASE, 2010, p. 17).

As diferenças de raça/etnia ainda são fatores determinantes no acesso dos jovens aos seus direitos. Os jovens negros apresentam os maiores índices de desemprego, menor renda familiar, baixa escolaridade e menor acesso aos meios de informação. “Contudo, os jovens brasileiros vivem um período de ampliação de seus direitos e institucionalidade” (ABRAMO *apud* IBASE, 2010, p. 16).

Os jovens de todos os países pesquisados consideram que as principais vantagens em ser jovem seriam a vitalidade e tempo com poucas responsabilidades. E as desvantagens seriam a transformação da vitalidade em episódios de delinquência, gerando desconfiança por parte da sociedade e insegurança (IBASE, 2010, p. 37).

É um momento em que estão presentes diversas contradições, como: “viver o presente e/ou se preparar para o futuro? Despertar desconfiança e/ou representar a esperança do futuro da sociedade? Na verdade, as vantagens de ‘ser jovem’ se convertem em desvantagens para a maior parte da juventude” (IBASE, 2010, p. 38). Os fatores socioeconômicos são determinantes na forma como o período da juventude será vivenciado por cada indivíduo, as desigualdades de acordo com as classes sociais. “*A dialética entre diferenças e desigualdades sociais se faz presente no jogo das vantagens e desvantagens em ‘ser jovem’*” (IBASE, 2010, p. 38 - grifo do autor).

O trabalho é uma questão que preocupa os jovens e os adultos entrevistados de todos os países. “Ter mais oportunidades de trabalho” foi apontada por 61,4% das pessoas entrevistadas como a maior necessidade dos jovens hoje nos países investigados (IBASE, 2010, p. 43-4).

A Agenda Hemisférica para a Promoção do Trabalho Decente apresentada pela OIT na XVI Reunião Regional Americana em 2006, aprovou esta como a Década de Promoção do Trabalho Decente e propõem um plano de trabalho, com medidas específicas até 2015, que visa “melhorar a formação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho e, como meta, reduzir à metade a proporção de jovens que não estudam e

não trabalham, em um prazo de 10 anos” (OIT, 2009, p. 13). Essa Agenda reafirmou os compromissos assumidos na Declaração do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas também em 2006. “Reafirmamos o nosso compromisso de elaborar e pôr em prática estratégias que deem aos jovens de todo o mundo uma oportunidade real e igual de conseguir o emprego pleno e produtivo, o trabalho decente” (OIT, 2009, p. 13).

Com as altas taxas de desemprego juvenil, representando “quase metade dos desempregados do mundo”, esse tema passou a integrar os programas nacionais de desenvolvimento, com propostas de melhorar a empregabilidade juvenil, com educação e capacitação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho e a criação de novos postos de trabalho com qualidade (OIT, 2009, p. 14).

A atual geração de jovens é a que apresenta o maior nível de escolaridade. Apesar disso, não há garantias de uma inserção no mercado de trabalho condizentes com o seu grau de escolaridade. “Precarizaram-se as relações de trabalho e também as condições de entrada na vida ativa” (IBASE, 2010, p. 45).

Os jovens também foram afetados pelas transformações econômicas das décadas de 80 e 90, mas não se beneficiaram da reestruturação econômica no período de 2004 a 2008 como os adultos. A maioria das ocupações dos jovens brasileiros é marcada pela precariedade, informalidade e baixa proteção social, “o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente” (OIT, 2009, p. 19).

Assim como na maioria dos países, no Brasil, os jovens apresentam uma taxa de desemprego superior a dos adultos. Em 2006, “a taxa geral de desemprego juvenil era de 8,4% e a dos adultos de 5,6%” (OIT, 2009, p. 52).

Na época em que foi realizado o estudo havia no Brasil cerca de 22,2 milhões de jovens em idade economicamente ativa, representando 23,2% da População Economicamente Ativa (PEA), sendo que 18,2 milhões estavam ocupados e cerca de 3,9 milhões estavam desocupados. Os jovens correspondem a “20,8% da ocupação total e por quase metade (49,1%) dos desempregados” (OIT, 2009, p. 52-3).

Em 2006, 6,5 milhões de jovens (18,8% do total) não estudavam e nem trabalhavam, sendo dos 4,3 milhões que estavam em idade economicamente ativa, 2,2 milhões estavam desempregados. O percentual elevado de jovens que não estudam e não trabalham é um indicador expressivo do grau de exclusão social (OIT, 2009, p. 66).

Diante desses dados expressivos, concluímos que uma das maiores dificuldades que os jovens enfrentam atualmente são relativas ao trabalho. Ao serem questionado sobre “o que é mais importante para um jovem hoje?”. Em todos os países os entrevistados elegeram “ter mais oportunidade de trabalho”, seguido por “estudar e ter um diploma universitário”. A visão do jovem e do adulto, bastante se assemelha diante da questão do desemprego juvenil. Para o jovem, ter mais oportunidade de trabalho, representa 31,6% das respostas e para os adultos 33,2% (IBASE, 2010, p. 52).

Durante a pesquisa, ao serem questionados sobre qual seria “a qualidade mais importante para que um jovem consiga trabalho”, os adultos (37,4%) consideraram o grau de escolaridade como mais importante, enquanto que os jovens (36,8%) consideraram a “experiência” como mais importante.

Isso indica que os (as) jovens desta geração sabem – por observação do que acontece com outros jovens ou por experiência própria – que os diplomas são importantes, mas que não garantem, necessariamente, um emprego condizente com o grau de escolaridade atingida (IBASE, 2010, p. 53).

A juventude brasileira não é homogênea, assim como as desigualdades que afetam homens e mulheres, brancos e negros, moradores de áreas urbanas e rurais. “Não existe apenas uma juventude no Brasil [...], principalmente quando se considera o acesso a direitos, bens e serviços, que ampliam ou restringem as possibilidades de acesso a um trabalho decente” (OIT, 2009, p. 19). De acordo com o relatório da OIT, fatores como “a exclusão social, a precária inserção no mercado de trabalho, a falta de uma educação de qualidade e o acesso a um trabalho decente”, comprometem o futuro do jovem e o desenvolvimento do país. (OIT, 2009, p. 20). Por isso devemos pensar em políticas que reconheçam a diversidade dos jovens.

Os problemas relacionados à educação são marcantes nos jovens que participaram da investigação em todos os países. Problemas presentes no sistema educacional brasileiro, como “práticas discriminatórias, processos de exclusão, mecanismos de reprodução de desigualdades”, também estão presentes nos outros países. A atual situação dos sistemas educacionais ultrapassa as lutas pelo “direito à educação” ou ampliação do “acesso à escola” (IBASE, 2010, p. 57).

Independente do grau de escolaridade, uma educação de qualidade é uma demanda dos jovens em todos os países investigados, como no caso das jovens empregadas domésticas da Bolívia, que consideram como acesso a educação “ser

alfabetizada e completar o ciclo educativo básico”. No caso de jovens negros brasileiros, educação de qualidade significa “a implementação de cotas raciais que lhes deem acesso às universidades públicas” (IBASE, 2010, p. 58). Não importa o local ou o nível, a necessidade de mais acesso a educação é um discurso recorrente em todos os países.

Os jovens entrevistados buscam mais oportunidades para trabalhar e se emancipar e se deparam com “altas taxas de desemprego, precárias leis trabalhista e preconceitos pelo fato de serem jovens” (IBASE, 2010, p. 58). Não será qualquer tipo de emprego que irá resolver a questão, é necessário que seja “trabalho digno”. Nesse caso, o mesmo deveria estar presente em todos os casos de inserção de jovens no mercado de trabalho, assegurando “remuneração condizente e direitos trabalhistas” (IBASE, 2010, p. 58).

O estudo realizado pela OIT foi considerado um marco do projeto de Promoção do Emprego de Jovens na América Latina (PREJAL)<sup>6</sup>, que é desenvolvido no Brasil, tendo como objetivo colocar em prática o que foi estabelecido na Declaração do Milênio da ONU em 2000.

O Projeto tem como objetivo avançar no compromisso de elaborar e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um emprego digno e produtivo, assim como a melhoria das condições de empregabilidade, promover o trabalho decente e produtivo (OIT, 2009, p. 21).

O PREJAL busca a criação de oportunidades de trabalho decente e formação de acordo com as necessidades, o que aumentaria as chances de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O Projeto integra as ações da Rede de Emprego de Jovens (REJ), que é uma iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, do Banco Mundial e da OIT. “Pretende, assim, estabelecer as bases para uma rede de promoção do emprego de jovens nos países atendidos” (OIT, 2009, p. 21-2).

Dados da PNAD em 2006 revelou que os jovens apresentavam uma menor taxa de analfabetismo em função dos maiores investimentos em educação formal de acordo com as exigências do mercado de trabalho. Se comparado aos padrões internacionais, o nível ainda é baixo. “A situação educacional dos jovens brasileiros é

---

<sup>6</sup> O PREJAL é desenvolvido na Argentina, Chile, Colômbia, Honduras, México, Peru e República Dominicana. Segundo a OIT, a principal contribuição do PREJAL no Brasil foi ter contribuído para a construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (OIT, 2009, p. 22).

um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios” (OIT, 2009, p. 33). Medidas de combate às desigualdades educacionais administradas de forma solitária, não permitem o trabalho decente, pois o próprio mercado de trabalho gera novas desigualdades. Por isso algumas prioridades são sugeridas:

a) fortalecer as ações de elevação da escolaridade; b) investir em ações de combate à evasão escolar precoce; c) considerar como elemento central das políticas públicas, dos programas e das ações, a redução das desigualdades educacionais que atingem predominantemente jovens pobres, negros e habitantes de zonas rurais, assim como as que atualmente prevalecem entre as regiões; d) melhorar a qualidade do ensino; e) ampliar as oportunidades de educação profissional, técnica e tecnológica; f) melhorar a articulação do sistema educacional com o mundo produtivo; e, g) ampliar o acesso à cultura (OIT, 2009, p. 34).

No Brasil, muitos jovens tentam conciliar estudo com trabalho e enfrentam um dilema, pois o mercado de trabalho exige escolaridade e experiência. “Isso aponta para a necessidade de criar novos arranjos entre educação e trabalho nas políticas para a juventude” (OIT, 2009, p. 23,26).

A entrada precoce no mundo do trabalho acarreta muitas vezes uma precária ocupação e formação educacional, “contribuindo para a reprodução da situação de pobreza” (OIT, 2009, p. 25). Daí a necessidade da “efetiva prevenção e erradicação do trabalho infantil e dos adolescentes” (OIT, 2009, p. 26). Pensando nisso, é que se deve primar pela criação de oportunidades que possibilitem a continuidade dos estudos para todos os jovens, independente da classe social, crescimento profissional e respeito à diversidade.

Os jovens de famílias com renda mais elevada ingressam no mercado de trabalho tardiamente, em comparação, com os jovens de famílias com menores rendas, principalmente, quando o jovem assume a posição de pessoa de referência na família, seja por necessidade ou pela presença de filhos. Nesses casos acabam que abandonam os estudos. Como consequência da urgência financeira, conseguem ocupações inferiores aos jovens de rendas maiores (OIT, 2009, p. 34-8). Atualmente devem ser pensadas estratégias de conciliação entre estudo e trabalho para esse público.

No caso dos jovens das camadas mais pobres, um trabalho digno significa encontrar uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho que atua nos “mecanismos para coibir a superexploração da força física dos jovens; a discriminação salarial; a ausência de contratos”. No caso de jovens estudantes, a demanda por trabalho digno se concentra na busca por futuros postos de trabalho. Ainda no presente, é

necessário que estejam disponíveis “oportunidades de estágios que realmente representem aprendizado profissional” (IBASE, 2010, p. 58). Se todas as atividades exercidas pelos jovens fossem de qualidade poderiam ser consideradas uma forma de aprendizado e qualificação profissional.

Nos seis países investigados, os governos investiram em educação, numa tentativa de ampliar o ingresso das novas gerações no mercado de trabalho. “A preocupação com os jovens se circunscrevia à educação: tratava-se de desenvolver as aptidões exigidas pelo processo de qualificação da força de trabalho”. Nesse contexto surgiram duas juventudes: “aquela que se prepara para a vida adulta por meio da educação e a outra que não, como parte da classe trabalhadora, sequer era considerada ‘jovem’” (IBASE, 2010, p. 84).

Os estereótipos de gênero e cor/raça afetam de forma intensa a falta de oportunidades, a informalidade e a proteção social. De maneira geral, os jovens são mais afetados em momentos de retração econômica e menos beneficiados em momentos de recuperação (OIT, 2009, p. 36-8).

Uma taxa de participação baixa relacionada a baixos níveis educacionais e dificuldades de inserção no mercado de trabalho, preocupa, da mesma forma que uma taxa de participação alta demonstra o abandono dos estudos em busca de sobrevivência. A taxa de participação é maior entre os homens do que entre as mulheres, entre brancos do que entre negros e indígenas (OIT, 2009, p. 40).

O nível educacional do jovem da área urbana é superior ao do jovem da zona rural. Esse grupo apresenta as maiores chances de integrarem a PEA, enquanto que

a) jovens do sexo masculino que moram na zona rural têm maior probabilidade de estarem na PEA do que, respectivamente, os da zona urbana e os do sexo feminino; essa é mais uma evidência do expressivo diferencial nas taxas de participação entre homens e mulheres, apesar da elevação da escolaridade destas; b) a frequência à escola reduz a probabilidade de participação dos jovens na PEA, mas uma maior escolaridade, controlada pela frequência à escola, aumenta essa probabilidade; c) jovens de famílias com renda domiciliar *per capita* superior a cinco salários mínimos têm menor probabilidade de inserção precoce no mercado de trabalho, se comparados àqueles de domicílios com renda inferior a esse patamar (OIT, 2009, p. 42).

A taxa de participação diminuiu entre os anos de 1992 à 2006, principalmente na década de 1990. Nos anos 2000 o aumento da taxa de participação foi



pouco significativo, devido ao declínio da participação dos jovens em função do aumento da escolaridade na faixa etária de 15 a 19 anos (OIT, 2009, p. 42-3).

Houve um aumento no percentual de jovens que estudavam de 34,9% para 47%, inclusive entre os desocupados de 50,55% para 65,6%. De maneira geral, os jovens inativos têm nível educacional maiores, fato que demonstra os efeitos negativos do trabalho sobre o estudo. Quanto maiores são as jornadas de trabalho, mais dificuldades os jovens têm de conciliar estudo com trabalho (OIT, 2009, p. 43-4).

Na época em que o estudo foi realizado, 57 milhões de jovens, cerca de um terço, tinham jornadas superiores ao estabelecido por lei de 44 horas semanais. Tal situação é mais comum entre os homens (42,4%) do que entre as mulheres (24,5%). “A participação em ocupações precárias ou informais não podem ser consideradas, como meio de qualificação profissional e nem aumentam as possibilidades de mudança nesse quadro no futuro, de encontrar uma trajetória de trabalho decente” (OIT, 2009, p. 44-5).

Segundo dados da PNAD e da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, no período entre os anos de 1990 e 2000, o crescimento do número das ocupações dos jovens foi inferior ao dos adultos. Fato que poderia ser um indicador do aumento da escolaridade e redução do emprego infantil, mas nesse período os “jovens representavam 25% do total da PEA e quase 50% do total de desempregados do país” (OIT, 2009, p. 45).

As mudanças no mercado de trabalho começam a exigir mais experiência profissional, afetando diretamente o jovem. Retomando as contradições do mercado de trabalho, começa a surgir uma demanda por nível mais elevado de educação, o que deveria favorecer o jovem que na maioria dos casos tem escolaridade superior aos adultos, mas não é isso que acontece. Nos casos em que é maior a demanda por experiência profissional, o jovem também é prejudicado.

Entre 1990 e 2000 houve uma queda na participação do jovem no mercado de trabalho formal, ocupando apenas 7,85% dos empregos formais. A principal ocupação do jovem é no setor do comércio (22,3%) como vendedores ou serviços administrativos, seguido do setor agrícola (18,5%) (OIT, 2009, p. 47).

O recorte de gênero apontou que os homens atuam nas áreas de “trabalho agrícola e industrial (produção de bens), na reparação e manutenção, e nas Forças

Armadas”, enquanto as mulheres atuam nas áreas de “ciências e das artes, nos serviços administrativos e no comércio” (OIT, 2009, p. 52).

Cerca de um terço dos jovens do país, exercem atividades sem carteira de trabalho assinada, já que atuam, principalmente, em micro e pequenas empresas (OIT, 2009, p. 49). Eles também são prejudicados pelo menor grau de empreendedorismo, desde os mais estruturados aos mais simples (OIT, 2009, p. 52).

A desocupação juvenil é agravada por variáveis como sexo, raça/cor e local de moradia. Podemos afirmar que o desemprego no Brasil é caracterizado como “feminino, negro e metropolitano”.

A taxa de desemprego das mulheres jovens (23%) era 66% mais elevada do que a dos homens jovens (13,8%). Era de 16,7% para os jovens homens brancos e de 18,7% para os negros (23% para os negros e 18% para os pardos). Na área rural, o desemprego atingia 7,1% dos jovens trabalhadores, taxa que aumentava para 17,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e para 24,8% nas áreas urbanas metropolitanas, sendo de 20,1% nas áreas urbanas como um todo (OIT, 2009, p. 53-4).

A situação se agrava quando ocorre a sobreposição destas variáveis. Os indivíduos que estão em melhor posição em relação ao desemprego, são os homens brancos com 12,9%. A pior situação é a das jovens mulheres negras 24,7%, se for moradoras da região metropolitana sobe para 34,1% (OIT, 2009, p. 54-5).

A região Sudeste apresentava as maiores taxas de desocupação em 2006 (20,3%), tendo o Rio de Janeiro apresentando a maior taxa em nível estadual (26,0%) (OIT, 2009, p. 55).

No período entre os anos de 1992 a 2006, a taxa de desemprego juvenil subiu de 11,9% para 18,0%. Em 2005 atingiu o percentual mais elevado do período de 19,6%. Os jovens são os mais afetados em momentos desfavoráveis (OIT, 2009, p. 56).

A faixa etária também é um fator que influencia na taxa de desocupação, quanto mais novo, menores são as chances. Independente de qualquer variável isolada, o jovem tem menos chance de estar empregado do que um adulto.

A probabilidade de desemprego é maior para as mulheres do que para os homens, para os negros do que para os brancos, para os que vivem nas áreas urbanas do que para os da zona rural, para os jovens mais do que para os adultos e para os que têm até 11 anos de estudo em comparação àqueles com 12 anos ou mais de escolaridade (OIT, 2009, p. 58).

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho pelo fato de ser jovem é acentuada por variáveis como, o local de moradia, a cor/raça e o sexo. As áreas rurais e

metropolitanas são os locais que apresentam os menores números de oportunidades e o jovem que já tem disponível poucas oportunidades, percebe esse número diminuir ainda mais em função do tom da sua pele. O sexo feminino que ficou restrito as atividades domésticas por longos períodos, também sofre com a escassez de oportunidades disponíveis para os jovens, que se tornam ainda mais escassa pelo fato de ser mulher. Não podemos desconsiderar o elevado de número de jovens que atuam na informalidade, que também sofre influências do sexo, cor/raça ou local de moradia, diminuindo as chances de ingresso numa ocupação formal.

A juventude é o segmento que está presente em maior número na informalidade<sup>7</sup>. Em 2006, cerca de 11 milhões de jovens exerciam atividades no setor informal. Os determinantes raciais são mais expressivos que os de gênero, no quesito informalidade, “há cinco informais para cada dez jovens brancos ocupados (51,1%), essa relação é de cerca de sete informais para cada dez jovens negros ocupados” (74,7%). A maior taxa foi registrada entre as mulheres negras (70,7%) (OIT, 2009, p. 59,63).

Com o número elevado de pessoas que atuam no mercado informal, “não é possível rejeitar a hipótese de existência de “filas”, no mercado informal, em busca de um emprego formal”. Essas “filas” só poderão ser reduzidas com os empregadores “escolhendo” esses trabalhadores para atuarem em suas empresas. Nessa escolha são apontadas outras questões. Qual tipo de trabalhador teria mais chance nessa contratação? “Entre os trabalhadores com maiores dificuldades de serem escolhidos estariam os negros, as mulheres, os analfabetos, os jovens que estão entrando no mercado de trabalho e os trabalhadores que cuja última ocupação era informal” (SOARES, 2004 *apud* OIT, 2009, p. 58).

O aumento dos níveis de escolaridade proporcionou a queda da informalidade. A maior taxa de informalidade é registrada no Nordeste (81,0%) e a menor taxa é registrada na região Sudeste (48,2%) (OIT, 2009, p. 60).

Os incentivos à redução da informalidade também são importantes para manter o sistema de previdência social. “Haverá uma disparidade da relação entre trabalhadores

---

<sup>7</sup> Foram considerados como trabalhadores informais os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a Previdência Social; os trabalhadores não remunerados que atuam na construção para o próprio uso e na produção para o próprio consumo (OIT, 2009, p. 59).

ativos e aposentados”. A informalidade aumentou no final dos anos de 1990 em função do baixo crescimento econômico e do aumento dos anos de estudo dos jovens, que se equiparou aos dos adultos, resultando numa disputa maior por um número menor de oportunidades (OIT, 2009, p. 61).

Com isso surge um novo indicador de exclusão social dos jovens, “o déficit de emprego formal, que corresponde ao percentual de jovens economicamente ativos excluídos do trabalho formal pelo desemprego e pela informalidade” (OIT, 2009, p. 63).

Em 2006, 16,3 milhões (46,9%) de jovens estavam estudando e 18,4 milhões (53,1%) não estudavam. Com o aumento da idade, também aumenta o número de jovens que não estudam e nem trabalham, já que o mercado não consegue absorver quem termina os estudos. “Como esperado, a frequência escolar entre os inativos (65,3%) era maior do que entre os ativos (36,4%), e maior entre os desempregados (44,1%) do que entre os ocupados (34,5)” (OIT, 2009, p. 64 -5).

O percentual de mulheres que não estudam e nem trabalham (25,9%) é maior que o dos homens (11,7%), mesmo em casos de maior escolaridade feminina (OIT, 2009, p. 66). O percentual de jovens negros que não estudam e nem trabalham, é maior em ambos os sexos (20,9%). Ser negro, ser mulher e ter baixa renda, aumentam significativamente, as chances de não estudar e não trabalhar em oposição aos outros critérios (OIT, 2009, p. 67).

O percentual de moradores das áreas urbanas que só estudam, é maior em relação ao meio rural, talvez se justifique por ter mais acesso aos estabelecimentos de ensino. Como também é maior, nessas áreas, o desemprego (OIT, 2009, p. 68-9).

O índice de vulnerabilidade juvenil<sup>8</sup> mede o grau de exclusão social do jovem no país, revelando o número de jovens desempregados, desempregados que não estudam e que atuam no mercado informal. De acordo com esse índice, em 2006, tínhamos 19,3 milhões de jovens (55,7% do total) em situação de vulnerabilidade. Diante desses dados preocupantes, diversos setores da sociedade civil e dos governos começam a repensar suas ações para gerar um maior e melhor conjunto de oportunidades para os jovens brasileiros (OIT, 2009, p. 70).

---

8 Pode ser construído por meio da soma entre o percentual de jovens excluídos do mercado de trabalho pelo déficit de emprego formal, os que não estudam e não trabalham, eliminando-se a sobreposição entre desempregados e desempregados que não estudam (OIT, 2009, p. 70).

A pesquisa realizada com os jovens sul-americanos em 2008 revelou que 69% dos jovens brasileiros, consideraram que o governo naquele momento (governo Lula), “conhecia as necessidades dos jovens, mas não fazia nada a respeito”, enquanto que apenas 10% dos jovens “consideram que os seus governos não se preocupam com as necessidades dos jovens” (IBASE, 2010, p. 88). De acordo com esses jovens, os governos reconhecem a vulnerabilidade e as necessidades da juventude, mas não se interessam em propor iniciativas para atendê-las.

O Brasil é o único país dentre os pesquisados pelo IBASE, onde mais jovens do que pessoas adultas lembram de Políticas Públicas voltadas para Juventude. Apesar disso, a expressão “*Políticas Públicas de Juventude*” ainda não está presente no cotidiano de grande parte da população. Nesse caso, a população reconhece a necessidade de ações destinadas à juventude, mas desconhecem as medidas adotadas e não conseguem distinguir as ações que são realizadas pelo governo ou por outras instituições, ou ainda iniciativas destinadas às crianças e famílias.

Estas informações indicam o quanto o “campo de juventude” possui fronteiras porosas e o quanto a ideia de juventude como sujeito de direitos específicos e destinatários de políticas está circunscrita a especialistas, militantes e gestores (as) de espaços institucionais de juventude (IBASE, 2010, p. 89).

Apesar de toda a falta de familiaridade com o termo “políticas públicas para a juventude”, a pesquisa demonstrou que o ProJovem é o programa de governo destinado aos jovens, mais conhecido entre os indivíduos pesquisados (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 74).

O governo atribuiu esse “conhecimento” ao fato do ProJovem ter sido pensado para atender as demandas sociais da juventude, que é uma parcela significativa da população e que não recebia o atendimento adequado. Esse conhecimento do ProJovem “parece corroborar a intenção governamental de instituí-lo como um marco na inauguração de uma ação estatal de peso na formulação de uma política de juventude” (ABRAMO e BRANCO, 2009, p. 112).

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o crescimento econômico não tem sido acompanhado de melhorias significativas nas chances e na qualidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O trabalho em nosso país tem uma intensa presença na vida dos jovens, que enfrentam muitas dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho na idade correta e permanecer nele, “mesmo

apresentando níveis mais elevados de escolaridade em relação às gerações anteriores” (CORROCHANO, 2011, p. 45-6).

Até recentemente, o ingresso no mercado de trabalho, o término da educação, a saída da casa dos pais, o primeiro filho, eram eventos que culturalmente marcavam a passagem da infância para o mundo adulto. “Os países centrais chamaram esse período de ‘trinta gloriosos’” (GALLAND, 2001 *apud* CORROCHANO, 2001, p. 45).

Vários acontecimentos ao longo dos anos interferiram no que se pode chamar de “passagem para o mundo adulto”, onde as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho se destacam como interferências nesse processo. Tais acontecimentos não afetam apenas os jovens, com processos de “desemprego e precarização de postos de trabalho, mas mobilizam um conjunto de respostas dos adultos e suas instituições, contribuindo para ampliar a visibilidade de conflitos da sociedade como um todo” (PAIS, 2001 *apud* CORROCHANO, 2011, p. 45).

Os jovens que participaram da pesquisa na América do Sul e do estudo da OIT reconhecem as novas exigências do mercado de trabalho, sendo seduzidos pelos discursos governamentais, da necessidade de ampliação da qualificação profissional, o que aumentaria as suas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. Mas esses jovens, não enxergam uma ação efetiva por parte dos governos, no combate aos elevados índices de desemprego juvenil. Dessa maneira, apesar de todo o conhecimento do ProJovem por parte dos brasileiros, ele não é considerado pelos próprios jovens pesquisados, uma medida efetiva contra o desemprego juvenil.

Infelizmente, a visão da parcela de jovens que participaram da pesquisa, não pode ser tomada como verdade absoluta, já que muitos jovens buscam a participação no ProJovem e depositam todas as suas esperanças de ingresso no mercado de trabalho e mudança de vida nessa oportunidade. Esse comportamento demonstra a vulnerabilidade do público jovem, principalmente do jovem pobre morador da periferia.

É nesse contexto que a OIT sugere ao Brasil, como a outros países, a construção de uma Agenda de Trabalho Decente para a Juventude, na tentativa de erradicar o trabalho infantil e aumentar as oportunidades de postos de trabalho decente aos jovens. E assim reduzir as desigualdades e a exclusão, processos tão marcantes em nossa sociedade.

## 2.2. Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude

A juventude é o momento da vida, no qual enfrentamos diversas crises, inclusive no âmbito social e na atualidade, principalmente no mundo do trabalho. “As condições culturais e biológicas específicas dos e das jovens os/as tornam mais expostos/as aos dilemas sociais, deixando-os mais visíveis para a sociedade como um todo” (BRASIL, MTE, 2010, p. 3).

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho a partir dos anos de 1970 e que foram refletidas na sociedade assalariada, “ao lado da crescente escolarização e da simultânea dificuldade de inserção no mercado de trabalho enfrentada por muitos jovens” e as transformações nos arranjos familiares, mudaram os aspectos que durante décadas, demarcavam a passagem da juventude para o mundo adulto (BRASIL, MTE, 2010, p. 3).

A convivência familiar ou o ingresso no mercado de trabalho, ou a falta deles, não são mais quesitos que separam os indivíduos entre jovens e adultos. Diante disso, podem ocorrer casos em que a escolarização se estende e não há ingresso no mercado de trabalho, pode até haver casos de independência financeira, mas sem a saída da casa dos pais ou a formação de uma nova família. Atualmente, é comum que a juventude “seja marcada por imprevisibilidades e reversibilidades, levando hoje a se falar em ‘percursos não-lineares’ (ou ‘trajetórias ioiô’)” (PAIS, 2001 *apud* BRASIL, MTE, 2010, p. 3 – destaques do autor).

Recentemente a juventude se tornou um problema político, passando a integrar a Agenda Nacional, provocando o aumento de iniciativas em diferentes esferas governamentais e na sociedade. As ações destinadas a esse público foram, principalmente, iniciativas destinadas à geração de trabalho e renda (BRASIL, MTE, 2010, p. 3, 10). É nesse contexto que surge a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

Entende-se que o trabalho decente seja “uma condição fundamental para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais”. Não se resume ao “trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. A OIT define o Trabalho Decente baseada em quatro pilares estratégicos:

1) MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO: elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os/as jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, elevação da escolaridade [...]; 2) CONCILIAÇÃO DE ESTUDOS, TRABALHO E VIDA FAMILIAR: ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar[...]; 3) INSERÇÃO ATIVA E DIGNA NO MUNDO DO TRABALHO:[...] a) ampliação das oportunidades de emprego assalariado e melhoria de sua qualidade; igualdade de oportunidades e de tratamento; promoção da saúde do/a trabalhador/a; combate às causas da rotatividade; acesso à terra, trabalho e renda no campo; b) melhorias na qualidade dos empregos, com ampliação das oportunidades no campo dos “empregos verdes”; c) geração de trabalho e renda através da economia popular e solidária, associativismo rural e do empreendedorismo. 4) DIÁLOGO SOCIAL: ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; [...] (BRASIL, MTE, 2010, p. 24).

Atualmente, os “jovens experimentam um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso do desemprego e do trabalho precário”. De acordo com a Agenda, variáveis como “sexo, cor/raça, renda familiar, posição na família, escolaridade e região de moradia, entre outras” (BRASIL, MTE, 2010, p. 5), proporcionam ainda mais desigualdades para a juventude, mais desigualdades no acesso ao trabalho decente.

Mesmo com todas as dificuldades, pesquisas apontam que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora. Em 2009, 34 milhões de jovens (de 15 a 29 anos) estavam trabalhando ou procurando emprego. E que vem tentando cada vez mais conciliar estudo com trabalho (BRASIL, MTE, 2010, p. 7).

Ainda, de acordo com a Agenda, a faixa etária de ingresso no mercado de trabalho varia de acordo com a classe social. Os jovens das classes menos favorecidas, em muitos casos, acabam ingressando no mercado de trabalho antes da idade considerada como legal para trabalhar e sem concluir o ensino fundamental. Os jovens das classes mais favorecidas, normalmente, ingressam no mercado a partir da maior idade, a partir dos dezoito anos, em trabalhos formais e com o ensino médio concluído. Estudos apontam, que nesse momento a desigualdade entre as classes sociais “se expressa muito mais nas chances de encontrar trabalho e no tipo de trabalho encontrado: os jovens de renda mais elevada estão sujeitos a menores índices de desemprego e a uma inserção mais protegida no mercado de trabalho” (BRASIL, MTE, 2010, p. 7-8).

Diversos estudos apontam que a chamada “inatividade juvenil”, atinge de forma mais intensa as jovens mulheres negras, que são em maior número no grupo dos jovens que não estudam e nem trabalham. Nos casos em que a escolaridade feminina é maior que a masculina, elas têm menos acesso ao mercado de trabalho formal. No caso masculino, a diferença se dá pelo quesito cor/raça, já que o jovem negro demora mais



tempo para conseguir um trabalho decente em relação ao jovem branco. Mesmo em momento de crescimento econômico, a taxa de desemprego juvenil, de informalidade e de postos precários permanecem mais elevada que as taxas de desemprego e informalidade dos adultos, principalmente para os jovens com menor renda, escolaridade, homens e mulheres negros. Apenas crescimento econômico não resolve a equação (BRASIL, MTE, 2010, p. 8-9).

Os jovens, principalmente de setores sociais mais organizados, deixam claro que “educação e trabalho tem assumido centralidade em suas reivindicações” (BRASIL, MTE, 2010, p. 6). Não é qualquer trabalho ou educação, os jovens estão em busca de educação e trabalho de qualidade e começam a exigir dos seus governantes, atitudes que possam resolver essas questões. Na tentativa de promover o acesso dos jovens ao trabalho decente, o governo Lula implanta a sua linha de ação em 2003, com a adoção de alguns Programas que oferecem qualificação profissional concomitante com a educação básica, com o objetivo de facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho, estimulando as empresas a contratá-los. Dentre esses programas destacamos o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e posteriormente o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

### **2.3. Programa Nacional do Primeiro Emprego – PNPE**

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Juventude (PNPE) começou a ser formulado no momento em que não havia se definido uma política clara para a juventude, sendo uma das primeiras ações do governo Lula, direcionadas a juventude com os objetivos a criação de postos de trabalhos e qualificação do jovem para o mercado de trabalho.

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover: I - a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e II - a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social (BRASIL, 2003).

Os objetivos do PNPE seriam desenvolvidos por meio de ações de subvenção econômica, consórcios sociais da juventude, juventude cidadã, empreendedorismo e responsabilidade social, e ações de reformulação da aprendizagem. A estrutura do programa visa à articulação entre “ações para o fomento à geração de vagas para jovens no mercado de trabalho, intermediação de mão-de-obra, qualificação e preparação para o trabalho, e estímulo a formas alternativas de geração de trabalho e renda” (CUNHA e SILVA, 2006, p. 81).

A princípio, o PNPE era destinado aos jovens com idade entre dezesseis a vinte e quatro anos, que estivessem desempregados e que atendiam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - não tenham tido vínculo empregatício anterior; II - sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo; III - estejam matriculados e frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, ou que tenham concluído o ensino médio, não sejam beneficiados por subvenção econômica de programas congêneres e similares. Serão atendidos, prioritariamente, pelo PNPE, os jovens cadastrados no Sistema Nacional de Emprego - SINE (BRASIL, 2003).

A partir de 2004, os critérios de elegibilidade do Programa foram alterados. O indivíduo deveria ter uma renda mensal de até meio salário mínimo, mas considerando no cálculo da renda os benefícios de Programas congêneres e similares, e a escolaridade foi ampliada para os jovens que já tinham concluído o ensino médio. O diferencial do PNPE naquele momento seria a inserção do jovem no mercado de trabalho por meio de ações de subvenção econômica, já que até aquele momento as ações se destinavam apenas a oferta de qualificação profissional (OIT, 2009, p. 74).

Mesmo que as propostas de subvenção econômica tenham sido diferenciadas daquelas que existiam no momento, as mesmas duraram apenas quatro anos, já que não tiveram os efeitos esperados nas empresas. A ineficiência da linha de subvenção econômica promoveu “mudanças de ênfase das ações do lado da demanda para ações do lado da oferta no mercado de trabalho, em especial aquelas direcionadas à elevação da escolaridade e da qualificação profissional” (OIT, 2009, p. 76).

Posteriormente o Programa se limitou a adoção da oferta de qualificação profissional por meio dos Consórcios Sociais da Juventude (CSJ). Os CSJ são uma parceria entre o governo e a sociedade, onde organizações sociais desenvolveriam ações de qualificação profissional, em locais onde supostamente o Estado não consegue

alcançar. E assim promover a inserção do jovem no mercado de trabalho, complementando as ações de subvenção econômica (OIT, 2009, p. 77-8).

A OIT aponta algumas hipóteses que justificariam a baixa eficiência do Programa, “como a baixa qualificação dos jovens que se inscreviam no Programa, o que dificulta sua contratação mesmo com a oferta de subsídio”. O pouco interesse das empresas em contratar esse tipo de mão de obra e as diversas dificuldades enfrentadas pelas empresas para a contratação de um jovem por meio do programa. “Sobretudo no caso das pequenas e médias empresas, que demonstravam interesse em aderir ao programa, ou até já haviam contratado algum jovem e queriam contratar outros”, mas encontravam grandes dificuldades como a obtenção da documentação exigida, entre outras (CUNHA e SILVA, 2006, p. 95).

Independente dos motivos que favoreceram a baixa eficiência do Programa, o próprio governo que deveria ser o agente facilitador do processo, em alguns momentos, era justamente quem impedia a eficiência do Programa, como nos casos de empresas que queriam aderir ao Programa, mas não conseguiam.

De maneira geral, um Programa que tem como foco a redução de gastos com o trabalhador, não me parece ser a melhor solução para o desemprego juvenil. [...] “Ao lado do encerramento das ações de subsídios, as intervenções em âmbito do governo federal no mundo do trabalho permanecem prioritariamente concentradas na elevação da escolaridade e da qualificação profissional” (CORROCHANO, 2011, p. 63).

Podemos dizer que, a não consideração da diversidade da condição juvenil aponta a ineficiência de políticas que tem como foco apenas, as medidas de qualificação profissional. “Mesmo em cenários de baixo crescimento econômico, quando se trata de construir saídas para as jovens gerações, a centralidade na educação parece ser muito mais forte” (BRASIL, MTE, 2010, p. 12).

O PNPE apostou na redução de custos das empresas para estimular a contratação de jovens, mas não teve o resultado esperado, pois mesmo com os estímulos financeiros, os jovens não detinham a formação que as empresas julgavam necessária para a contratação e apenas uma parcela pequena dos jovens desocupados foram beneficiados por suas ações. Assim, como em outros programas destinados aos jovens e, principalmente, destinados a promover a inserção do jovem no mercado de trabalho o

investimento em educação, em qualificação profissional, se tornou o foco principal. Na mesma linha de investimento em educação e qualificação profissional, as próximas ações governamentais destinadas a inserção dos jovens no mercado de trabalho, baseadas nos Consórcios Sociais da Juventude temos o ProJovem.

### 3. O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM

Neste capítulo iremos abordar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem e suas modalidades. Será abordado também o desenvolvimento da modalidade Urbano em Mesquita, onde foram ouvidos os sujeitos envolvidos no Programa. Assim, nossa pesquisa, verificou as expectativas dos alunos ao ingressarem no Programa e como as mesmas foram atendidas ou não e a inserção deles no mercado de trabalho. Buscamos a relação entre a análise documental e a compreensão da visão dos alunos, profissionais e coordenadores.

No início do governo Lula, ainda não havia um referencial para políticas públicas dirigidas aos jovens acima de 18 anos. No final de 2003 a Câmara de Políticas Sociais instituída no âmbito da Casa Civil formou vários grupos de trabalhos sobre temas transversais que consideravam estar sendo enfrentados de forma inadequada pelo governo federal, entre eles a Juventude (CARDOSO, 2007, p. 33-4).

No ano de 2003 teve destaque o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, que realizou uma pesquisa nacional, vários encontros com movimentos juvenis, especialistas e ONGs. Por meio dessas ações foi possível a realização de diversos seminários nacionais e um internacional. No mesmo ano foi instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude. A mesma fez audiências públicas por todo país, realizou uma Conferência Nacional em Brasília e promoveu visitas a instituições internacionais para conhecer suas experiências. Em conjunto com essas ações foi elaborada uma proposta de Emenda Constitucional, um Plano de Juventude e o Estatuto da Juventude (NOVAES, 2007a, p. 253-4).

Em 2004, o Ministério da Educação (MEC) por meio do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) elaborou uma estratégia de enfrentamento dos problemas que historicamente tem prejudicado os sistemas de educação no Brasil e previu ações articuladas entre diversos Ministérios e parcerias com Estados e Municípios, “sustentados por seis pilares: *i*) visão sistêmica da educação; *ii*) territorialidade; *iii*) desenvolvimento; *iv*) regime de colaboração; *v*) responsabilização; e *vi*) mobilização social” (IPEA, 2008, p. 100).

Junto ao Poder Executivo, no ano de 2004, por solicitação do Presidente Lula, o então Ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, criou um Grupo Interministerial para examinar as políticas dirigidas à juventude. Entre junho e setembro do mesmo ano, os resultados dessas e de outras iniciativas chegaram à Presidência da República. Todas convergiam em um ponto: “a necessidade de criação de um espaço institucional específico para a Juventude”.

Em 2004, na Câmara Federal foi instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, iniciando o processo de debate sobre a constituição do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, ainda em tramitação e, também, a Emenda Constitucional 65/2010, que incluiu a palavra “jovem” na Constituição Federal (BRASIL, 2013b, p. 9).

Em fevereiro de 2005 foi enviada ao Congresso a Medida Provisória N° 238, de 01/02/2005 convertida na Lei 11.129/2005, que anunciava que todos os jovens brasileiros de 15 a 29 anos seriam beneficiados pela Política Nacional de Juventude (PNJ). A PNJ foi lançada sob a ótica da criação de uma política nacional integrada destinada ao jovem, que seja capaz de “romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, SNJ, 2008, p. 13).

A PNJ deveria atuar em regime de parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nesse contexto foram instituídas três entidades com distintas e complementares funções e finalidades:

A Lei 11.129, vigente desde 30.6.2005, cria: a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ), cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; b) o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o PROJOVEM), um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho (NOVAES, 2007a, p. 254-5).

Essas medidas foram lançadas sob a ótica da criação de uma política nacional integrada destinada ao jovem, que seja capaz de “romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 13). Nesse contexto foi se desenhando a política pública de

juventude do país, que segundo o governo, essa experiência acabou “tornando-se muitas vezes referência para outros países” (PAPA e FREITAS, 2011, p. 9).

De acordo com o discurso governamental, os brasileiros nascidos há 15 ou 29 anos, próximos quanto à data de nascimento, mas que estão distantes entre si na sociedade, necessitam de um catalisador para se encontrarem e se ouvirem mais. “Distanciamento causado pela origem de classe, pelas relações subordinadas entre campo e cidade, pelas disparidades regionais, pela geografia das grandes cidades que criminaliza e marginaliza suas favelas e periferias, por múltiplos preconceitos e discriminações”. Esse catalisador seria a PNJ (NOVAES, 2007a, p. 258).

Esse arranjo institucional, segundo o governo, demarca um novo patamar de ação das políticas públicas governamentais destinadas à juventude, que passa a ser “considerada em sua singularidade, diversidade, vulnerabilidades e potencialidades”, visando atender os seguintes objetivos:

*i)* articular as ações federais voltadas ao público juvenil (majoritariamente destinadas aos jovens de baixa renda); *ii)* promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política de juventude; e *iii)* melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização e de escolaridade e de qualificação profissional (escopo original do PROJOVEM), na perspectiva de melhorar suas chances de inserção no mundo do trabalho (IPEA, 2008, p. 27).

A SNJ, o governo e a sociedade foram chamados a assimilar as questões referidas nos vários diagnósticos nacionais. Para a SNJ, são nove os principais desafios, a saber:

1. ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade;
2. erradicar o analfabetismo entre jovens;
3. preparar para o mundo do trabalho;
4. gerar trabalho e renda;
5. promover vida segura e saudável;
6. democratizar acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação;
7. melhorar a qualidade de vida dos jovens do meio rural e nas comunidades tradicionais;

8. promover direitos humanos e políticas afirmativas;
9. estimular a cidadania e participação social (NOVAES, 2007a, p. 276-7).

Diante dos desafios apresentados, as ações da SNJ se articulam em torno de três objetivos principais: “*Políticas Públicas de Juventude como Política de Estado; Participação para Fortalecimento da Política Nacional de Juventude; Políticas Públicas de Juventude fazendo diferença para a juventude brasileira*” (BRASIL, 2013b, p. 15 – grifo nosso). Esses objetivos visam à construção de políticas públicas que considerem as diferentes situações vivenciadas pela juventude brasileira. De acordo com o governo, essas diferenças são determinantes no acesso dos jovens aos seus direitos e oportunidades, ou a sua ausência. E a SNJ tem o reconhecimento da diversidade como um marco nas atribuições que lhe competem.

A SNJ tem, entre as suas atribuições, formular, executar, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude no âmbito do Governo Federal, além da competência de articular, promover e executar programas de cooperação com diversos setores públicos e privados voltados à juventude (BRASIL, 2013b, p. 15).

O Programa ProJovem foi regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, obtendo parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação “como um curso experimental”, baseado no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É executado em regime de colaboração entre as Secretarias Municipais de Educação através de seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, SNJ, 2008, p. 22).

Segundo os documentos que norteiam as ações do ProJovem, o Programa foi criado para enfrentar as altas taxas de abandono escolar e desemprego juvenil registradas no Brasil, oferecendo oportunidade de qualificação profissional e de desenvolvimento humano.

Destinado a executar ações educacionais articuladas, que propiciem aos jovens brasileiros, tanto a elevação de seu nível de escolaridade, objetivando a conclusão do Ensino Fundamental, quanto sua Qualificação Profissional inicial para o trabalho, com vistas a estimular sua inserção produtiva e cidadã, bem como o desenvolvimento de ações comunitárias de exercício da cidadania, com práticas de solidariedade e de intervenção na realidade local (BRASIL, 2006, p. 3,4).



O Programa surge em caráter emergencial e experimental. Emergencial, porque é destinado aqueles “que têm necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos”. Experimental, “porque tem uma proposta curricular nova, baseada em novos paradigmas” (BRASIL, SNJ, 2008, p. 21).

Segundo o discurso oficial, são adotados conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação. A [...] “apropriação de novos conhecimentos, reelaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionando quanto a sua inserção social e profissional” (BRASIL, SNJ, 2008, p. 32).

No mesmo período, o Programa Escola de Fábrica e os Consórcios Sociais de Juventude do PNPE atuavam nas mesmas regiões que o ProJovem e tinham poucas diferenças quanto aos objetivos. Cardoso (2007) esclarece a questão.

O ProJovem enfatiza a elevação de escolaridade, enquanto o CSJ se propõe a articular qualificação e inserção no mercado de trabalho. Já o Programa Escola de Fábrica visa a ofertar uma primeira experiência profissional prática. Porém, todos os programas se propõem a ofertar qualificação profissional, apoiar ou garantir a elevação de escolaridade e favorecer a inserção do jovem de baixa renda no mercado de trabalho (CARDOSO, 2007, p. 35-6).

O ProJovem incorporou a maioria das ações do governo federal destinadas aos jovens, que tinham como princípio a “elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias” (CORROCHANO, 2011, p. 63).

A primeira proposta do Programa era destinada aos jovens de 18 a 24 anos, que terminaram o quinto ano, mas não concluíram o nono ano do Ensino Fundamental ou com quatro a sete anos de escolaridade, sem vínculo empregatício formal e que viviam em domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo. O curso tinha a duração de 12 meses com carga horária de 1.200 horas presenciais, sendo 800 horas de formação básica, 350 horas de qualificação profissional, 50 horas de ação comunitária e 400 horas de atividades não presenciais e prestação de serviços comunitários, totalizando 1.600 horas (BRASIL, 2008, p. 23).

A formação era dividida em quatro Unidades Formativas, que se articulam em torno de eixos de estruturantes, que são situações problemas do cotidiano dos jovens

e são responsáveis por toda articulação dos diferentes componentes curriculares e progressão do aprendizado. As Unidades Formativas tinham duração de três meses cada, com as mesmas disciplinas do ensino fundamental incluindo Informática, Qualificação Profissional (POP) e Plano de Ação Comunitária (PLA) de forma integrada (BRASIL, 2006, p. 15,22).

Pela proposta do Programa, por meio da interdisciplinaridade se busca uma abordagem integrada das questões contemporâneas da sociedade com as disciplinas. “Assim, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos”. Com o apoio do material didático são criadas situações desafiadoras, que estimulem o aprendizado. O professor é o mediador entre o conhecimento e o aluno.

A integração indissociável entre a Educação Básica, a Qualificação Profissional inicial para o trabalho e a Ação Comunitária proposta, pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes e competências, dos jovens, articulando, mobilizando e colocando em ação seus conhecimentos, habilidades e valores de solidariedade e cooperação (BRASIL, 2006, p. 4-5).

Diante do desemprego juvenil, o ProJovem busca atender principalmente os jovens que vivem nas periferias das cidades. A ociosidade forçada com excesso de tempo livre se torna perigosa para o jovem e para a sociedade. Espera-se que através desses programas, os jovens retornem à escola pública para concluir seus estudos, participem de atividades educativas em alguma associação e, além de disso, promovam o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram (SPOSITO e CORROCHANO, 2005, p. 165).

Os critérios utilizados para a seleção das cidades, onde o ProJovem deveria ser implementado levou em consideração os dados do Censo e da PNAD. O mesmo critério foi adotado para a determinação do número de vagas para cada cidade. Para implantação do Programa, foram feitos convênios entre o governo federal e todas as prefeituras das 27 capitais brasileiras e do Distrito Federal (NOVAES, 2007a, p. 273-4).

A qualificação profissional procura se adequar às oportunidades de trabalho locais. As profissões são escolhidas pelas prefeituras de acordo com as necessidades do mercado local. Em cada capital devem ser oferecidas quatro alternativas de profissões, a partir de 23 áreas que possuem a mesma base técnica. Os cursos de qualificação

profissionais são contratados pelas prefeituras e as entidades executoras são credenciadas pelo Ministério do Trabalho.

Os certificados de conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional também são de responsabilidade dos sistemas de educação que ofertam o programa, mediante as avaliações. “A ideia é preparar o jovem para a chamada *nova cultura da trabalhabilidade*. Essa nova cultura inclui tanto o trabalho assalariado quanto novas formas de empreendedorismo (individual e em grupos) e práticas de economia solidária”. Como a participação em campanhas de doação de sangue ou prestação de serviços à comunidade, de preferência em atividades da sua área de capacitação profissional (NOVAES, 2007a, p. 274 - grifo nosso).

Os alunos mediante comprovação de frequência a aulas e participação nas atividades, recebiam um auxílio mensal de R\$ 100,00, sendo financiado por recursos públicos repassados pela União, para as capitais e municípios de regiões metropolitanas responsáveis por sua execução. O governo federal considera que “o marco do ProJovem pode ser creditado ao fato de ele ter sido o primeiro grande programa governamental brasileiro dirigido intencionalmente para as juventudes, num contexto em que os jovens insurgem como atores de peso nas agendas sociais e políticas do País” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p.75).

Na primeira etapa do Programa, no período de 2005 a 2008, a meta era atender 200.000 jovens distribuídos por todas as capitais brasileiras e Distrito Federal. Em 2006, ocorreu a primeira mudança na ideia original do Programa, ampliando o atendimento para os municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais. “A partir desse momento, o ProJovem estava presente em 29 cidades espalhadas pelo país” (BRASIL, 2008, p. 23).

Segundo o governo federal, diante dos resultados promissores apresentados na implantação do ProJovem, foi preciso catalisar as ações independentes que eram desenvolvidas em diversos Ministérios e dessa forma potencializar as ações do Programa. Tendo como objetivo utilizar a experiência adquirida com o ProJovem e transformá-lo num programa integrado, em 2007, foi criado um grupo de trabalho – GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento (BRASIL, 2008, p. 13).

O GT Juventude demonstrou os caminhos para a concretização dos propósitos do governo “de promover um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros”, lançando o ProJovem Integrado que será desenvolvido em duas linhas de ação: “oportunidades para todos e direitos universalmente assegurados. Em conjunto, essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania” (BRASIL, 2008, p. 13). Esse programa é chamado informalmente de “carro chefe” da política de juventude do governo Lula (NOVAES, 2007a, p. 273).

Após as mudanças na sua estrutura inicial, o Programa Integrado da Juventude passou a ser oferecido em quatro modalidades: ProJovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude), o ProJovem Adolescente (Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome), ProJovem Campo (Ministério da Educação) e ProJovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). A gestão do programa é compartilhada entre os Ministérios responsáveis por cada modalidade e um Comitê Gestor com o acompanhamento da SNJ. O objetivo é minimizar a fragmentação e competição intersetoriais que tem caracterizado a implantação de políticas públicas (NOVAES, 2007a, p. 273-4).

A partir de 2011, por meio da Resolução 60 de 09 de novembro, a administração do ProJovem passou a ser de responsabilidade do MEC sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) (BRASIL, 2011).

As modalidades do ProJovem serão apresentadas a seguir.

### **3.1. ProJovem Urbano**

A partir de 2008, com a sanção da Lei 11.629, o Programa se reorganizou e passou a ser chamado de Programa Integrado da Juventude, incorporando ações e propostas de programas já existentes direcionadas a juventude como: o Agente Jovem, o ProJovem Adolescente, Campo e Trabalhador, o Saberes da Terra, o Consórcio Social da Juventude, o Juventude Cidadã e o Escola de Fábrica (CORROCHANO, 2011, p. 63). Permanecendo com os objetivos de “elevar o grau de escolaridade visando ao

desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã” (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 75).

A integração dos programas proporcionou a ampliação da faixa etária de atendimento para até 29 anos, desde que os jovens sejam alfabetizados, mas sem ter concluído o ensino fundamental e sem a exigência do mínimo de séries cursadas, bastando apenas saber ler e escrever. Tal medida está em consonância com a nova definição de juventude do país, o Estatuto da Juventude. Segundo Relatório da OIT sobre a Juventude no Brasil, a ampliação da faixa etária de atendimento para 29 anos “apresenta novos desafios, uma vez que, especialmente em relação ao trabalho e à escola, as diferenças são muito significativas” (OIT, 2009, p. 13).

Foi permitida também, a entrada de jovens com carteira de trabalho assinada. A duração do curso também foi ampliada para 18 meses. A ampliação da duração do Programa tem como objetivo facilitar a conciliação entre estudo e trabalho pelo jovem. “A carga horária do Projovem Urbano é de duas mil horas, sendo 1.560 presenciais e 440 não presenciais. Está dividida da seguinte forma: 1.092 horas de formação básica; 390 horas de qualificação profissional; 78 horas de participação cidadã”. Com o aumento da carga horária, a formação básica foi dividida em seis Unidades Formativas: I – Juventude e Cultura, II – Juventude e Cidade, III – Juventude e Trabalho, IV – Juventude e Comunicação, V – Juventude e Tecnologia e VI – Juventude e Cidadania (BRASIL, 2010, p. 12).

Outra mudança foi a definição do valor do auxílio mensal de R\$ 100,00 reais para todas as modalidades. De acordo com a lei que sanciona a integração dos Programas, as mudanças propostas visam atender ao “objetivo maior do novo Programa, que é reintegrar esses jovens ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e inseri-los em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer”. Baseado nesse discurso, a integração dos Programas visa um melhor atendimento das questões juvenis (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 75).

O novo Programa visa proporcionar ao jovem a “sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania”. Essa nova versão do Programa se caracteriza por apresentar

(i) propostas inovadoras de gestão inter setorial, compartilhada por quatro ministérios, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e DF envolvidos; (ii) projeto pedagógico integrado (PPI) que representa um novo paradigma de formação [...]; (iii) materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa [...] (BRASIL, 2008, p. 14-5).

As novas propostas do ProJovem Urbano que aprimoram as bases da primeira versão do ProJovem são:

Tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania [...]. Desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atue como sujeito, construtor de um todo que faça sentido para ele. Formar educadores para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano (BRASIL, 2008, p. 16-7).

De acordo com as análises de Gonzales (2009), mesmo com a unificação, os Programas ainda continuam sendo geridos “quase de maneira independente pelos diferentes Ministérios”. Sinaliza que outros Programas de emprego do governo federal destinados aos jovens ficaram de fora do Programa Integrado da Juventude, como os Contratos de Aprendizagem e os Parceiros da Aprendizagem. Fato que aponta a falta de integração das ações governamentais dirigidas aos jovens (GONZALES, 2009, p. 126).

No que se refere à inserção do jovem participante do Programa no mercado de trabalho e o tipo de atividade que exercem enquanto participam do Programa, ainda permanecem sem resposta (BRASIL, MTE, 2010, p. 15).

Conforme avaliação do ProJovem Urbano realizada com os jovens e Professores participantes do Programa em 2010, as expectativas dos alunos se concentram nas chances de elevação da escolaridade e qualificação profissional, vislumbrando a inserção ou reinserção no mercado de trabalho. “No entanto, uma das principais lacunas do Programa pela perspectiva dos jovens relacionava-se ao eixo ‘qualificação profissional’ e as dificuldades de inserção após a participação no Programa” (BRASIL, 2010 *apud* CORROCHANO, 2011, p. 64 – destaque do autor).

É importante observar que as ações das políticas públicas se concentram “na elevação da escolaridade e manutenção dos beneficiados no sistema escolar, e a formação tornou-se seu principal foco”. Não podemos desconsiderar a importância das ações de qualificação profissional, mas como os próprios jovens apontam, precisam ser mais integradas com a inserção no mercado de trabalho (BRASIL, MTE, 2010, p. 15).

As dificuldades de participação dos jovens no Programa se devem, entre outros motivos, “a distância das escolas em relação aos locais de trabalho, os vários problemas de deslocamento entre a escola-trabalho e a casa e as intensas e extensas jornadas de trabalho que impediam a presença nos cursos” (BRASIL, 2010 *apud* CORROCHANO, 2011, p. 64). Isso se deve ao fato, de que o Programa é ofertado principalmente nas periferias e regiões metropolitanas das cidades, enquanto que os jovens trabalhadores exercem suas atividades nas capitais. O cansaço e as viagens ao trabalho prejudicam o jovem que tem interesse em participar do Programa.

Os questionamentos em relação à qualidade da inserção do jovem no mercado de trabalho, os tipos de atividades que exercem após concluírem o Programa, a conciliação entre o trabalho, escola e vida familiar, apontados pelos alunos, ainda permanecem sem resposta.

O foco da formação profissional do ProJovem são as necessidades de mão de obra locais; sendo assim, podemos considerar como um dos objetivos do Programa o ingresso do jovem no mercado de trabalho na sua cidade, mais próximo da sua residência, evitando as viagens extenuantes e lhes proporcionando uma maior qualidade de vida.

Pensando nisso, partimos do princípio que, após a conclusão do curso o emprego estaria garantido. Preparar o jovem para o ingresso no mercado de trabalho de acordo com as necessidades locais não é garantia de emprego. Terá um momento em que todos os postos de trabalho estarão preenchidos, o momento em que as necessidades profissionais serão outras ou até mesmo nem existirão mais. O indivíduo que foi preparado para desempenhar aquela função não terá emprego e o que fazer com o que aprendeu? Provavelmente, não terá muita utilidade. Programas alternativos de geração de renda não resolve o problema do desemprego juvenil, a criação de postos de trabalho para todos os cidadãos seria a solução, mas não é possível, devido às atuais e precárias políticas públicas destinadas aos jovens. As mesmas são observadas no momento em que os jovens participantes do Programa não conseguem o emprego tão desejado. Esses jovens buscam o Programa com um desejo de mudança da realidade em que vivem e me parece que essas expectativas ficam somente no campo dos desejos.

### 3.2. Outras modalidades do ProJovem

#### O ProJovem Campo

O ProJovem Campo resultou da incorporação das ações do Programa Saberes da Terra, mantendo os objetivos de elevação da escolaridade dos jovens vinculados à agricultura familiar, através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. “Integrando a qualificação social e a formação profissional; estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem” (OIT, 2009, p. 97-8).

A principal característica desse Programa é a alternância das aulas de acordo com os ciclos agrícolas. Durante o período de colheita, os jovens deixam de ir à escola para ajudar a família e acabam não retornando mais. Visando combater a desistência desses alunos, perceberam a necessidade de criação de um sistema educacional que respeitasse as necessidades locais, ou seja, os ciclos agrícolas. A partir daí, investiram num sistema que alterna aulas presenciais no período entre safra e aulas a distância durante o período de colheita, visando a permanência do jovem na escola.

Tem como objetivos fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. O número de jovens atendidos aumentará e será estendido a todos os Estados. O curso terá duração de 24 meses (BRASIL, PROJOVEM, 2008).

Ao contrário das outras modalidades do ProJovem, a faixa etária de atendimento foi reduzida. Anteriormente o Programa era destinado aos jovens de 18 a 29 anos, atualmente é destinado aos jovens de 15 a 29 anos. Para participar do Programa o jovem deve ser alfabetizado sem ter concluído o ensino fundamental. No Programa Saberes da Terra, os jovens não recebiam auxílio financeiro. Com a mudança para ProJovem Campo, os jovens recebem o auxílio mensal de R\$ 100,00 a cada dois meses durante 24 meses, assim como nas outras modalidades (OIT, 2009, p. 97).

O Programa oferece qualificação profissional de acordo com os arcos ocupacionais do meio rural, na área da agricultura familiar e sustentabilidade, com cursos de duração de 24 meses. Podemos dizer, que na verdade, o ProJovem Campo é uma modalidade da Educação de Jovens e Adultos para Agricultores Familiares



integrada à qualificação profissional, mas é considerado pelo governo como um Programa Nacional (OIT, 2009, p. 97).

De acordo com o governo federal, o ProJovem Campo vai atuar na reivindicação dos moradores do campo, de ter mais acesso a educação e “como também avançar no combate a um dos desafios da Política Nacional de Juventude, que é melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais” (OIT, 2009, p. 98).

A oferta do ProJovem nas áreas rurais não pode ser considerada como uma medida que irá solucionar o precário acesso desses moradores à educação, é apenas um paliativo diante de uma realidade tão complexa. É questionável também o fato de que a oferta da qualificação profissional pelo Programa seja capaz de trazer mudanças significativas à qualidade de vida desses moradores.

O público alvo do Programa são trabalhadores que exercem atividades simples no meio rural, que nem concluíram o ensino fundamental, enquanto que as vagas disponíveis para aquela região que sejam capazes, realmente, de melhorar as suas vidas em salário e condições de trabalho, por exemplo, exigem uma formação superior àquela oferecida pelo ProJovem.

### **O ProJovem Adolescente**

O ProJovem Adolescente é uma modalidade de Serviço Socioeducativo, destinada aos jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social. Esta modalidade é o resultado da incorporação, com as devidas alterações, do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (OIT, 2009, p. 93).

Os jovens beneficiados pelo ProJovem Adolescente apresentam um perfil diferente dos jovens que são assistidos pelas outras modalidades. Esses jovens são assistidos pelo Programa Bolsa Família ou apresentam o mesmo perfil de renda do Programa, são egressos de medidas socioeducativas com ou sem internação, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e/ou vinculados a programas de

combate ao abuso e à exploração sexual. Nessa modalidade as famílias dos jovens também são assistidas (BRASIL, 2008, p. 15).

Até o ano de 2007 o Bolsa Família pagava um auxílio mensal chamado de benefício variável, que era de R\$15,00 por adolescente que frequentasse a escola até os 15 anos. Após esse período, no caso do jovem ser atendido pelos dois programas, foi fixado um valor de R\$ 30,00 pago pelo Bolsa Família direto as famílias, podendo ter no máximo dois benefícios por família. “Com essas mudanças deve ser ampliado o número de jovens atendidos; também foi ampliado o prazo para que os jovens sejam beneficiados pelo Programa: de um para dois anos” (OIT, 2009, p. 93).

Isso não significa que todos os jovens beneficiados pelo aumento da faixa etária de atendimento do Bolsa Família, também sejam atendidos pelo ProJovem Adolescente, mesmo as duas medidas atuando de forma integrada. “Enquanto se previa que a ampliação do pagamento variável beneficiasse, em 2008, 1,7 milhões de jovens, estima-se que apenas 500 mil jovens foram atendidos nesse mesmo ano pelo ProJovem Adolescente” (OIT, 2009, p. 93). A integração dos dois Programas visava ampliar o número de atendimento aos jovens, mas não teve o resultado esperado.

Com as alterações no formato inicial do Programa Agente Jovem, que se transformou no ProJovem Adolescente, a duração do Programa foi ampliada de 12 para 24 meses, com carga horária de 1.200 horas, sendo 12,5 horas de atividades semanais como oficinas, distribuídas ao longo de dois anos. As atividades são realizadas em turmas chamadas de coletivos com 25 alunos cada, sob a responsabilidade de um orientador social. Para participar do Programa não existe um critério de escolaridade mínima. “É provável que uma parcela relevante dos jovens participantes do ProJovem Adolescente esteja fora da escola e/ou com grande defasagem escolar” (OIT, 2009, p. 95). É com a visão de integração que o Programa busca a conclusão do Ensino Fundamental concomitante com atividades socioeducativas de integração na sua comunidade e formação geral para o mundo do trabalho.

Dentre os objetivos do Programa, se destacam a tentativa de transformar o jovem participante, em um agente social que seja capaz de atuar em sua própria comunidade. Durante o Programa os jovens irão participar de atividades educativas, onde terão noções de combate ao consumo de drogas, a violência e a gravidez na adolescência. Esse jovem terá a oportunidade de por em prática o que aprendeu através do seu trabalho como agente comunitário (OIT, 2009, p. 95).

A ideia de transformar cada jovem que participa do Programa num agente de transformação da sua comunidade é excelente, mas não podemos colocar toda a responsabilidade de transformação de uma comunidade sob o jovem, diante da nossa realidade. Essas propostas governamentais não estão considerando a realidade local desses jovens. Não podemos desconsiderar o caso de comunidades que constantemente estão nos noticiários, onde as regras de convivência são ditadas pelos líderes do tráfico ou das milícias. Como a atuação do jovem como agente comunitário, será capaz de combater a violência nesses locais?

Apenas o trabalho social desse jovem não será suficiente. Mostrar aos moradores a realidade da violência, das drogas, da gravidez precoce, é desnecessário, pois eles já a conhecem, não é novidade, pois já fazem parte da sua rotina. Ao invés de formar jovens para atuarem como agentes comunitários, o governo deveria cumprir as suas obrigações e não transferir a responsabilidade da ineficiência das suas ações para a vítima.

### **O ProJovem Trabalhador**

O ProJovem Trabalhador resultou da incorporação, com as devidas alterações, dos Consórcios Sociais da Juventude, do Juventude Cidadã, do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e do Escola de Fábrica. Atende jovens de 18 até 29 anos, sem a exigência de vínculo empregatício formal anterior e/ou atual, desde que seja membro de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo e esteja matriculado na EJA ou no ensino regular. Os objetivos em que o Programa foi baseado permaneceram os mesmos, “preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional, e do estímulo à sua inserção” (OIT, 2009, p. 96-7).

A preparação para o mercado de trabalho ocorrerá através de cursos de qualificação profissional com carga horária de 600 horas/aulas. Serão oferecidos cursos de acordo com as necessidades profissionais locais, visando o atendimento da demanda local. De acordo com os propósitos do ProJovem, ao atender as demandas locais, o ingresso no mercado de trabalho seria facilitado e os alunos teriam emprego garantido após terminarem os cursos do Programa. As ocupações oferecidas pelo ProJovem

Trabalhador são desenvolvidas por meio de atividades teóricas e práticas de formação profissional e educação básica (BRASIL, PROJOVEM, 2008).

O valor do auxílio financeiro permaneceu em R\$ 100,00 mensais, que pode ser pago durante seis meses, anteriormente, o prazo máximo para o pagamento do auxílio era de quatro ou cinco meses. De maneira geral, podemos dizer que, o Escola de Fábrica pode ser considerado um Programa de formação profissional. Mas de acordo com o governo, com um caráter inovador ao realizar parcerias com entidades públicas e privadas para instalar salas de aula em empresas que atuam na área da formação oferecida pelo Programa. “De forma a buscar maior integração entre a educação profissional e as necessidades do mundo produtivo” (OIT, 2009, p. 96-7).

O MTE é o principal responsável pelas ações do ProJovem Trabalhador e também pelas ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional dos outros subprogramas. No Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) enviado ao Congresso pelo Executivo, o orçamento do ProJovem dentro do MTE era de cerca de R\$ 556 milhões, dos quais R\$ 308 milhões irão para as ações de qualificação mencionadas (IPEA, 2008, p. 147).

A partir de 2008, o Escola de Fábrica foi incorporado ao ProJovem Trabalhador junto com as políticas de apoio ao empreendedorismo juvenil, com a concessão de crédito ao jovem “e projetos que apresentem metodologias e inovações tecnológicas voltadas ao fomento do empreendedorismo juvenil”. De acordo com o Ministério da Educação, os investimentos no Programa nos anos anteriores foram de R\$ 42 milhões em 2006 e R\$ 35 milhões em 2007 (OIT, 2009, p. 97).

Mesmo com os elevados investimentos na qualificação profissional oferecida pelo ProJovem Trabalhador, não há garantias de emprego aos jovens. Não adianta qualificar uma massa de pessoas, se as mesmas não terão oportunidade de atuar no mercado de trabalho, pois não há oferta de vagas disponíveis para todos.

Investir no empreendedorismo juvenil seria, talvez, uma possibilidade, pois o jovem ao invés de buscar uma vaga de emprego ele a criaria. Mas os investimentos nessa área ainda são pequenos comparados a outras iniciativas. A principal dificuldade enfrentada pelo empreendedorismo juvenil é a falta de apoio e treinamento para os jovens que ainda é muito precário. Tanto que o maior número de pequenos negócios

encerra suas atividades em até três anos, de acordo com informações de especialistas (ECONOMIA, 2012).

Como a qualificação profissional oferecida pelo Pro Jovem é precária, o Programa acaba criando ilusões e retardando cada vez mais o ingresso do jovem no mercado de trabalho. O jovem acredita que não está qualificado de forma satisfatória e vai buscar essa qualificação no ProJovem, que não garante mudanças significativas na sua condição profissional, dessa forma o tempo vai passando e a idade de ingresso no mercado de trabalho formal vai se deslocando cada vez mais. Frigotto (*et al.*, 2005) chama atenção para a seguinte questão

[...] deve-se retardar a entrada dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho – com isso dar prioridade à sua sociabilidade, educação e formação profissional, reservando ainda os escassos empregos para os adultos – ou facilitar a inserção profissional de adolescentes de baixa renda a partir dos 16 anos, proporcionando-lhes condições de gerar renda para suas famílias e para sua permanência na escola? (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1103).

Em relação a essa questão ainda há um confronto de ideias e o governo não se posicionou de forma efetiva diante da questão. Ao mesmo tempo, investem programas de qualificação profissional precários, que acabam por adiar o ingresso do jovem no mercado de trabalho e investe em medidas de integração para adolescentes jovens, por meio de incentivos como a Lei da Aprendizagem, conhecida popularmente como a Lei do menor aprendiz.

[...] tomar a qualificação profissional como política compensatória à ausência do direito de uma educação básica sólida e de qualidade. Esta deve ser garantida em qualquer idade integrada à possibilidade de habilitação profissional mediante a qual se constituam identidades necessárias ao enfrentamento das relações de trabalho excludentes (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1104).

A oferta de qualificação profissional e educação básica, proposta pelo ProJovem, vista pelo governo como um marco das políticas públicas destinadas aos jovens, deveria ser encarada como uma oportunidade de conclusão do ensino fundamental, para aquele jovem que não pode concluir na idade adequada, ou então, para aquele jovem que não teve a oportunidade de realizar um curso de qualificação profissional. Mas na verdade, a necessidade de programas, com propostas como essas, evidencia a ineficiência da atuação dos governos, na garantia de direitos básicos ao cidadão, como educação e trabalho. A questão do trabalho assume um caráter ainda mais grave, pois além de direito, é um meio de sobrevivência.

Os programas dirigidos aos desempregados ou aos alunos de escolas públicas, com vistas à inserção profissional, o que os caracteriza é a falta de integração com outras políticas como a de inserção profissional e de melhoria da renda das famílias (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1102).

É necessário mais do que ações de assistência social para garantir políticas públicas efetivas destinadas aos jovens. As políticas públicas de juventude devem ser ações de qualificação ou requalificação profissional, mas que realmente possibilite o ingresso do jovem no mercado de trabalho.

### **3.1.A Situação do Jovem no Estado do Rio de Janeiro e em Mesquita**

De acordo com os dados divulgados na página oficial do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), baseados no Censo Demográfico realizado em agosto de 2010, o Estado do Rio de Janeiro possuía uma população de 7.814.723 habitantes em idade economicamente ativa, resultando numa taxa de participação de 56,2%. O número de habitantes com idade economicamente ativa desocupados é de 663.106, resultando numa taxa de desocupação de 8,5%. Do total de pessoas empregadas, 52,8% atuavam com carteira assinada, 17,7% não atuavam com carteira assinada, 20,1% atuam por conta própria e apenas 1,9% são empregadores. “Servidores públicos representavam 6,0% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,5% dos ocupados” (MDS, 2010).

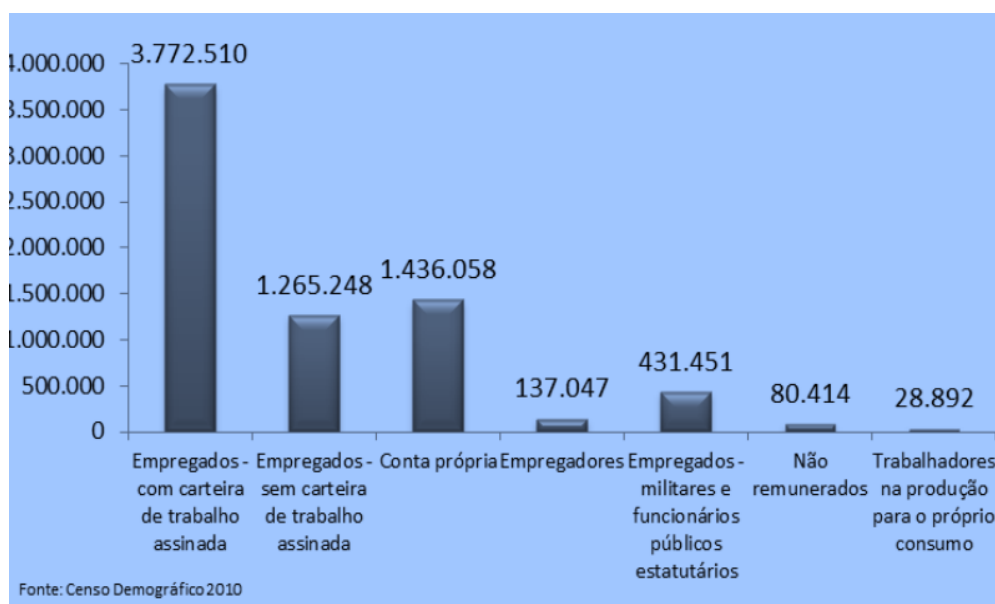


Gráfico 9 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação no estado do Rio de Janeiro – 2010  
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

A faixa salarial das pessoas ocupadas de até um salário mínimo mensal representa 26% do total, mais de um até dois salários mínimos representa 37%, mais de dois salários mínimos 35% e 2,0% das pessoas não tinham rendimentos. A faixa salarial masculina é maior que a feminina (MDS, 2010).

Com base no Censo Demográfico de 2010, a população do município de Mesquita é de 168.376 habitantes. A população jovem, que corresponde a indivíduos de 15 a 29 anos é 41.559 habitantes (MDS, 2010).

Comparando-se os censos de 2000 e 2010, houve crescimento populacional na faixa etária de 0 a 14 anos, numa taxa de 22,7%. Também se verificou o aumento do número de idosos no Município. A população jovem de 15 a 29 anos também aumentou, representando 65,7% da população municipal (MDS, 2010).

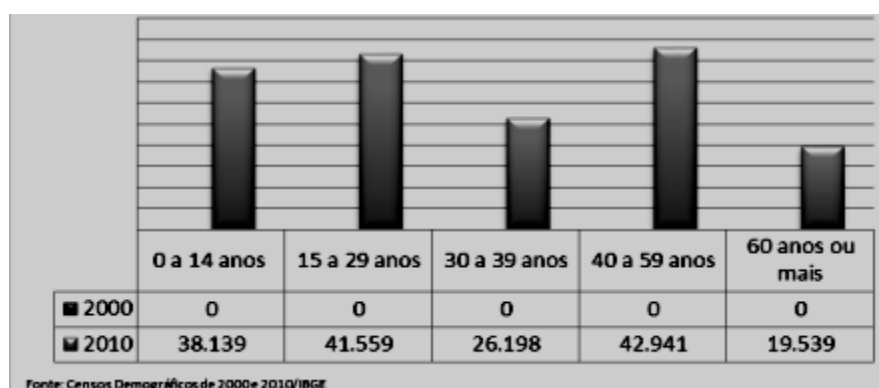


Gráfico 10 – População residente em Mesquita por faixa etária entre 2000 e 2010  
Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010/IBGE

O Censo Demográfico informou que 7.048 pessoas encontravam-se em situação de extrema pobreza<sup>9</sup>, o que corresponde a 4,2% da população da área urbana, enquanto na área rural esse percentual é de 0%. A população urbana representa o total populacional do Município (MDS, 2010).

O número de habitantes em situação de extrema pobreza no Município é elevado, no grupo de 6 a 14 anos havia 1.485 indivíduos, no grupo de 15 a 17 anos 462 indivíduos e no grupo de 18 a 39 anos 2.035 indivíduos. O número de mulheres em situação de extrema pobreza é superior ao de homens, são 3.822 mulheres (54,2%), enquanto o número de homens é 3.225 (45,8%) (MDS, 2010).

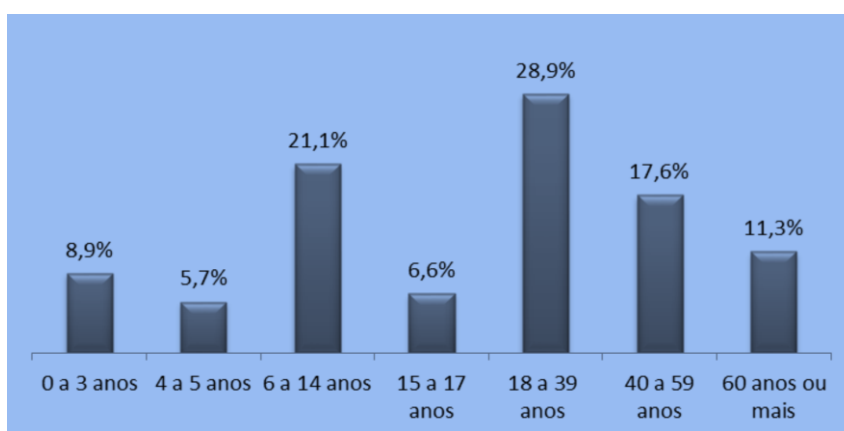


Gráfico 11 – Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária  
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

No que se refere à cor ou raça, o número de indivíduos que se declararam como negros é muito superior aqueles que se declararam como brancos, 1.612 (22,9%) se declararam brancos e 5.271 (74,8%) negros. Dentre o grupo que se declarou negro 1.245 (17,7%) se declararam pretos e 4.026 (57,1%) pardos. Um pequeno grupo pequeno de 104 pessoas se declarou amarelos ou indígenas (1,5%) (MDS, 2010).

Dos 462 indivíduos de 15 a 17 anos em situação de extrema pobreza, 407 não sabiam ler ou escrever, o que representa 9,4% do total desse grupo. Dentre eles, 273 eram chefes de domicílio. Dentre os jovens desse grupo, 45 indivíduos estavam fora da escola, o que corresponde a 9,8% dos jovens extremamente pobres de 15 a 17 anos (MDS, 2010).

<sup>9</sup> Se considera por extrema pobreza, renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00.



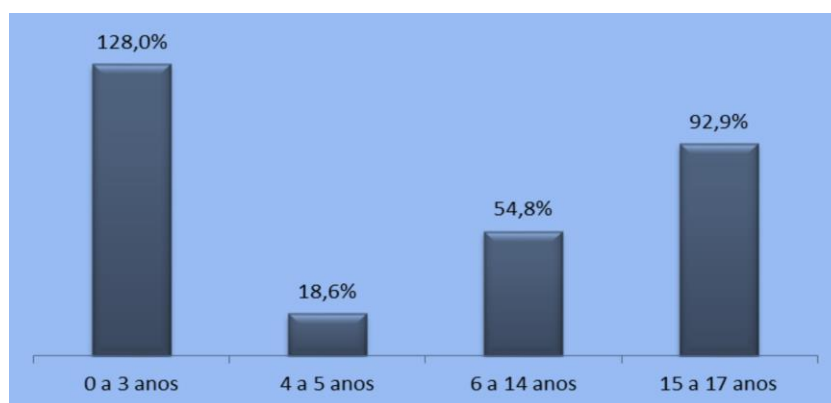


Gráfico 12 – Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche por faixa etária  
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

De acordo com os dados divulgados pelo MDS em 2010, a população em idade economicamente ativa em Mesquita era de 79.548 pessoas, onde 71.360 estavam ocupadas e 8.188 desocupadas. A taxa de participação ficou em 54,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 10,3% (MDS, 2010).

De acordo com o Censo, no que se refere ao mercado de trabalho formal no Município, entre os anos de 2004 a 2010, em todos os anos os saldos foram positivos para a geração de novos postos de trabalho. No período entre os anos de 2004 e 2010 foram geradas 2.915 novas ocupações. Foram registradas 4.834 contratações contra 4.320 demissões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 13.855 postos, 175,9% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 33,3% no mesmo período (MDS, 2010).

A distribuição da população por ocupação demonstra que o número de pessoas com carteira assinada no Município é maior do que os outros vínculos de trabalho. Um pouco mais que metade da população (50,1%) atuava com carteira assinada, 19,5% atuava sem carteira assinada, 22,0% atua por conta própria e apenas 0,9% eram empregadores. Os servidores públicos representavam 6,5% do total de ocupados e os trabalhadores sem rendimentos e que produziam apenas consumo próprio representavam 1,0% dos ocupados (MDS, 2010).



Gráfico 13 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação em Mesquita - 2010

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Tendo como referência o ano de 2010, o setor dos serviços é o que apresenta o maior número de empregos formais com 6.973 postos de trabalho, o setor do comércio vem em segundo lugar com 2.767 postos de trabalho. Os dois setores representam 70,3% dos empregos formais do Município. O comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas, é a principal ocupação do Município, correspondendo a 20,9% do total das ocupações. A maior parcela da população ativa (58,4%) trabalha em média de 40 a 48 horas semanais e 16,7% tem uma jornada superior (MDS, 2010).

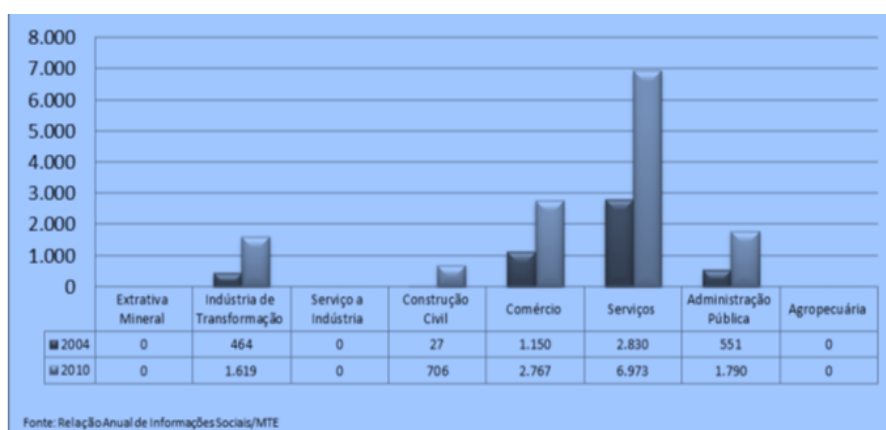


Gráfico 14 – Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades em Mesquita em 2004 e 2010

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/MTE

De acordo com a faixa salarial das pessoas ocupadas, 32% ganham até um salário mínimo; 39% ganham mais de um a dois salários mínimos; 28% mais de dois salários mínimos e 1,5% não tinham rendimentos. Os rendimentos masculinos em relação aos femininos são 41,73% maiores (MDS, 2010).

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Município cresceu 54,5%, passando de R\$ 975,6 milhões para R\$ 1.506,9 milhões, entre os anos de 2005 e 2009. “O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 43,3%. A participação do PIB do Município na composição do PIB estadual aumentou de 0,39% para 0,43% no período de 2005 a 2009” (MDS, 2010).

O setor de Serviços corresponde a 83,3% do PIB municipal, enquanto no setor industrial a participação no PIB foi de 11,2% em 2009 contra 10,6% em 2005. Mesmo com o crescimento da participação industrial no PIB municipal, saltando de 10,6% em 2005 para 22,4% em 2009, ainda é pouco significativo comparado ao setor de Serviços (MDS, 2010).

A Construção Civil aumentou a sua participação na estrutura do emprego formal municipal de forma significativa, saltando de 0,54% em 2004 para 5,10% em 2010. A Indústria de Transformação aumentou a sua participação de 9,24% para 11,69%, no mesmo período. O setor de Serviços foi o que mais perdeu participação, de 56,35% caiu para 50,33% (MDS, 2010).

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu. Em 2005 a dependência orçamentária era de 29,69%, já em 2009 a dependência caiu para 25,83%. No comparativo entre os anos de 2005 e 2009, a receita orçamentária municipal aumentou, passando de “R\$ 71,9 milhões em 2005 para R\$ 130,9 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 82,1% no período ou 16,17% ao ano. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 5,59% em 2009” (MDS, 2010).

Os investimentos municipais exatos com educação não foram divulgados, as poucas informações disponíveis demonstram que, “as despesas com educação, saúde, administração, saneamento e urbanismo foram responsáveis por 91,17% das despesas municipais”. As despesas com assistência social correspondem a 2,45% do orçamento municipal total, “valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 2,59%” (MDS, 2010).

Com saldos tão positivos para a geração de novos postos de trabalho e crescimento econômico, não deveriam existir indivíduos em situação de extrema pobreza e menos ainda 8.188 pessoas em idade economicamente ativa desocupadas. Tal situação demonstra uma disparidade entre os dados e a realidade da população. Pode-se

pensar que, o crescimento apresentado nos últimos anos, ainda não é suficiente para garantir uma vida mais digna a sua população ou que a população não tem o devido acesso aos resultados dos saldos positivos municipais.

Mesmo que o Município de Mesquita tenha apresentado alguns saldos positivos ao longo dos anos e aumento das oportunidades de emprego, a sua população ainda não teve acesso a todo esse “progresso”. Fato que é demonstrado no número significativo de desocupados, principalmente no caso dos jovens. Os indivíduos que menos tiveram acesso a qualquer saldo positivo são os indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza. Vale questionar os benefícios desse crescimento econômico e a quem o mesmo é direcionado.

### **3.2.O ProJovem em Mesquita**

O programa ProJovem se desenvolve na cidade de Mesquita, na Baixada Fluminense, por meio de um convênio entre a Prefeitura e o governo federal. No que se refere às regras para o estabelecimento desse convênio, nenhuma informação foi encontrada, apenas o desejo da Prefeitura da Cidade em oferecer o Programa e o número mínimo de habitantes exigidos. As informações disponíveis se limitam a uma lista dos deveres que as Prefeituras terão que cumprir ao aderirem ao Programa, mas o que explica uma Prefeitura oferecer o ProJovem e a outra não, ainda é uma informação desconhecida, limitada ao número de habitantes e interesse de cada Cidade.

O ProJovem em Mesquita acontece em dois bairros diferentes, Santos Elias na Escola Municipal Santos Dumont e Chatuba na Escola Municipal Ernesto Che Guevara. As aulas do Programa são no turno da noite, de segunda à sexta-feira. Nas referidas unidades escolares, as turmas iniciaram em setembro de 2013 com previsão de conclusão para abril de 2015. Cada escola é chamada de núcleo.

O Programa é estruturado com um Coordenador Geral ou Executivo que atua na Secretaria de Educação do Município e um outro Coordenador Pedagógico que atua nas duas escolas, junto aos Professores e alunos, repassando as informações da Prefeitura de Mesquita e as Diretrizes do Programa.

Cada Programa oferece um curso profissionalizante aliado ao ensino fundamental. A oferta desses cursos é dividida em áreas, que são chamadas de Arcos Ocupacionais. A oferta desses Arcos deveria ser de acordo com as necessidades locais. Em Mesquita, o Arco Ocupacional é Administrativo, que possibilita a formação do aluno em Auxiliar Administrativo.

De acordo com as informações fornecidas pela Coordenadora do Programa, quando o ProJovem iniciou, em setembro de 2013, eram trezentos alunos matriculados, distribuídos nos dois núcleos.

Na E.M. Santos Dumont havia três turmas, com média de trinta a quarenta alunos em cada, num total de 120 alunos. Na E. M. Ernesto Che Guevara havia duas turmas com média de quarenta alunos cada. Desde o início do Programa até março de 2014, os trezentos alunos matriculados não compareciam regularmente às aulas, havendo casos de alunos que nunca tinham comparecido. Consequentemente foi se reduzindo o número de alunos matriculados no Programa.

No período do primeiro contato com os alunos, em março de 2014, a frequência de alunos nas turmas não ultrapassava a metade do número de alunos matriculados. Na verdade, a quantidade de alunos que frequentavam as aulas regularmente, ficava em torno de no máximo 30% dos alunos, já considerando aquele aluno que de vez em quando resolvia aparecer, o famoso “turista”.

O mês de março foi escolhido para o primeiro contato com os alunos, pelo fato do Programa não entrar de férias em janeiro, acompanhando o calendário escolar, acarretando uma frequência muito baixa nesse período. De maneira geral, o período entre as festas de final de ano até o carnaval são os momentos em que são registradas as menores frequências, pois nesse período alguns alunos conseguem empregos temporários, interferindo na sua frequência às aulas.

De acordo com a Coordenação do ProJovem em Mesquita, esse período foi utilizado para a realização de várias reuniões com os professores, reduzindo assim, o número de aulas. No mesmo período estava ocorrendo a troca da Secretária de Educação do Município, o que dificultou os tramites burocráticos para a realização da investigação.

No primeiro contato com os alunos nas duas unidades escolares, os mesmos foram informados como a investigação aconteceria, seus objetivos e a importância da

participação deles nesse processo. Os alunos pareceram estar tranquilos, à vontade e alegres com a sua participação na pesquisa. Esse clima de tranquilidade foi observado durante a aplicação dos questionários e confirmado nas respostas dos alunos, onde encontramos “carinhas” e kk. Esse primeiro contato teve como objetivo descobrir quais são as expectativas dos alunos ao ingressarem no ProJovem, principalmente as expectativas em relação ao ingresso no mercado de trabalho. Através desses questionários tive a oportunidade de conhecer um pouco sobre as suas vidas, algumas vezes através de momentos tristes em outras vezes através de momentos alegres, anseios, angústias e esperanças.

Vale ressaltar, que as informações a seguir não se referem às Escolas Municipais Ernesto Che Guevara e Santos Dumont, aos seus alunos ou profissionais que nelas atuam, mas ao programa ProJovem que utiliza o espaço físico dessas escolas para ser desenvolvido e oferecido a população de Mesquita.

### **3.2.1. Escola Municipal Santos Dumont**

A E. M. Santos Dumont se localiza no bairro Santo Elias. No primeiro contato com os alunos, o quantitativo de alunos tinha sido reduzido para duas turmas com média de 25 alunos cada, mas o número de alunos que realmente frequentavam as aulas não ultrapassava 23 alunos somando as duas turmas e considerando os alunos “turistas”. Foram respondidos pelos alunos 19 questionários em dois dias diferentes do mês de março de 2014, distribuídos pelas duas turmas, sendo quatorze questionários do sexo feminino e cinco do sexo masculino, o que corresponde a aproximadamente 82% dos alunos que frequentam as aulas.

A faixa etária no sexo feminino varia dos 18 aos 28 anos, enquanto no sexo masculino dos 20 aos 28 anos. Em relação à raça/cor, a maioria dos homens se declararam pardos, sendo três pardos, um branco e um negro. No caso das mulheres, a maioria também se declarou como pardas, sendo nove pardas, uma branca e duas negras. Ocorreu o caso em que duas mulheres marcaram a opção outra, uma com a justificativa, Estudante 44<sup>10</sup> – “com todos si for possivel” e outra Estudante 45 – “com todas”.

Os alunos que participam do ProJovem na Escola Santos Dumont, são moradores do bairro onde a escola se localiza ou de bairros próximos à escola como, Banco de Areia, Jacutinga e Juscelino.

O principal motivo que levou os alunos a pararem de estudar no caso das mulheres foi o casamento ou filhos, nove casos dentre as quatorze mulheres pesquisadas, seguido da necessidade de trabalhar com três casos. Cuidar dos irmãos ou alguém da família foi apontado apenas por uma participante. A falta de interesse pelo estudo foi apontada por duas participantes. Uma aluna justificou o abandono dos estudos por problemas de saúde, Estudante 47 – “problemas neurológicos” e outra aluna justificou o abandono dos estudos em função da mudança do local de residência, Estudante 40 – “por muita mudança de casa”. Uma das participantes justificou o abandono dos estudos da seguinte maneira: Estudante 41– “por antes não tinha emterresse so queria curti hoje não pensanço de otro modo”. Apesar das diversas dificuldades em se expressar, foi possível compreender a importância que o estudo adquiriu na vida dessa pessoa.

No caso dos homens, quatro dos cinco pesquisados, apontam como principal motivo que os levaram a desistir de estudar, a necessidade de trabalhar. A falta de interesse pelo estudo e a necessidade de cuidar dos irmãos ou alguém da família é apontada apenas por um participante para cada caso.

No momento em que os alunos foram questionados sobre considerar o estudo importante na hora e conseguir um emprego? Todos os alunos pesquisados responderam que sim. Com as seguintes justificativas:

- Estudante 33 – “poque o estudo e importante para você crescer nas inpresas etc...;
- Estudante 36 – “Mais ultimamente as pessoas são vão trabalha por indicação e necessario não tão necessario mais sim”;
- Estudante 37 “porquer sem o estudo não sou nada”;
- Estudante 38 – “o estudo e tudo na vida sem o estudo a jente não somos ninguém”;
- Estudante 39 – “porque as empresas estão exigindo o 2º grau completo”;
- Estudante 40 – “é preciso ter conhecimento e aprendizagem”;
- Estudante 41 – “por que eu quero insinar para os meus filhos e dar exemplo e aprender a mim relacionar com as pessoas de outro mundo”;
- Estudante 42 – “porque sem qualificação não conseguimos um bom emprego”;
- Estudante 46 – “Na hora de conseguir um emprego um bom estudo conta muito”;

---

10 As informações extraídas dos questionários respondidos pelos alunos foram transcrita *ipsis litteris*.

Estudante 47 – “por que toda profiçãõ exige que você faça o melhor e para fazer o melhor precisa estudar”;  
 Estudante 48 – “Porque hoje em dia a maioria das empresas s3o contratam se tiver ensino m3dio completo, e tamb3m 3 bom possuir conhecimentos”;  
 Estudante 50 – “porque hoje se voc3 não tiver os estudos voc3 não conseguir emprego em lugar nenhum”;  
 Estudante 51 – “Porque no mundo de hj. se voc3 não estiver estudo voc3 não chega 3 lugar nenhum”.

A fala de uma aluna me chamou muito a atençãõ:

Estudante 49 – “tudo pede 2º grau at3 para vender roupa”.

Parece que a aluna enxerga no trabalho de vendedor de roupas, uma tarefa tãõ simples que nãõ precisaria de qualquer tipo de formaçãõ, mas diante da dificuldade de se conseguir uma posiçãõ no mercado de trabalho, at3 para a realizaçãõ dessa atividade tãõ simples o estudo se tornou necess3rio.

Dentre os dezenove alunos pesquisados, atualmente, onze trabalham e oito estãõ desempregados. Atendente de papelaria, motel, salãõ de beleza, ajudante na pr3pria escola pesquisada, Comlurb, Rede Globo, sãõ algumas das ocupações citadas.

Os alunos ao serem questionados sobre se esperavam alguma coisa do ProJovem, todos os alunos responderam que sim. As principais expectativas dos alunos se relacionam com a possibilidade de aumentar as chances de arrumar emprego com as seguintes justificativas:

Estudante 33 – “terminar os estudos e crescer na empresa”;  
 Estudante 36 – “termina e adianta minha escolaridade o projeto bom pra da oportunidade”;  
 Estudante 38 – “porque eu parei de estuda com 15 anos e agora eu estudo grasas al projoovem”;  
 Estudante 39 – “uma nova oportunidade de vida porque com os estudos vou ter mais oportunidades de emprego”;  
 Estudante 40 – “termina meus estudo e sair daqui com meu diploma para que possa ter um trabalho melhor”;  
 Estudante 41 – “espero proguedir na vida”;  
 Estudante 44 – “meu diploma de ensino fundamental”;  
 Estudante 45 – “quer possa ver o esforço que estou fazendo para esta aqui”;  
 Estudante 46 – “quero aprender e ter um bom emprego”;  
 Estudante 48 – “Sinceramente, nãõ estou no programa pelo beneficio, e sim pelo aprendizado. S3o espero terminar os meus estudos”;  
 Estudante 49 – “acaba meus estudos”;  
 Estudante 50 – “espero terminar meus estudo e fazer um curso profissionalizante”.

A oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, como dizem os alunos “terminar os estudos ou se formar” foi mencionado por onze participantes, mas apenas uma participante mencionou a oportunidade de fazer um curso profissionalizante. O



auxílio financeiro não foi mencionado por nenhum participante, demonstrando que o pagamento do benefício não é um fator tão atraente como se esperava. As duas situações me surpreendem, pois parece que o interesse maior dos alunos é com a conclusão do ensino fundamental e não com a qualificação profissional, como é o principal objetivo do Programa.

No que se refere à possibilidade do Programa aumentar as chances de conseguir um emprego, apenas um pesquisado respondeu não, que foi justificado pela seguinte frase: Estudante 49 – “só quando e acaba e se formar”. De acordo com a justificativa dele, a sua opinião não difere dos demais pesquisados, acredito que tenha sido um erro de interpretação. De maneira geral, podemos dizer que após a conclusão do ProJovem, ele acredita que terá maiores chances de conseguir uma ocupação no mercado de trabalho.

As respostas dos demais alunos demonstra que todos partilham a mesma opinião, com as justificativas de que aumentariam as suas chances de subir na vida e/ou de conseguir uma ocupação. No caso, esses alunos estão considerando como fator diferencial para o aumento das chances de conseguir uma ocupação, somente a conclusão do ensino fundamental. Apenas uma aluna pesquisada justificou como fator diferencial a formação profissional oferecida pelo Programa.

- Estudante 33 – “Ele dar oportunidade de empregos”;
- Estudante 36 – “mais isso som depende de mim pra conseguem mais”;
- Estudante 37 – “porque já vou terminado os estudo”;
- Estudante 38 – “já perdi muito tempo sem estuda e o projovem ta mindando uma oportunidade”;
- Estudante 39 – “Porque estou aprendendo muitas coisas, que vou levar comigo quando eu me formar”;
- Estudante 40 – “porque e um projeto que ajuda as pessoas subi na vida como fazer cursos, termina o estudo e da beneficio”;
- Estudante 41 – “Por que vou ter mais cosiemcia do que estar por vim”;
- Estudante 42 – “Talvez pois quando estamos estudando o projovem procura atividades com o curços etc;
- Estudante 43 – “Vou terminar meus estudos to aprendendo me comporta melhor”;
- Estudante 44 – “aprende mas e o curriculo almenta mas as chances”;
- Estudante 45 – “aprendo com os professores como devo mim comporta em uma entrevista de emprego”;
- Estudante 46 – “participando do projovem vou aprender estudar com ajuda do projovem; e conseguir um enprego”;
- Estudante 47 – “porque eu vou sair do projovem com os estudos comcluido e com o curso técnico de administração”;
- Estudante 48 – “Mais uma vez por causa do ensino, e as aulas de Q.P. ajudam bastante também”;
- Estudante 49 – “Só quando acaba e me formar”;
- Estudante 51 – “por que terei mas chamce de subir na vida”.

No que se refere ao Programa melhorar, outra parte da vida que não seja o lado profissional, apenas quatro entrevistados marcaram a opção não. Houve alguns casos em que, os pesquisados responderam relacionando com questões de progresso no lado profissional. A maioria dos entrevistados enxerga a participação no Programa como uma oportunidade de transformarem as suas vidas, da seguinte maneira:

- Estudante 33 – “Sim porque através dele eu recordei muitas coisas que eu tinha esquecido”;
- Estudante 36 – “mudando o caráter pelas questões da renda o modo de pensar o jeito de falar”;
- Estudante 38 – “um emprego bom”;
- Estudante 39 – “A vida familiar porque aprendemos também a conviver e a respeitar os direitos dos outros seres humanos”;
- Estudante 41 – “vou aprender a lidar com outras atividades”;
- Estudante 43 – “Tenho chances de ser uma pessoa melhor é claro”;
- Estudante 44 – “passar para meus filhos familiares e amigos o ensino que recebi”;
- Estudante 45 – “meu aprender com o passar do tempo com o estudo aprender a falar”;
- Estudante 46 – “Vou recuperar o meu estudo e ser alguém na vida”;
- Estudante 47 – “minha vida pessoal ficar bem comigo mesma por ter terminado os estudos”;
- Estudante 48 – “O programa dá a oportunidade de terminar todo o ensino fundamental”;
- Estudante 51 – “A pessoa aprende porque conhecemos gente nova e nós aprendemos com os erros dos outros”.

Dos alunos pesquisados, dezesseis já trabalharam ao menos uma vez, em ocupações simples como atendente, caixa, vendedor, faxineira, cuidadora de idosos, ajudante de cozinha, ajudante de obra, garçom, manicure, panfletista, balconista, serralheiro, entre outras.

Alguns alunos descreveram suas experiências anteriores no mundo do trabalho da seguinte maneira:

- Estudante 33 – “Com o meu primeiro emprego aprendi ser alguém. Saber ter muitas responsabilidades”;
- Estudante 36 – “uma experiência extremamente braba mais um silêncio e a honra de um samurá”;
- Estudante 38 – “em uma escola como mãe educadora foi muito bom pq as crianças me chama de tia isso é gratificante”;
- Estudante 40 – “já fui caixa de mercado, estoquista e agora recepcionista, foi muito esforçado trabalhar de estoquista. pensei que nunca iria arrumar um serviço melhor mais graças a deus conseguir subir de cargo”;
- Estudante 41 – “como vendedora de sorvete foi bom pra mim por que aprendi a dar troco”;
- Estudante 42 – “já no Banco BMG e de acompanhante sem carteira assinada mais bem paga”;
- Estudante 43 – “já trabalhei de, balconista, garçom, caixa, vendedora, ajudante de cozinha e cuidadora de idoso”;

Estudante 44 – “não foram boas sempre trabalhei como manicure ja tive carteira assinada, mas tô nessa por falta de estudo, mais sairei na hora certa”;  
 Estudante 47 – “trabalhei no salão da minha tia de recepcionista tive que sair porque eu fiquei grávida e lá eles usam muita quimica”;  
 Estudante 49 – “já trabalhei de promotora da oi em Madureira mas sai porque na época não tinha quem olhar meus filhos, e já fui planfetista da caixa”;  
 Estudante 51 – “O meu trabalho é muito cansativo porém ganho pouco, mas não posso parar nunca. Minha vida é muito atribulada mas com experiencia, força de vontade chegaremos longe”.

De maneira geral, podemos considerar que cada participante, apesar das dificuldades, ainda consegue enxergar um ponto positivo em suas ocupações anteriores. A opção de tentar enxergar “o lado positivo da situação” me levou a seguinte reflexão: houve realmente pontos positivos ou é apenas uma maneira de tornar menos dolorosa todas as dificuldades que enfrentaram ou que ainda enfrentam diariamente? Seria também um sentimento de contentamento diante das imposições do mercado de trabalho, diante da realidade cruel que eles, no momento, não têm como transformar.

### **3.2.2. Escola Municipal Ernesto Che Guevara**

A Escola Municipal Ernesto Che Guevara se localiza no bairro da Chatuba. No primeiro contato com os alunos, havia duas turmas com 25 alunos matriculados cada, mas entre os alunos “turistas” e aqueles que frequentavam regularmente as aulas, havia 20 alunos numa turma e 18 na outra turma. Nessa escola foram respondidos 32 questionários distribuídos entre as duas turmas, o que corresponde a 84% dos alunos. Foram investigadas 26 pessoas do sexo feminino com idade entre 18 e 30 anos. No caso do sexo masculino, a participação no Programa em relação à feminina, é muito pequena com apenas seis alunos com idade que varia dos 18 aos 28 anos.

No que se refere à raça/cor, a maioria das mulheres se declararam pardas, sendo treze pardas, sete negras, cinco brancas e uma com a opção outra que se declarou morena com a justificativa, Estudante 11 – “não tenho preconceito”. A maioria dos homens também, se declarou como pardos, sendo quatro pardos, um branco e um aluno não respondeu.

A maioria dos participantes do ProJovem na Escola Che Guevara são moradores do mesmo bairro em que a escola se localiza, sendo dezessete alunos

moradores da Chatuba e os demais se distribuem em bairros próximos à escola, como Santa Terezinha, Coreia e Edson Passos.

O principal motivo que levou as mulheres a pararem de estudar foi o casamento ou filhos, no caso de dezoito participantes, seguido pela falta de interesse pelo estudo em seis casos, necessidade de trabalhar em cinco casos e para cuidar dos irmãos ou alguém da família em dois casos. No caso dos homens a justificativa para o abandono dos estudos se concentra na necessidade de trabalhar e a falta de interesse pelo estudo, que tiveram o mesmo número de alunos, três casos. Durante a entrega do questionário eu ouvi uma conversa entre duas alunas, onde uma dizia que o seu namorado era bandido e por isso ela não podia estudar, mas esse fato não foi relatado no questionário. Alguns alunos justificaram esse abandono da seguinte maneira: Estudante 8 – “Eu também não tinha motivação, como hoje já tenho”; Estudante 9 – “Por que fui pra rua com 7 anos de”; Estudante 13 – “Porque eu fiquei grávida e vários outros problemas”; Estudante 19 – “Eu simudei para outra casa”.

A participante não explicou no questionário, os motivos que a fizeram ir morar na rua com essa idade, quanto durou ou o que aconteceu durante esse período. Também não foi possível registrar mais informações a respeito desse fato, pois a aluna abandonou o Programa pouco tempo depois desse primeiro contato. Independente da falta de qualquer informação, o fato de uma criança de sete anos ir morar nas ruas não nos remete a coisas boas.

No caso de considerar, o estudo importante na hora de conseguir um emprego, todos concordam que sim. Os alunos enxergam o estudo como uma oportunidade para conseguir um emprego ou para conseguir um emprego melhor, com carteira assinada. As suas principais expectativas são:

- Estudante 1 – “Porque todo trabalho exige o estudo”;
- Estudante 2 – “porque sem estudo ninguém consegue emprego”;
- Estudante 3 – “Porque as pessoas com mais conhecimento e mais estudos e diplomas são requisitos e valorizadas ao mercado de trabalho”;
- Estudante 4 – “Faz falta depois”;
- Estudante 6 – “Vam muito pelo o Estudo Sem Estudo não vale de nada ...”;
- Estudante 7 – “Por que mostra que tenho interesse em aprender e saber qualquer coisas que não sei e para se começar um bom emprego. tem que ter a escolaridade completa”;
- Estudante 8 – “Ser você não ter nenhum conhecimentos como o estudo ficar difícil emprego bom. Você não aquele você gosta e sim por necessidade”;
- Estudante 9 – “porque sem estudo não sou mige”;
- Estudante 10 – “Por se você tem estudo você pode arruma um emprego Bom se você não tem estudo você não têm nada”;

Estudante 14 – “por que hoje em dia pra gente consegui um emprego tem que ter os estudos”;  
 Estudante 17 – “Quem tem estudo consegue trabalho melhor”;  
 Estudante 18 – “Conta no nosso currículo”;  
 Estudante 20 – “pois sem ele não somos nada”;  
 Estudante 21 – “sem estudo as pessoas não são nada”;  
 Estudante 23 – “Para poder conseguir um emprego bom e sabermos falar na hora de uma entrevista”;  
 Estudante 26 – “Porque se você tiver um bom estudo, você tera um bom emprego”;  
 Estudante 30 – “porque hoje as pessoas so dão emprego para as pessoas que tem estudo completo”;  
 Estudante 32 – “Sem estudo e mais complicado Por que se e um inprego de carteira ou que tenha um horário de salario ou etc ... ele não aceita Por que não tem estudo.

A fala do Estudante 3 acima demonstra a contaminação do aluno pelo discurso de que não estamos preparados para o mercado de trabalho e que devemos buscar mais qualificações, mais diplomas. Discurso, esse, que é propagado pelo governo e recursos midiáticos. A culpa é do indivíduo e não das restritas oportunidades disponíveis no mercado de trabalho.

Dos seis homens pesquisados, quatro atualmente trabalham, um como ajudante de obra, um na fábrica de pipas, um respondeu: Estudante 4 – “Todo lugar” e um não mencionou a ocupação. De maneira geral, são ocupações simples sem vínculo empregatício formal. Os outros dois participantes do sexo masculino não trabalham atualmente. Das 26 mulheres pesquisadas, 22 mulheres não trabalham atualmente, apenas quatro trabalham, sendo que duas trabalham como manicure, uma no *Mc Donald's* e outra que não informou a sua ocupação.

No momento em que os alunos foram questionados sobre esperar alguma coisa do programa ProJovem, todos responderam que sim. As justificativas que mais se destacaram foram:

Estudante 1 – “Terminar os estudos e arrumar um trabalho”;  
 Estudante 4 – “Crescer socialmente”;  
 Estudante 6 – “porque e um bom programa muito bom que ajuda muitas pessoas que parou de estudo e pramim do sendo muito bom que vai ser melho pra eu consegui um emprego”;  
 Estudante 3 – “uma ótima oportunidade de estudar e crescer como pessoa e como cidadão”;  
 Estudante 7 – “que eu consiga aprender e posa emcinar tudo que aprender e ser uma boa sidadam”;  
 Estudante 9 – “cem uma peesoa lega”;  
 Estudante 10 – “espero concluir meus estudos para ser alguem na vida”;  
 Estudante 11 – “poder avançar, conquistar os meus objetivo concluindo o meu Estudo”;  
 Estudante 12 – “o melhor pra mim”;  
 Estudante 13 – “Sair daqui e me forma e realizar meus sonhos”.

- Estudante 14 – “espero que eu termine o meu estudo”;
- Estudante 15 – “me formar e ser alguém na vida e arrumar um bom emprego”;
- Estudante 17 – “meu diploma”;
- Estudante 19 – “Em sinar a pessoas que parou a estudar é voltar estudar denovo etc.”;
- Estudante 24 – “arrumar um emprego melhor Para ajudar minha família”;
- Estudante 25 – “Espero progredir e si desenvolver, e aprender muitas coisas”;
- Estudante 26 – “Eu espero terminar meus estudos para ter um bom emprego e dar um futuro melhor pro meu filho”;
- Estudante 27 – “Terminar meus estudos e conseguir um trabalho melhor”;
- Estudante 28 – “Espero aprender mais pra eu poder trabalhar porque a vida tá muito difícil pra criar 4 filhos sozinha sem mãe e sem pai o marido um dia tem serviço outro dia não tem”;
- Estudante 29 – “de alcançar as minhas metas! e de passar por cima dos obstáculos e de eu ser uma vencedora, mostrar que eu sou capaz”;
- Estudante 31 – “melhora a minha sabedoria”;
- Estudante 32 – “mais 100 reais e pode terminar o meu encino fundamental”.

Dentre as justificativas, de maneira geral, se destaca a oportunidade de se formar/terminar os estudos, de ajudar a família, oferecer um futuro melhor aos filhos e aumentar as chances de conseguir um emprego ou um emprego melhor. A questão da cidadania é um fator presente em duas falas, dessa maneira a sua participação no Programa será capaz de transformar a sua atuação na sociedade. A ajuda de custo foi mencionada apenas uma vez por uma participante, mas a ajuda de custo não é o seu único interesse, a possibilidade de conclusão do ensino fundamental também é importante.

Quando os alunos foram questionados se participando do ProJovem, eles achavam que aumentariam as suas chances de conseguir um emprego, apenas três responderam que não. Os demais acreditam que o Programa será um diferencial.

- Estudante 1 – “Vou estar com o estudo completo”;
- Estudante 2 – “por que eu posso arrumar emprego”;
- Estudante 3 – “Porque o Projovem oferece uma ótima qualidade de professores e ensino”;
- Estudante 4 – “O estudo faz crescer”;
- Estudante 6 – “mais Favoreceu pra mim porque saber que eu Estudo e quero crese com a empresa”;
- Estudante 7 – “Porque termino os estudo e também no meu currículo posso colocar que o grau de escolaridade completa”;
- Estudante 10 – “porque com o estudo a pessoa se torna capaz e fazer qualquer coisa”;
- Estudante 11 – “por que tem oportunidades como informática, Qualificação, proficional que pode nos ajudar”;
- Estudante 13 – “O estudo ajuda muito as pessoas”;
- Estudante 14 – “por que o projovem ajuda você acaba o estudo”;
- Estudante 15 – “nos vamos ganhando experiência e aprendendo”;
- Estudante 16 – “por que vou ta mas estabelhecida”;
- Estudante 18 – “Por causa do diploma com a 9º ano completo”;

- Estudante 19 – “Tem coisa que eu não sei eu estou aprendendo mais ainda”;  
 Estudante 20 – “Ajuda nos conhecimentos”;  
 Estudante 21 – “demora menos para termina os estudo”;  
 Estudante 22 – “Por que eu consigo terminar meu ensino fundamental e ter mais chance no mercado de trabalho”;  
 Estudante 23 – “Porque eu aprendo mas de como se comporta, fala com as pessoas”;  
 Estudante 24 – “é bom ter os estudo em dia para conseguir um emprego melhor”;  
 Estudante 25 – “por causa da aprendizagem, e pelo ensinamento que recebemos”;  
 Estudante 26 – “Porque aqui eles ajudam muito e dão muitos conselhos de como arrumar emprego”;  
 Estudante 27 – “porque aprendemos coisas novas é como ser profissional”;  
 Estudante 30 – “com estudo você consegue um trabalho melhor”;  
 Estudante 31 – “qualifica mais o seu aprendizado”.

A grande maioria enxerga a sua participação no Programa como uma oportunidade de transformação da sua vida profissional, apenas com a conclusão do ensino fundamental. Mas uma aluna parece pensar de maneira diferente: Estudante 32 – “Não muito so emprego de fachineira tipo desse tipo se eu quiser aruma um emprego bom vou ter que termina pelo menos 2º ano”. Provavelmente, o que ela quis dizer com 2º ano é a conclusão do ensino médio. O que se destaca na fala dessa aluna em relação aos demais, é a percepção de que apenas a conclusão do ensino fundamental não será suficiente para trazer tantas mudanças a sua vida, não compartilha de tantas ilusões ou esperanças como os demais alunos.

Na possibilidade do ProJovem melhorar outro aspecto da vida, que não fosse o profissional, três homens responderam que sim e um respondeu que não. No caso das mulheres, duas responderam que sim e seis responderam que não. Houve alguns casos em que os alunos responderam essa pergunta relacionando com o lado profissional, o que não era o foco da pergunta, esse comportamento pode ter ocorrido por dificuldade de interpretação ou falta de atenção.

- Estudante 3 – “... os professores são também ótimas pessoas e nos ajudam com exemplo e atitudes”;  
 Estudante 4 – “O estudo faz crescer”;  
 Estudante 6 – “Ser um cidadão ser uma pessoa melhor a fala com as pessoas a mim espresa com elas”;  
 Estudante 7 – “Posso ser uma grande profissional”;  
 Estudante 10 – “vai melhora a minha alto estima, porque me sinto incapaz sem o estudo”;  
 Estudante 11 – “pelas oportunidade”;  
 Estudante 12 – “qualquer lugar pede os estudo”;  
 Estudante 15 – “O projovem está sendo muito importante pra mim está me trazendo muitos conhecimentos que eu não tinha”;  
 Estudante 16 – “na sociedade”;  
 Estudante 17 – “porque tenho contato com pessoas com estudo do que eu”;

Estudante 18 – “A parte da convivência com outras pessoas, igual a mim ou diferentes, é encarar com respeito as diferenças”;  
 Estudante 19 – “Eu quero melhora muito mais”;  
 Estudante 20 – “Na parte da cidadania”;  
 Estudante 21 – “mais educação e sabedoria”;  
 Estudante 22 – “A minha vida pessoal, o meu ciclo de amizades e a minha rotina”;  
 Estudante 25 – “a parte educativa”;  
 Estudante 26 – “Pode me ajudar a ser uma pessoa mais culta e mais responsável”;  
 Estudante 27 – “porque aprendemos coisas novas e como ser profissional”;  
 Estudante 29 – “as amizades, minha rotina”;  
 Estudante 32 – “porque e um ezemplo que vou esta dando pros meus filhos e pra minha familia e amigas”.

O fato do Programa possibilitar a convivência com pessoas que podem ser bons exemplos e futuramente esses alunos poderão se tornar os bons exemplos, a auto estima, o ciclo de amizades, são tantos anseios, que me pergunto se o ProJovem sozinho será capaz de resolver de tantas questões ao mesmo tempo. A frase de uma aluna é capaz de resumir, as expectativas da maioria dos alunos em relação ao Programa: Estudante 9 – “muito vezes pensamos que as projovem pode melhorar nossa vida”.

Dos alunos pesquisados, dois homens e seis mulheres nunca trabalharam. Aqueles que trabalham atualmente exercem ocupações simples, como panfletista, vendedor, acompanhante de idosos, babá, confecciona fantasias para a escola de samba Beija-flor e principalmente faxineira. Quando pedimos que contassem um pouco das suas experiências de trabalho anteriores, os comentários foram os seguintes:

Estudante 3 – “Eu já trabalhei de carteira assinada por peíúdo de experiência e aprendi muito naquele lugar como fiscau de loja em Nilópolis”;  
 Estudante 4 – “Calote. E to prosceçando a empresa”;  
 Estudante 6 – “agiotage sei que não e um trabalho muito bom mais era bom vazia nada atendia falavas com as pessoas pegava dinheiro tinha as vezes que policia badia la mais era tranquilo tinha dia que não era tinha que sai antes deles chega kk”;  
 Estudante 7 – “minha experiencia é domestica”;  
 Estudante 9 – “já trabalhou com lotada”;  
 Estudante 10 – “já fui ajudante de cozinha, já vendi roupa chapeado, já fui camelo vendendo CD e DVD já vendi churrasco na rua, já fui cobradora de onibus. Hoje faço unha e cabelo”;  
 Estudante 11 – “Trabalhei como manicure, ajudante de cabelereiro, no salão em nova iguaçu. Gostei so não firmei por que não tive meus direito de carteira assinada”;  
 Estudante 12 – “acompani de idoso, vendedora, revendedora, loja de materia de construção, baba, loja de roupa, ambulante e reprezetante”;  
 Estudante 16 – “Trabalho na minha casa tomando conta de 5 filhos e não é muito bom as vezes”;  
 Estudante 17 – “eu gostei muito foi bão eu com vivi com outra pessoas pela experiência que eu tive na cozinha”;  
 Estudante 19 – “Eu trabalhei na padaria eu gostei eu quero trabalha no bom emprego melhor”;



Estudante 22 – “Nunca trabalhei. meus planos é concluir meu ensino fundamental faze meu E. Médio. Ir pra universidade e me formar em Engenharia de produção :)”;

Estudante 24 – “eu já trabalhei como empregada domestica e já fui humilhada pela familia da ex patroa”;

Estudante 26 – “Eu so trabalhei uma vez como garçonete em uma pizzeria mas não fiquei muito tempo, meu filho era muito novinho e ficava chorando ai eu pedi as minhas contas e sai”;

Estudante 27 – “Já trabalhei poucas vezes, meu último trabalhava de domingo a domingo como descobri que grávida, sai porque passava muito mal e tinha que sair de casa 4 horas da manhã”;

Estudante 30 – “Ja mais nunca de carteira acinada porque eu não tinha idade e era muito nova so tinha 15 anos e tinha sai de casa 4 da madrugada para ajuda a minha família”;

Estudante 31 – “ja na rua e um ambiente ruim de se trabalhar”;

Estudante 32 – “Já trabalhei de tudo um poco de fachinaa balconista mais nunca de carteira acinada e não nais casas dos outros ja trabalhei entregando papelzinho no cinal esse não é a vida que eu quero quero poder da um futuro melhor pro meu filho e pra mim também e sei que com os Estudo vale poder crescer e ser alguém na vida”.

Em alguns casos são relatados momentos de humilhação, atuação como agiota e momentos que foram tão desagradáveis, que é preferível nem tocar no assunto. Estudante 20 – “não foram muitos agradáveis, prefiro não comentar”.

A elevada participação feminina no Programa ficou clara nas duas unidades escolares. Essa pode ter sido influenciada pela adoção do espaço de acolhimento. O acolhimento é um espaço destinado aos filhos dos alunos do ProJovem que é desenvolvido nas mesmas unidades escolares onde existe o Programa. Enquanto os pais estão estudando, as crianças estão participando de oficinas e atividades recreativas. Essas atividades são realizadas por profissionais que foram contratados exclusivamente para essa função. Dessa forma, como na maioria nos casos, os cuidados com os filhos ficam a cargo da mulher, o acolhimento elimina a preocupação de não ter quem cuide dos filhos enquanto a mulher estuda.

Outro fato que pode ter influenciado a participação feminina no ProJovem, é a diferença existente entre as médias salariais masculinas e femininas, segundo dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2010).

A maioria dos participantes independente do sexo e da unidade escolar se declarou como pardos.

Um fator que me chamou bastante atenção foi que, os alunos buscam o Programa principalmente para concluir o ensino fundamental e não com interesse na

qualificação profissional oferecida pelo Programa, tanto que essa formação foi mencionada apenas por uma aluna dentre todos os pesquisados. Esse interesse pode ter sido influenciado pela necessidade que os alunos tiveram de abandonar os estudos, no caso feminino foi em função do casamento ou filhos e no masculino a necessidade de trabalhar.

Independente dos motivos que levaram os alunos do ProJovem a abandonarem os estudos, tal situação se reflete nas relações de trabalho de hoje ou na falta delas. Assim como os jovens brasileiros, o jovem do ProJovem de Mesquita vive o seguinte dilema: “a busca de trabalho por necessidade traz prejuízos à formação educacional formal, o que, por sua vez, gera impactos negativos sobre sua inserção futura no mercado de trabalho [...]” (OIT, 2009, p. 45).

O fato de ser oferecido um auxílio de R\$100,00 mensais parece não ser um atrativo para os jovens, já que foi mencionado apenas por uma aluna. Ainda bem, porque desde que as aulas iniciaram até o momento da pesquisa, a bolsa ainda não tinha sido depositada na conta dos alunos, ou seja, desde o mês de outubro de 2013. Segundo um Professor do Programa, esse fato interferiu na frequência dos alunos e aumenta o número de desistentes.

No caso dos programas que oferecem auxílios financeiros como o ProJovem, parece que os mesmos ainda não são suficientes para garantir a permanência dos alunos, já que os valores são muito baixos. Em alguns casos os jovens abandonam o Programa para trabalhar, mesmo que o emprego seja precário (RIBEIRO, 2011, p. 40).

O que deve ser observado com muito cuidado, são as expectativas dos jovens em relação a sua participação no Programa. Ao que me parece, a conclusão do ensino fundamental proporcionará uma “mudança de vida” para eles. São mudanças que vão desde o lado profissional até questões familiares e questões de autoestima.

Todas essas expectativas por parte dos alunos me trazem muitas inquietações, não apenas como pesquisadora, mas como pessoa, pelo fato desses alunos depositarem tantas esperanças, simplesmente, na oportunidade de conclusão do ensino fundamental. Se essas esperanças tivessem alguma relação com a possibilidade da conclusão de um curso de qualificação profissional, talvez seria menos surpreendente, já que segundo o discurso do ProJovem, todos os problemas dos alunos relacionados ao lado profissional serão resolvidos com essa qualificação. Mas a tal da qualificação,

praticamente não é mencionada pelos alunos, mas “terminar os estudos”, como eles dizem, parece ser tudo para eles.

Os alunos do ProJovem, assim como parte significativa da população e dos jovens, acreditam na necessidade da educação para a conquista de uma oportunidade de trabalho, já que o atual mercado de trabalho apresenta novas exigências de qualificação profissional, onde as mesmas são consideradas naturais, podemos até dizer essenciais para o aumento dos lucros do sistema capitalista (SOUZA, 2004, p. 3,8).

Diante dessa situação, outra questão me preocupa, o que vai acontecer com esses jovens, se ao final do Programa nada mudar, se os objetivos de cada aluno não forem alcançados, o que vai ser desses alunos?

Para conhecermos melhor o desenvolvimento do ProJovem Urbano em Mesquita, as informações fornecidas pelos Professores e Profissionais que atuam no Programa serão apresentadas a seguir.

### **3.3.Os Profissionais Atuantes no ProJovem**

Com o objetivo de conhecermos um pouco o corpo docente que atua no ProJovem em Mesquita, que é composto por oito profissionais, foi realizada uma entrevista com o Professor de Administração do Programa representando o corpo docente. Também foram realizadas conversas informais com os outros Professores nos núcleos Ernesto Che Guevara e Santos Dumont.

Todos os professores do Programa atuam nas duas unidades escolares em dias alternados, com exceção do Professor de Qualificação Profissional, que é um profissional para cada núcleo.

Durante a entrevista com o Professor de Administração, duas Professoras estavam presente na mesma sala e também foram convidadas a participar das entrevistas, mas recusaram de maneira sutil. As mesmas contribuíram através de relatos de experiências, com algumas informações sobre o desenvolvimento do Programa, a sua atuação e sobre os alunos.

A professora de Ciências da Natureza justificou a sua recusa, dizendo que só saberia falar sobre alimentos, higiene e coisas desse tipo, fazendo alusão ao que me contava sobre uma aula com os alunos do ProJovem.

A outra Professora de Participação Cidadã justificou a sua recusa por meio um fato ocorrido no dia da entrevista. Pelo o que entendi naquele dia, uma Professora do Programa se dirigiu a escola para trabalhar como de costume e descobriu que tinha sido afastada do ProJovem. Foi possível identificar que esse afastamento foi uma ordem superior, mas não foi possível identificar se teve alguma relação com a sua conduta profissional.

Como a forma de afastamento foi sem aviso prévio e como esse trabalho era a única fonte de renda da Professora, os demais colegas ficaram muito sensibilizados com o ocorrido, inclusive essa Professora, que ficou com receio de não ser coerente em suas respostas por estar muito afetada com a situação, podendo ressaltar apenas os aspectos negativos do Programa em função do ocorrido.

O Professor entrevistado da disciplina de Administração tem 26 anos de idade e o seu tempo de atuação no magistério é de nove anos. Esse Professor no primeiro contato, em março de 2014, atuava nas duas unidades escolares. No segundo contato, em dezembro 2014, ele passou a atuar apenas na E.M. Ernesto Che Guevara e um outro profissional assumiu a sua vaga. Com a proximidade de conclusão do Programa, a carga horária da educação profissional aumenta, sendo necessário um profissional para cada escola. Mas esse seu afastamento da E.M. Santos Dumont foi influenciado, além da carga horária, por problemas de relacionamento com os funcionários da escola.

O Professor entrevistado, ao ser questionado sobre como se tornou Professor do ProJovem, apresentou algumas informações interessantes sobre o processo seletivo. No Município de Mesquita, as vagas destinadas ao corpo docente do ProJovem são oferecidas primeiramente aos Professores efetivos do Município. De acordo com o número de interessados é realizado primeiro uma seleção interna.

Após a seleção interna as vagas ainda disponíveis são oferecidas para a população num processo seletivo para contratação temporária. No caso do Professor entrevistado, sendo professor da rede na época da contratação, foi convidado pelo

Coordenador do curso para atuar no Programa, devido a sua formação em Administração.

Esse Professor ao ser questionado sobre o que destacaria de positivo no Programa, a atuação do corpo docente foi logo destacada por ele.

A oportunidade de projeção que o Programa oferece aos alunos, permitindo uma expansão de perspectiva que eles não têm, ou que eles não tinham. O corpo docente é maravilhoso, que proporciona isso aos alunos. Um grupo bom de Professores com uma bagagem de conhecimento muito grande acaba também promovendo isso nos alunos. E também o incentivo moral porque o ProJovem não é um Programa de formação institucional, estudantil, mas também de um trabalho social, que acaba trabalhando a questão da autoestima deles, valorização. Enfim, o cunho tanto profissional, discente e social, os três juntos num Programa só (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

No momento de destacar os aspectos negativos do Programa, as desigualdades sociais tão marcantes em nossa sociedade e a atuação de algumas políticas públicas foram destacadas por ele. “A questão de ter uma camada que necessita desse suporte como manobra de governo, como manobra de massa do governo, como todos os programas sociais e educativos no Brasil” (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

Esse Professor considera a criação do programa ProJovem uma decisão acertada, mas questiona a forma como os investimentos no Programa são gerenciados pelo governo federal. Acredita, inclusive, que se o governo federal investe pouco no Programa e que com maiores investimentos atenderia ao um número maior de alunos.

A criação do Programa foi uma coisa boa tanto de forma nacional, como também acho válida a condução dele dentro dos Municípios, poderia até ser mais explorado, mais desenvolvido, mas essa ordem vem de cima mesmo. A gente percebe que o governo federal faz a propaganda, mas não dar o suporte que ele poderia dar e tudo mais. Achei válido sim, mais até pelo trabalho desenvolvido no local, dos profissionais que realmente se importam com os alunos do que com a esfera federal (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

Como sugestão para que o ProJovem se torne uma política pública efetiva e não um Programa de governo, a união dele com a Educação de Jovens e Adultos das escolas regulares, foi apontada com uma possibilidade de atuação mais efetiva com esse crescente público.

A EJA poderia se unificar ao ProJovem, se tornar uma coisa só, renderia muito mais frutos, até mesmo pela questão profissional. Eles também

recebem a bolsa auxílio isso poderia ajudar. Os dois Programas unificados poderiam atender a demanda que vem crescendo cada vez mais e também ampliar os campos de formação de acordo com as necessidades locais e abrangendo as necessidades sociais do resto da sociedade brasileira, desenvolvimento industrial, etc (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

Ao ser questionado, se acreditava que o ProJovem poderia ajudar os alunos a ingressarem no mercado de trabalho, a atuação dos Professores foi novamente destacada, principalmente da Professora da disciplina de Participação Cidadã.

Sim, porque todos os Professores têm colaborado para isso. E o resultado tem sido positivo? Sim, porque a Professora de Participação Cidadã tem indicado as vagas de emprego, tem auxiliado e todos os Professores tem dado um suporte para ingressarem no mercado de trabalho (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

No que se refere à formação oferecida pelo ProJovem ser adequada para o ingresso no mercado de trabalho, foi apontado que a mesma é deficiente comparada à formação oferecida por outras instituições.

Não, mas é uma questão de estruturação do próprio projeto do governo federal. A gente nota que não tem uma competência tão técnica quanto deveria, já que os jovens estão indo para o mercado de trabalho. O governo federal poderia ser específico, assim como a FAETEC, o PRONATEC, esses programas técnicos e atender ao ProJovem (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

Esse Professor demonstrou que está muito satisfeito com o trabalho realizado por ele com os alunos e Professores do Programa. A satisfação da relação estabelecida com os colegas de trabalho e com os alunos foi perceptível em suas palavras: “Estou super satisfeito pela equipe de trabalho pela aceitação dos alunos. No fundo, acaba que vemos o benefício que trazemos para a vida dos alunos em todos os aspectos e isso é uma coisa que não tem preço” (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

Com a participação dos alunos no ProJovem e as relações estabelecidas entre os Professores e os alunos, esse Professor espera que essa experiência traga mudanças significativas para a vida dos alunos. Aprendizados que ultrapassam os limites dos conteúdos escolares foram ressaltados. “Que eles consigam colocar em prática todas as coisas que nós tentamos passar para eles, tanto do cunho profissional, a bagagem cultural, mas principalmente da bagagem humana, do desenvolvimento humano” (ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJOVEM, 2014).

A Professora de Ciências Naturais comentou que durante um churrasco de comemoração da turma, os alunos relacionaram os conteúdos de uma aula sobre os nutrientes dos alimentos com a comida que estava presente na festa. Ela ficou muito feliz em saber que os seus alunos comentavam durante o churrasco, sobre as proteínas e os lipídios encontrados na carne. Segunda essa Professora, “eles foram capazes de levar os conteúdos da sala de aula para a realidade do cotidiano”.

Outro fato foi mencionado por essa Professora e que a deixou muito alegre, ocorreu com a visita de uma aluna da turma anterior. Essa aluna é casada com um bandido, mas que apesar de todo o conforto que é proporcionado por ele, como no caso da casa em que eles moram que foi montada em dois dias, essa aluna se sente desconfortável com essa situação.

A partir da participação dessa aluna no ProJovem, ela começou a perceber como o seu marido era inteligente, como ela mesma disse “estudado”, mas estava utilizando todo esse potencial de maneira errada. A inserção no Programa foi capaz de mostrar a essa aluna como as mudanças são possíveis e ela, atualmente, vive outra realidade e está inserindo o seu marido na sua religião.

A Professora de Participação Cidadã reconhece que a formação profissional oferecida pelo Programa, não é da melhor qualidade. Como ela falou “o mercado de trabalho não vai absorver todos”. Mas a partir do Programa, os alunos terão a oportunidade de decidirem se irão buscar mudanças para as suas vidas ou se contentarão com o que lhes é oferecido no momento.

Diante das falas, principalmente das duas Professoras que não participaram da entrevista, observei que o principal ganho do ProJovem reside nas relações que são estabelecidas entre os Professores e alunos durante o Programa. Estimular a criticidade nos alunos é um dos principais objetivos dos Professores. De acordo com a Professora de Participação Cidadã: “Tornar o aluno crítico é o principal ganho do Programa, estamos criando um ‘monstro’, que não vai mais aceitar qualquer coisa. Vão se tornar mais críticos, sendo capazes de reconhecer a condição de subemprego em que vivem e podem buscar mudanças”.

As pequenas mudanças são sentidas nas falas e atitudes de alguns alunos, como no caso do atraso do pagamento do auxílio mensal. Os alunos levaram em torno de cinco meses para receber pela primeira vez o auxílio mensal. Numa conversa dos

Professores com os alunos para estimulá-los a continuarem no Programa, mesmo com os atrasos de pagamento, teve um aluno que fez o seguinte comentário para a Professora de Ciências Naturais: “O pagamento do auxílio não era o mais importante”.

Segundo esses Professores, as pequenas mudanças também são percebidas pelo aumento do interesse dos alunos em participar dos eventos na escola, como a peça de Natal, a feira cultural e principalmente a festa que fizeram no dia dos Professores, onde os alunos tiveram o cuidado de fazer toda a festa e comprar um presente para cada Professor.

Na E.M. Santos Dumont, por meio de relatos de experiências, o Professor de Inglês que atua nas duas unidades escolares, a Professora de Qualificação Profissional daquela unidade e a Inspetora da escola, tiveram a oportunidade de fornecer informações importantes sobre os alunos e funcionamento do Programa. Cada escola tem um profissional Inspetor de Alunos que auxilia no funcionamento da escola durante as aulas.

No momento em que os profissionais foram questionados, sobre o conhecimento de alguma medida do ProJovem para a inserção do jovem no mercado de trabalho, todos responderam que não conheciam nenhum tipo de ação nesse sentido. A única opção em Mesquita destinada para esse fim é o Banco de Empregos de Mesquita (BEM), que oferece vagas de empregos para todos que tenham interesse em procurá-las. Segundo a fala desses Profissionais. “O ProJovem não tem nada nesse sentido, a única coisa que tem é o BEM, Banco de Emprego de Mesquita. Aí se o aluno tiver interesse, ele vai lá e vê a vaga que tem, mas é para todo mundo, qualquer um que quiser vai lá e ver o que tem”.

A Professora de Qualificação Profissional explicou que a maioria das oportunidades de empregos disponíveis no BEM (em anexo) exige o ensino fundamental ou médio completo, ou pelo menos que os candidatos estejam cursando o ensino médio. O que não é o perfil do estudante do ProJovem, que ainda não concluiu nem o ensino fundamental.

Para os nossos alunos, esse Banco de Empregos não é bom. A maioria das vagas que tem lá não se encaixa no perfil deles. Tudo pede o ensino médio, ou então, tem que já está cursando o ensino médio. Eu até olhei o que tinha lá para ver se alguma coisa dava para eles, mas não tinha nada. Eles ficaram todos desanimados.



Essa Professora, diante da falta de oportunidades de trabalho para os seus alunos, narrou para nós uma tentativa de arrumar emprego para os seus alunos no estabelecimento comercial Casa e Vídeo.

Um dia eu estava andando pela rua, aí eu resolvi entrar na Casa e Vídeo e pedi para falar com o gerente da loja. Ele veio. Aí eu expliquei para ele como funcionava o ProJovem e tal. Eu fui e perguntei se tinha alguma vaga na loja para os alunos, alguma coisa que eles pudessem fazer. Esse gerente falou que teria um processo seletivo que era para eu falar com os alunos para eles participarem. Eu falei com três alunos, eles participaram da dinâmica e todo mundo passou. E ainda tinha a segunda etapa e eles ficaram de ligar para os alunos. Passou um tempão e nada. Aí, eu fui lá na loja de novo, cheguei lá, pedi para falar com o tal do gerente e ele nem trabalhava mais lá. E os alunos, coitadinhos, não conseguiram nada, só perderam tempo. Eu fiquei tão triste.

Após o relato dessa Professora, o Professor de Inglês se lembrou de um outro episódio de tentativa de emprego por parte dos alunos que, infelizmente, também não ocorreu como deveria.

Uma aluna nossa aqui, arrumou um trabalho lá na Zona Sul, mas só durou uma semana. Coitada! Aconteceu de tudo com ela. Como ela morava aqui, as pessoas de lá começaram a humilhar ela, ficavam falando umas coisas, assim sabe, bem chatas e ela ficava toda triste. Com tudo isso ela já estava desanimada, aí teve um dia que ela vindo embora, foi assaltada. Chegou lá no dia seguinte foi contar o que aconteceu e que estava com medo e tal, ninguém nem quis saber. Não sei se pensaram que ela ia desistir por causa do assalto, só sei que no final disso tudo, ela foi mandada embora. Foi horrível, coitada.

Esse episódio desagradável, que esse Professor narrou, segundo ele, aconteceu com uma aluna que já enfrentou diversas dificuldades e que não precisava de mais uma história desagradável em sua vida. Ainda segundo esse Professor.

Essa aluna, coitada, já sofreu tanto! Uma vez ela me contou a história dela, eu quase chorei, fiquei muito triste. Quando ela era criança, ela foi abusada várias vezes pelo padrasto com consentimento da mãe. Aí depois, quando cresceu virou prostituta. Agora ela tenta retomar a vida aqui no Projovem. Às vezes ela fica desanimada e pensa em desistir, mas aí a gente conversa com ela e fala: que exemplo você vai dar para os seus quatro filhos se você desistir? Vai ser um exemplo ruim. É muito difícil as coisas aqui para esses alunos.

Segundo a Inspetora, “todo aluno aqui tem uma história triste para contar e somos nós que fazemos de tudo para eles não desistirem, é muita conversa com eles”.

Os poucos alunos do Programa, que já participaram de algum processo seletivo, o fizeram por busca própria ou indicação dos Professores. Nenhum desses casos tem qualquer relação com o Programa. A Professora de Qualificação Profissional,

contou outro caso de participação dos alunos em processo seletivo que o resultado não foi satisfatório.

Teve uma aluna nossa, que participou de uma seleção lá no Centro do Rio. Ela passou em tudo, fez todas aquelas etapas, de dinâmica, de entrevista e passou. Quando chegou na hora da prova escrita ela não conseguiu, foi uma pena, coitada! Outros alunos que estudaram direitinho acabam tendo mais chances que os nossos alunos.

Os alunos de maneira geral apresentam muitas dificuldades, principalmente para a leitura e a escrita. E em situações como essas, de processo seletivo, as diferenças entre os alunos do ProJovem e aqueles que fizeram o ensino fundamental regular se destacam. E como os níveis de aprendizado entre os alunos são diferentes, aqueles que têm mais facilidade de aprendizagem, acabam que perdem a oportunidade de aprender todos os conteúdos, já que o Professor não pode seguir com o conteúdo em função daquele colega de turma que tem mais dificuldade. Aqueles alunos que têm mais dificuldades de aprendizagem, quando não correspondem ao ritmo das aulas se sentem diminuídos perante aos colegas e acabam desistindo. Segundo os Professores.

Não podemos exigir muitas coisas deles, porque eles acabam ficando desanimados. Sempre tem aquele aluno que é mais esperto, que pega as coisas mais rápido. Os outros ficam com vergonha por não entenderem ou por não acompanhar o ritmo e querem desistir. Então, não posso ficar cobrando muitas coisas deles, só o que é mais importante mesmo. Não dá para se fazer muita coisa em 18 meses [né?].

Programas de qualificação profissional como o ProJovem oferecem uma formação deficiente, tanto no ensino fundamental como na formação profissional. Essa formação, além de deficiente, busca a elevação das habilidades produtivas dos jovens como meio de adequação às exigências do atual mercado de trabalho. Porém, diante da deficiência, em todos os segmentos, dessa formação, a mesma atua como mecanismo de “conformação das camadas subalternas com a finalidade de mediar os conflitos de classe” (SOUZA, 2009, p. 4).

Além das dificuldades de aprendizado, a necessidade de trabalhar é o maior impedimento para que esses jovens continuem no Programa até o final. Nessa escola, quando o projeto iniciou eram três turmas com média de trinta alunos cada, atualmente existe apenas uma turma com dezoito alunos. Com o passar do tempo, os alunos vão conseguindo emprego e vão abandonando o Programa. Segundo o Professor de Inglês.

Qualquer emprego que arrumam, eles abandonam o projeto. A bolsa está atrasada de novo e quem vive com cem reais? Eles precisam sustentar os

filhos. Eles precisam trabalhar, se vestir, comer, sustentar os filhos, “estudar é um luxo”.

Não é por acaso que a pesquisa realizada com os alunos do ProJovem em municípios da Baixada Fluminense em 2011, aponta que os alunos preferem abandonar o Programa diante de qualquer oportunidade de trabalho remunerado, por mais precária que possa ser. “Aferiu-se que pouco mais de 92% dos alunos declararam não fazer a opção pela bolsa” (RIBEIRO, 2011, p. 41).

Durante uma palestra destinada aos Professores do ProJovem, a palestrante fez alguns comentários em relação aos alunos e ao Programa, que os Professores não ficaram satisfeitos. Segundo a palestrante, a formação oferecida no Programa não é suficiente para suprir as necessidades dos alunos. Na visão dela, os Professores “estão enxugando gelo, porque a formação aqui do Programa não é o suficiente”.

Ainda na visão da palestrante, segundo os Professores, “esses alunos depois de formados não vão chegar muito longe, o que eles querem na verdade é que esses alunos continuem onde eles estão. Eles são tratados como excluídos e assim vão ficar”.

Assim como a fala da palestrante demonstra, percebemos que as ações do governo destinadas aos jovens se concentram em ações assistencialistas que não atuam de forma eficiente nas causas geradoras das desigualdades sociais. “As políticas sociais se reduziram à focalização para alívio imediato da pobreza, sobretudo, entre as crianças e nas famílias. Uma vez mais, os jovens não encontraram seu lugar e ficaram invisíveis” (IBASE, 2010, p. 84).

Mesmo com os próprios Professores reconhecendo e confirmando as palavras da palestrante que: “O ProJovem mantém a exclusão”, eles ficaram indignados com a postura de uma pessoa que não conhece o trabalho que é realizado por eles, que não consegue enxergar o mínimo para um futuro melhor para esses jovens.

As pessoas de fora não veem o trabalho que fazemos aqui com os alunos, alguns querem se matar, cortar os pulsos e todos têm histórias muito sofridas, nenhum Professor faz isso em outras escolas. Somos profissionais da educação, damos aula e vamos embora, a gente não se envolve nos problemas deles. Aqui no ProJovem não é assim, a gente se envolve, tenta ajudar, tenta botar os alunos para frente. Eles nos veem como amigos.

Um bom exemplo dessa relação de amizade entre eles, que os Professores e a Inspectora narraram, ocorreu com uma aluna que perdeu sua irmã aos quinze anos de

overdose. Passado algum tempo, essa aluna retornou a escola e teve uma recepção calorosa dos colegas de sala e principalmente dos Professores e da Inspetora.

A irmã de uma aluna morreu de overdose aos 15 anos, quando ela chegou aqui na escola ela foi abraçada por todo mundo. Todos os professores foram lá e falaram com ela. Ela ficou muito emocionada e sentiu muito acolhida. Duvido que nas outras escolas tenha isso.

Um outro diferencial do ProJovem é o acolhimento, que serve para atender aos filhos dos alunos. O acolhimento é muito importante principalmente para as mulheres que não teriam com quem deixar seus filhos enquanto estudam e a escola oferecendo esse serviço evita que essas mulheres abandonem o Programa. O acolhimento não surgiu com a proposta original do ProJovem, surgiu com as modificações que o Programa sofreu ao longo do tempo. Segundo os Professores, o acolhimento é uma orientação de implantação do Programa e não da Prefeitura de Mesquita, mas não é mencionado em nenhum documento oficial que estabelece as diretrizes do Programa.

Os Professores se preocupam com a possibilidade, de após o término do Programa, os alunos não prosseguirem para o ensino médio. Pensando nisso, tomaram a iniciativa junto à Coordenação para fazer uma lista de escolas que oferecem o ensino médio próximo a residências dos alunos e irão encaminhá-los para essas escolas.

Em relação ao fato do ProJovem de Mesquita oferecer o arco ocupacional da Administração, formando os alunos em Auxiliar Administrativo, os Professores desconhecem qualquer pesquisa que tenha sido realizada pela Prefeitura ou qualquer órgão do ProJovem, sobre as necessidades profissionais locais, que de acordo com as diretrizes do Programa, a oferta do curso profissionalizante deveria ser baseada nessas necessidades. Os Professores acreditam que como é mais fácil oferecer esse tipo de formação, seria essa a justificativa para a escolha desse arco ocupacional. “Em qualquer lugar tem escritório, né. Eles podem trabalhar em Mesquita mesmo, aqui tem lojas, mercados, gráficas, escolas, todos eles precisam de auxiliares administrativos”.

O Professor de Inglês comentou que mesmo o ProJovem sendo uma política do atual governo federal, a presidente Dilma quando fala dos programas sociais do seu governo, não faz nenhuma referência ao ProJovem, se refere apenas ao PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Segundo ele, surgiram

alguns comentários que o ProJovem se estenderia ao ensino médio, mas ele acredita que essa possibilidade não será concretizada.

Como ninguém mais fala do ProJovem, acho difícil ter para o ensino médio, mesmo que eles enviem os alunos para o PRONATEC, duvido que os alunos consigam acompanhar. Quero ver se vão fazer com os alunos aquilo que a gente faz. Ficar estimulando eles o tempo todo para não desistirem, duvido, não vão nada. Eles não vão dar a atenção que a gente dá para eles.

Em Mesquita, a partir de fevereiro de 2015 iniciará uma nova turma do ProJovem, mas na E. M. Santos Dumont, essa será a última turma do Programa. Segundo os Professores e a Inspetora, como a procura pelo Programa nessa escola é muito baixa, o mesmo será oferecido em outra escola da rede municipal, provavelmente, no Bairro de Edson Passos, próximo ao Bairro da outra escola que oferece o Programa, a E. M. Ernesto Che Guevara. Fato que muito preocupa esses Profissionais.

Aqui em Santo Elias, já não tem nada. Agora sem o ProJovem vai ser pior ainda. O que vai ser desse povo daqui? [pausa] Que já não tem oportunidade, vai ser pior ainda. E lá já tem o Che Guevara, não tem necessidade de ter duas escolas com ProJovem perto uma da outra.

Em vários momentos os Professores se referem aos alunos com preocupação, principalmente após a conclusão do Programa. Essa preocupação demonstra, como os próprios Professores confirmaram, a existência de uma relação que ultrapassa os limites profissionais. Foi criada entre eles, uma relação diferente de aluno com o Professor de uma escola regular. Num Programa em que os Professores estão presentes nas escolas diariamente, o contato com os alunos é maior e esse contato facilita o compartilhamento de informações dos alunos com os Professores sobre as suas vidas. Os alunos se sentem seguros para essa troca de informações, pois reconhecem os Professores como amigos.

Podemos até considerar que realmente são amigos, pois alguns desses Profissionais têm determinadas atitudes que ultrapassa o que foi estabelecido no seu contrato de trabalho, principalmente para ajudar o aluno a ingressar no mercado de trabalho. Os Professores reconhecem a deficiência do Programa nesse sentido e tentam ajudar os alunos por meios próprios.

A conquista de uma oportunidade trabalho não é um objetivo fácil de ser alcançado pelos alunos. Como o ProJovem não tem nenhuma medida que facilite esse ingresso, o alcance desse objetivo pelos alunos parece cada vez mais distante.

A defasagem de iniciativas do ProJovem de favorecer a entrada do jovem no mercado de trabalho, influenciou a criação de programas ou iniciativas que pudessem facilitar esse ingresso como o BEM, já que “apenas oferecer cursos de formação profissional, por melhores que fossem, não mudaria significativamente a situação dos jovens no mercado de trabalho” (GONZALES, 2009, p. 123).

Atualmente, a única medida disponível que pode facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho, não é do ProJovem, é uma ação independente da Prefeitura de Mesquita através do BEM. Porém, o BEM não é garantia de emprego, pelo menos para o aluno do ProJovem, mesmo após a conclusão do Programa, pois a maioria das oportunidades disponíveis (em anexo) exigem ensino médio completo.

Diante desse quadro, concluímos que as expectativas dos alunos de ingressarem no mercado de trabalho por meio da sua participação no ProJovem será muito difícil de ser alcançada. Em programas como o ProJovem observamos que “ao final, essas iniciativas têm reforçado a baixa autoestima dos jovens, questionando seus esforços e investimentos” (RIBEIRO, 2011, p. 34).

O baixo êxito entre os alunos estimula a desistência do Programa. O valor do auxílio mensal é muito baixo e boa parte dos alunos necessitam de recursos financeiros para se sustentarem, inclusive as suas famílias, pois a maioria já possuem filhos. O baixo valor do auxílio e o pagamento não ocorrendo da maneira correta, acabam por estimular ainda mais a desistência dos alunos. Por mais que os Professores incentivem seus alunos a não desistirem, nenhum argumento é capaz de se sobrepor às necessidades de sobrevivência.

Com o baixo valor e atrasos constantes nos pagamentos dos auxílios, os alunos abandonam o ProJovem diante de qualquer oportunidade de trabalho, mesmo que seja oportunidades precárias ou no mercado informal (RIBEIRO, 2011, p. 40-1).

Os Professores, apesar de reconhecerem as falhas do ProJovem, cultivam a esperança de que os alunos após concluírem o Programa terão mais chances de ingressarem no mercado de trabalho, pois acreditam no trabalho que realizam com eles, desde o lado profissional até o lado pessoal. Esses Professores reconhecem que a formação oferecida no Programa é deficiente, em função do pouco tempo disponível para o aprendizado de tantos conteúdos, comparado aos ensinamentos regulares. Como sugere Ribeiro (2011) a formação profissional de programas como o ProJovem foi reduzida a

“uma ausência de estratégias contextualizadas, reduzindo a ação educativa a capacitações precárias, descontínuas, que pouco valor agregam a vida dos jovens” (RIBEIRO, 2011, p. 34).

Os Professores reconhecem que mesmo após a conclusão do Programa, nem todos os alunos serão contemplados com uma oportunidade de trabalho, mas acreditam que o pontapé inicial foi dado para que eles tenham interesse em buscar novas conquistas para as suas vidas. Acreditam que uma semente está sendo plantada e mesmo que nem todos colham os frutos, o trabalho já começou. Apesar de todas as dificuldades, os Professores não perdem a esperança em verem todos os seus alunos conquistando uma oportunidade digna de trabalho. “As políticas educacionais deveriam utilizar a escola como um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva e ao mercado de trabalho, ao invés disso, a escola foi reduzida à mera instância educativa das massas” (ALVES, 2002, p.71).

Em programas como o ProJovem, acaba que a educação assume um papel diferente. Não é um tipo de educação emancipadora. Nesse caso, os jovens são educados para se manterem desempregados, já que diante dessa formação deficiente terão poucas chances de serem incluídos no mercado de trabalho formal (GENTILI, 1998, p. 89).

Diante de tanto comprometimento por parte dos Profissionais que atuam no Programa, fica bem claro que o lado pessoal se sobrepôs ao profissional para os Professores do ProJovem.

De maneira geral, esses Profissionais, consideram o ProJovem um sucesso. Mas esse sucesso não se deve ao empenho dos governos, mas do envolvimento dos Profissionais que atuam no Programa, principalmente dos Professores, com a causa e com a vida dos alunos. Segundo o Professor de Administração, “o sucesso do ProJovem em Mesquita se deve ao empenho da equipe do Programa, principalmente dos Professores que se envolvem com os alunos e tentam mudar as suas vidas”.

Buscando uma melhor compreensão da atuação dos profissionais do ProJovem Urbano em Mesquita, as dificuldades e as conquistas, e como são implementadas as diretrizes do Programa, buscamos ouvir a Coordenação do ProJovem.

### 3.4.A Coordenação do ProJovem

O ProJovem em Mesquita é estruturado com um Coordenador Geral ou Executivo que atua na Secretaria de Educação do Município e uma Coordenadora Pedagógica que atua nos dois núcleos, junto aos Professores e alunos, repassando as informações da Prefeitura de Mesquita e das diretrizes do Programa. Essa Coordenadora durante a entrevista nos revelou informações importantes sobre o funcionamento do Programa no Município. Infelizmente, não possível realizar uma entrevista com o Coordenador Geral do ProJovem em função das suas ocupações com o Programa e de outras atividades que exerce.

Quando o ProJovem iniciou, em setembro de 2013, eram 300 alunos matriculados, distribuídos nas duas escolas. No primeiro contato com os alunos, em março de 2014, o número de alunos já havia reduzido para em torno de 160 alunos. Ao longo dos meses o quantitativo de alunos foi reduzindo ainda mais. Atualmente, cada escola apresenta apenas uma turma, na E. M. Ernesto Che Guevara com 25 alunos e na E.M. Santos Dumont com 18 alunos, totalizando 43 alunos matriculados no Programa.

Ao longo do Programa, como já se esperava, a evasão foi muito grande. No início das aulas, alguns alunos estão empolgados com a oportunidade, mas perdem o ânimo e acabam desistindo. Nem todos os casos é por falta de ânimo, no caso das mulheres o principal fator que influencia nessa desistência é a gravidez. Em outros casos, principalmente dos homens, é a conquista de uma oportunidade de trabalho, pois muitos deles necessitam trabalhar para manterem a si e seus familiares. Não podemos desconsiderar àqueles que se envolvem com o tráfico na região, pois as escolas ficam localizadas em bairros onde há atuação da marginalidade. Mesmo não sendo uma obrigação dos Professores, os mesmos tentam resgatar os alunos que evadiram, realizando passeios e atividades de integração para estimular esse retorno, mas tem pouco sucesso.

Aí alguns porque se meteram com o tráfico, outros porque foram desistindo por causa dos percalços mesmos, porque já é uma característica, infelizmente, já é uma característica. A gente tentou fazer várias atividades de retorno, a gente faz gincana, a gente leva para a pizzaria, leva para o [pausa] cinema, está até agendado cinema para quarta-feira, para o *Subway*, premia, faz uma série de coisas, mas é muito complicado. É um público, realmente, que desiste muito fácil, é porque engravida de novo, a gente tem uma série de



meninas aqui. Arruma trabalho, cem reais é muito pouco (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014).

Dentre os fatores que estimulam a desistência dos alunos não podemos desconsiderar o baixo valor do auxílio mensal e a falta de pagamento. Assim como no primeiro contato, os auxílios mensais continuam atrasados. O motivo dos atrasos ninguém sabe explicar.

De acordo com as informações fornecidas pelos Professores do Programa, o ProJovem não apresenta nenhuma medida que auxilie no ingresso no mercado de trabalho, apenas o BEM. A Coordenadora confirmou a existência do BEM, mas esse Banco de Empregos é uma medida da Prefeitura e não do ProJovem. Portanto, não pode ser considerado como uma iniciativa do Programa que facilite a inserção do aluno no mercado de trabalho, como a Coordenadora o considerou, ao ser questionada sobre alguma medida do Programa para ajudar o jovem a conquistar uma oportunidade de trabalho. Além dela ter considerado como uma medida que facilitaria o ingresso no mercado de trabalho a oferta do Arco Administrativo no Município.

Sim. Além da questão da nossa qualificação profissional hoje é administrativo. E hoje na prefeitura de Mesquita, a gente tem o BEM que é o Banco de Empregos de Mesquita. Então todos os nossos alunos, é porque a gente agora que vai começar esse processo, mas já está tudo engatilhado. Porque não adianta colocá-los no mercado de trabalho agora, porque eles ainda não estão formados. É e assim falta muito pouquinho, então no retorno, faltando três meses para concluir o curso e que vai começar mesmo essa parceria com o BEM (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014).

Até o mês de dezembro de 2014, os alunos ainda não tinham tido qualquer contato ou influência do BEM ou do ProJovem para a conquista de uma oportunidade. Aqueles que conquistaram um trabalho foi por meios próprios. De acordo com a Coordenadora, esse contato será realizado mais próximo à conclusão do curso. Mas, nesse período, os alunos já estão se preparando, por meio de palestras que abordam temas relacionados ao mercado de trabalho. Essas atividades são custeadas pelo ProJovem com o meio de transporte da Secretaria de Educação. “Na realidade não é que vai começar, já começou. Na verdade já começou, quando tiver o retorno eles vão estar direcionados, mas eles já foram no CIEE, já assistiram palestras” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014).

Um dos motivos que estão aguardando a conclusão do curso é a possibilidade da conquista de uma oportunidade efetiva de trabalho e não um estágio, emprego temporário ou algo similar. Até mesmo, porque as oportunidades que apareceram até o mês de novembro de 2014 (em anexo), exigiam pelo menos a conclusão do ensino fundamental. A Coordenação de maneira geral, reconhece que mesmo com o BEM não será possível empregar todos os alunos que participam do ProJovem, mas alguns alunos serão contemplados. Até mesmo porque, segundo a Coordenação, nem todos alunos tem interesses nessas vagas, principalmente para aquelas que são mais distantes das suas residências.

A proposta é que se consiga um emprego, já saia encaminhado, entendeu, eu não vou dizer para você que hoje a gente vai mandar os quarenta alunos que a gente tem no ProJovem nos dois núcleos. Até porque nem todo mundo tem essa disposição [pausa] para isso, que queira (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Para exemplificar a falta de interesse de alguns alunos, a Coordenação, comentou a respeito de um evento que a Prefeitura realizou com o tema Juventude e Cidadania e apenas um aluno participou. “Por exemplo, a gente fez, a Prefeitura fez um evento de Juventude e Cidadania, se eu te falar que dos dois núcleos só foi um aluno. E assim, foi um evento muito legal, muito legal e só foi um aluno” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Mesmo com a pouca participação dos alunos nesse evento, não podemos comparar a falta de interesse por uma oportunidade de emprego com a baixa participação num evento. Para muitos jovens, a possível ajuda do BEM, será a primeira chance que terão para conquistar uma oportunidade e muitos jovens precisam dessa chance. Como muitos alunos responderam em seus questionários, a vontade de conseguirem um emprego é urgente. Comparar a falta de interesse numa oportunidade de trabalho com a baixa frequência num evento, ao meu ver, não é a melhor maneira de medir o interesse dos alunos por uma oportunidade de trabalho. Creio que falta conhecimento dos anseios do seu público.

Algumas empresas do Município, como a Casa e Vídeo, realizaram uma parceria com a Prefeitura, para disponibilizarem suas oportunidades no BEM. Diante dessas oportunidades, os alunos do ProJovem após a conclusão do curso serão encaminhados para essas oportunidades. Mesmo com a parceria, os alunos indicados participarão do processo seletivo normalmente como os outros candidatos, mas

provavelmente os avaliadores terão um olhar diferenciado como eles, “[...] até porque a empresa, ela já é parceira da Prefeitura” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014).

Não é de conhecimento da Coordenação do ProJovem, que as empresas parceiras da Prefeitura recebam incentivos fiscais para a realização dessa parceria e nem para a futura contratação de algum aluno do ProJovem. “Não conheço, desconheço. Esse BEM é da Prefeitura, esse banco de empregos é da Prefeitura, eu acredito que não, acredito que seja uma secretaria, não sei dizer” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014).

Uma preocupação da Coordenação do ProJovem e dos Professores que extrapola as suas obrigações, é a progressão dos alunos para o ensino médio. O Programa não dispõe de um encaminhamento oficial para o ensino médio, mas os Professores junto à Coordenação Pedagógica tomaram a iniciativa de procurar e encaminhar os alunos para as escolas estaduais que oferecem o ensino médio à noite, próximas às escolas onde o ProJovem é oferecido. “Quando eles terminarem aqui, quando eles terminarem, nós vamos fazer a matrícula e encaminhá-los para o Estado, só que é uma outra coisa, é ensino regular. Aqui eles têm sala de acolhimento” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014).

Mesmo com o encaminhamento para as escolas estaduais, os Professores, ainda ficam muito preocupados com o prosseguimento para o ensino médio, pois nas escolas regulares não existe o acolhimento e muitos alunos não terão com quem deixar seus filhos enquanto estudam, principalmente no caso das mulheres. E o ProJovem também, mesmo sendo diariamente, tem um horário de aula mais flexível e mais tolerante com as dificuldades que os alunos apresentam para assistirem às aulas. Outra preocupação é com o acompanhamento do currículo pelos alunos. Como o ProJovem tem uma dinâmica de ensino diferente das escolas regulares, pode ser um fator que acabe estimulando a desistência por parte dos alunos.

Um Professor do Programa informou que o governo federal tem uma proposta de implementar o ProJovem a nível de ensino médio. Tal informação foi ratificada pela Coordenação, que também confirmou o fechamento do núcleo do ProJovem na E.M. Santos Dumont. Segundo a Coordenadora, a procura dos novos alunos por esse núcleo tem sido muito baixa e a desistência dos alunos da atual turma foi muito elevada. Nesse caso, seria muito dispendioso para o Programa manter um

núcleo com um número reduzido de alunos. “E assim, lá você vê, a gente tem treze alunos, tem dia que tem oito, tem dia que tem cinco. Não vale o gasto” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJÓVEM, 2014).

Ainda não se sabe ao certo para onde será transferido esse segundo Núcleo, mas acreditam que será na E.M. Manoel Reis, que fica localizada no bairro de Edson Passos, próximo ao bairro do núcleo Ernesto Che Guevara. A escolha do local do novo núcleo é uma decisão a cargo da Secretaria de Educação Municipal.

A possibilidade de ter dois núcleos em bairros bem próximos foi justificada pela falta de interesse dos moradores do bairro de Santo Elias, onde tem atualmente o núcleo Santos Dumont, em participar do Programa. Segundo a Coordenação, a procura no bairro de Edson Passos é muito grande.

A divulgação do Programa no Município é realizada pelos Professores e Coordenadores com dia, hora e local marcados. Os Profissionais saem com panfletos do Programa e os entrega aos moradores da região. Durante a entrega dos panfletos, esses Profissionais explicam como o Programa funciona aos moradores e aqueles que recebem os panfletos. Dessa forma é realizada uma sondagem para descobrir se esses moradores teriam interesse em participar do Programa. Assim é realizada a pesquisa de campo do ProJovem, com vista a descobrir onde um novo núcleo do Programa deve ser implementado. Podemos dizer que é uma pesquisa “tipo censo”, perguntando de porta em porta. Durante essa pesquisa de campo em Edson Passos foi observado um grande interesse dos moradores daquela região de participarem do Programa, trazendo fortes indícios da possibilidade de implantação de um novo núcleo nesse bairro.

No bairro onde se localiza o núcleo Ernesto Che Guevara a procura pela próxima turma tem sido bem intensa. No cadastro inicial para a nova turma que iniciará a partir de fevereiro de 2015, já são 110 alunos matriculados. Essa procura intensa naquela região aliada ao interesse demonstrado pelos moradores durante a divulgação do Programa pelos Professores ou como eles denominam, “durante a panfletagem”, justificaria a transferência das atividades do núcleo do Santos Dumont para o bairro de Edson Passos.

Até os professores, nós é que fazemos a panfletagem do Programa e lá mesmo tem um retorno. Para cá a gente já tem um retorno maior. Para você ter uma noção, lá não vai abrir, então já sabe que lá não vai abrir, a princípio só aqui. Para essa turma nova já tem 110 alunos matriculados. Vai começar em 23 de fevereiro (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJÓVEM, 2014).

As próximas turmas iniciarão com a turma anterior ainda em aula, já que a conclusão do Programa será apenas em abril. Fato que faz parte da dinâmica do Programa e não interfere na conclusão do mesmo pela turma anterior. Além do núcleo da E. M. Ernesto Che Guevara e do próximo núcleo que será aberto, a Prefeitura tem interesse em estender o Programa para outras escolas. O interesse é “que haja um polo, dois, três no mesmo lado” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

A atual, será a segunda turma a ser formada pelo ProJovem em Mesquita. No momento da conclusão do Programa pela primeira turma o BEM ainda não tinha sido implantado pela Prefeitura e os poucos alunos que conquistaram uma oportunidade de trabalho foi por meios próprios, inclusive, aqueles que ingressaram no ensino médio. Na turma anterior tem o caso de uma aluna, que é vista pelos Professores, como exemplo para os demais alunos. Essa aluna, atualmente, faz o ensino médio na modalidade Normal e trabalha como auxiliar de Professor numa escola particular da região.

Então! Alguns a gente tem contato, alguns estão trabalhando, a grande maioria conseguiu fazer o ensino médio, está fazendo o ensino médio. Outros estão trabalhando. Alguns mudaram. A gente tem uma aluna que hoje está fazendo formação de professores e trabalha numa escola particular como auxiliar. É auxiliar de criança e está feliz da vida. Está fazendo magistério. Mudou realmente a vida dela, tudo por uma questão do ProJovem. Era uma aluna maravilhosa (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Na primeira turma do ProJovem o Arco Ocupacional oferecido era de Turismo. Fato que chamou muito a minha atenção, pois em Mesquita não há nenhuma área destinada ao turismo e também fica bem distante da área turística do Estado do Rio de Janeiro. Como a oferta do Arco Ocupacional deve ser de acordo com as necessidades locais, Turismo não me parece ser o Arco mais adequado para a região, portanto, não pode ser considerado uma necessidade local. A Coordenação do ProJovem reconhece que Turismo não era a opção de Arco Ocupacional mais adequado para a região, mesmo que o curso tenha sido de excelente qualidade. Para a segunda turma o Arco Ocupacional foi modificado para Administração. Para a modificação da oferta do Arco Ocupacional não foi realizada nenhuma pesquisa no Município, como afirma a Coordenação, foi uma questão relacionada à estrutura do Programa e ao público atendido.

Não. Foi uma questão mesmo de tato. Foi muito legal, é um arco muito interessante, mas para o local... As aulas foram muito boas, a Professora era muito qualificada, era do CEDERJ. O Turismo foi interessante, porém não foi... Eu acho que o Administrativo é por isso também e o BEM entrou pelo Administrativo também (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJÓVEM, 2014).

Apesar da mudança na oferta do arco ocupacional para o Administrativo, o mesmo ainda não é o Arco Ocupacional desejado pelo Município. A Prefeitura busca oferecer o Arco da Beleza, que formaria profissionais na área da Estética e Beleza. A escolha do Arco é uma opção da Prefeitura aliada às possibilidades de parcerias que precisam ser criadas com outras entidades além da Prefeitura. Parcerias, por exemplo, para a utilização de materiais de um salão de beleza, já que não podem ser adquiridos com a verba do Programa. A verba do Programa permite apenas o aluguel de um espaço para as aulas práticas, desde que seja legalizado e próximo ao núcleo.

O que a gente queria agora para o Município era o Arco da Beleza que a gente não conseguiu ainda, quem sabe no próximo. Não tem que fazer nenhum pedido, até porque, quando você escolhe o Arco, você faz a opção de ter o ProJovem no Município tem uma série de Arcos que você pode escolher. Na realidade o que a gente queria era o Arco da Beleza, mas não foi possível, porque nós não conseguimos parcerias dentro do Município para o Arco da Beleza. Porque a verba que a gente recebe não pode comprar bens. Eu não posso comprar um secador porque não é bem durável. O que a gente tinha que fazer? A gente já andou vendo. A gente tinha que locar um espaço que pudesse ter esses materiais disponíveis, próximo ao nosso núcleo. E não tem. Para eu alocar, primeiro, a documentação desse local tem que está toda em dia, porque vai para o Ministério Público. Aqui próximo não tem (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJÓVEM, 2014).

No caso do Arco Administrativo não foi necessário estabelecer parcerias com outras entidades, pois para as aulas práticas é necessário apenas um escritório. Segundo a Coordenação, esse Escritório Administrativo pode ser recriado num espaço na própria escola de forma improvisada. No caso de outros Arcos, como o da Beleza, o improvisado não seria possível, dificultando a sua oferta e justificando a escolha da Prefeitura pelo Arco Administrativo.

O administrativo a gente monta o escritório aqui na escola mesmo, faz os arquivos. Agora beleza, como é que vai cortar o cabelo? Algumas coisas a gente pode até alugar, por exemplo, a gente podia alugar a cadeira do salão e outros equipamentos também, só que tudo isso é licitação. Não deu tempo para a gente poder fazer isso. Aí, por isso nesse núcleo que vai entrar não foi autorizado. Quem sabe na outra a gente já pode se organizar, mas tem também a questão da parceria que é mais complicado (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJÓVEM, 2014).

Segundo a Coordenação, para formação oferecida no ProJovem ser suficiente para disputar uma vaga de emprego, dependerá do aluno. O ProJovem é dividido em módulos, para o ensino fundamental e para o profissional, diferente da escola regular e com carga horária menor, mas é o suficiente. Com o tempo reduzido, os Professores primam pelos conteúdos mais pertinentes, que julgam serem mais necessários.

Depende do aluno. Vou ser sincera com você, não é como a escola regular, todo dia. Até porque assim, o ProJovem, ele já é todo por módulo. São seis unidades formativas, já é todo divididinho e tem aquelas questões. Hoje estabelecemos prioridades. [...] o que eu realmente preciso passar para o meu aluno naquele trimestre. Não é como uma escola regular, todo dia, o ProJovem já é todo por módulos (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Diante do curto tempo para oferecer uma formação completa como as que são oferecidas ou deveriam ser nas escolas ou cursos profissionalizantes regulares, acaba que os jovens que participam do ProJovem, sendo vistos por algumas empresas como desqualificados para algumas oportunidades de trabalho. Diante desse quadro “recai toda a responsabilidade para o trabalhador e para o desempenho da escola” (FRIGOTTO, 1986, p. 136), a busca e a formação de um indivíduo apto a atender todas as exigências do mercado de trabalho.

A Coordenação não sabe informar se a carga horária da formação profissional é a mesma de outros cursos de Auxiliar Administrativo, oferecido por outras instituições. Os alunos iniciam com a formação geral e a partir da quarta Unidade Formativa, tem início a formação para auxiliar administrativo, que se torna mais específica.

No momento da disputa por uma oportunidade de emprego, a Coordenação considera que essa formação ou a falta dela pode ser um fator determinante. Nesse momento também são consideradas as habilidades pessoais e os alunos faltosos do Programa serão prejudicados. “Tem a questão dos saberes que a gente tem que levar em consideração. Tem a questão da falta, da infrequência, tem isso que também conta no ProJovem” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

O jovem que não consegue adquirir os conhecimentos que são julgados essenciais para ser inserido no mercado de trabalho, através do conceito de empregabilidade, não garantirá a sua ocupação nesse mercado de trabalho com restritas vagas, onde “[...] a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências

e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna” (ALVES, 2002, p. 11).

Alguns alunos já foram encaminhados para processos seletivos, mas acabaram desistindo e não passaram por todas as etapas da seleção, alegando ser longe ou não terem meios financeiros para se deslocarem. No caso dessas oportunidades, não era para exercer alguma função relacionada a Administração, mas foi uma situação de emergência para os alunos naquele momento, mas não foi bem sucedida.

A gente tem alunos aqui excelentes, excelentes, excelentes no ProJovem, que disputariam vagas... A gente mesmo encaminhou para uma série de entrevistas. Às vezes porque é longe, porque não quer ir, não tem dinheiro da passagem para ir. Nós encaminhamos uma lá para baixo, não para administrativo, para lanchonetes. É porque é a necessidade real da pessoa. A gente não consegue ainda o administrativo. Duas quase foram. Não foram porque realmente a questão da distância. Depois desistiram, “ahh eu não vou mais para a entrevista não”. Você não chega lá e consegue o emprego na hora, você passa por uma série de avaliações, demora (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Diante das tentativas frustradas dos alunos do ProJovem de ingresso no mercado de trabalho, reconhecemos que “[...] a incerteza do emprego se intensifica” (ALVES, 2007, p. 8).

De maneira geral a Coordenação considera que após a conclusão do Programa, esses alunos terão meios para disputar uma vaga de emprego. A formação oferecida é adequada para tal, desde que o aluno tenha interesse, pois o grupo de Professores realiza um bom trabalho e se empenha para fornecer ao aluno o que ele necessita.

Só depende deles, o grupo de Professores é muito bom, não estou defendendo não. É um grupo que leva a sério quando está em sala de aula. Realmente dá atenção ao aluno. Eles dão plantão, chegam cedo, tiram dúvidas. Hoje mesmo, a professora chegou quinze para as seis e o aluno também estava lá na aula particular. O aluno tem querer, o Professor está aqui (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Segundo a Coordenadora, alguns alunos irão conseguir ingressar no mercado de trabalho porque são esforçados e desejam um trabalho digno. Esses alunos já se conscientizaram que se não concluírem o ensino fundamental, as chances de conquistarem um trabalho formal irá diminuir ainda mais. Mas, para isso esses alunos precisam querer, precisam se esforçar. “Muitos já não estão aqui porque arrumaram emprego ao longo do caminho, outros realmente não arrumaram porque querem algo



melhor , querem estudar e sabem que só conseguem emprego estudando [né?], senão não tem jeito, vai fazer faxina” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

Alguns alunos estão empenhados em prosseguir para o ensino médio e querem buscar oportunidades de trabalho melhores do que “fazer faxina”. Em alguns casos, esses jovens já têm como exemplo, familiares ou amigos próximos que exercem atividades simples como essa e sabem como é um trabalho desgastante. Em casos como esses, os alunos não querem repetir a condição de subemprego das gerações anteriores. “Muitos deles não querem mais isso, querem trabalhar, um trabalho digno” (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014).

A Coordenação do ProJovem considera que a formação profissional oferecida pelo Programa será suficiente para que esses alunos alcancem uma oportunidade digna de trabalho e com isso tragam uma nova perspectiva para as suas vidas. Apesar da Coordenadora não saber informar se a carga horária da educação profissional é a mesma de outros cursos de Auxiliar Administrativo, oferecidos por outras instituições, mas a considera eficiente.

O Arco Ocupacional Administrativo oferece formação para as ocupações de Arquivador, Almojarife, Contínuo (Office Boy) e Auxiliar Administrativo. A carga horária total da formação profissional do Programa é de 390 horas para todas essas ocupações. No caso de cada curso ser realizado individualmente por outras instituições como o SENAI, por exemplo, será de 160 horas para Arquivador, 180 horas para Almojarife e 180 horas para Auxiliar Administrativo. A formação para Contínuo é a única ocupação que não tem carga horária definida, na verdade nem existe qualificação profissional para exercer a função de Office Boy. A soma da carga horária desses cursos separadamente é de 520 horas, enquanto que a formação profissional para todas essas ocupações no ProJovem é de 390 horas.

Podemos afirmar que, para o ensino fundamental a formação não é suficiente, fato que foi demonstrado nas respostas dos alunos durante a aplicação dos questionários. Assim como no caso do ensino fundamental, a formação profissional também é deficiente, pois há uma diferença de 130 horas em comparação com os cursos oferecidos por outras instituições.

A formação profissional oferecida por programas como o ProJovem atua “na socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico – o que configura o monopólio do conhecimento” (SOUZA, 2009, p. 11). Comparando a carga horária da formação profissional do ProJovem e outras instituições concluímos que existem dois tipos de formação disponíveis para o trabalhador: “a formação manual para a grande massa de trabalhadores e formação para o trabalho intelectual para uma elite privilegiada” (SOUZA, 2009, p. 11).

Diante de políticas de qualificação profissional como esta do ProJovem, podemos dizer que retornamos ao século passado, onde a formação profissional de baixa qualidade oferecida pelas escolas técnicas tinha público alvo determinados. “Formar mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico e educar psicofisicamente os jovens trabalhadores para a divisão social do trabalho, se acomoda à lógica da divisão internacional do trabalho [...]” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1104-5).

Diante dessas diferenças, será preciso bem mais do que força de vontade durante um processo seletivo. Não sejamos ingênuos ao colocar toda a responsabilidade do ingresso do jovem no mercado de trabalho na formação profissional oferecida pelo ProJovem, mas determinadas diferenças de formação não podem ser ignoradas em função das virtudes pessoais.

Diante desse quadro, concluímos que talvez a única chance que os alunos do ProJovem terão de conquistar uma oportunidade de trabalho decente ficarão restritas às vagas disponíveis no BEM pelas empresas parceiras da Prefeitura de Mesquita, destinadas exclusivamente a esses jovens.

A juventude é o segmento populacional que mais sofre com as novas exigências da sociedade e do mercado de trabalho, resultando nos maiores índices de desemprego. “O ideal de empregabilidade proposto pelo capitalismo desmonta a promessa de inserção no mercado de trabalho e compromete a promessa de inclusão social” (ALVES, 2007, p. 1).

A existência do BEM não garante essa conquista, mas pode ser considerado uma alternativa nesse processo, já que o ProJovem não dispõe de nenhum mecanismo que possa auxiliar os seus alunos a ingressarem no mercado de trabalho. Nesse caso, as empresas parceiras já conhecem o perfil dos alunos e disponibilizarão oportunidades que se encaixem no perfil desses jovens.

Diante do desemprego juvenil e do elevado número de ocupações precárias, atualmente disponíveis aos jovens, as políticas públicas destinadas aos jovens acabam que atuam em dois campos diferentes em ações que tentam se complementar, mas que trabalham com focos diferentes.

A primeira é preparar o jovem para fazer a transição, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho. A segunda é, ao contrário, prolongar sua escolarização, o que eventualmente reduz em desincentivar sua entrada no mercado de trabalho. No Brasil, já há políticas federais importantes que procuram combinar os dois enfoques (GONZALES, 2009, p. 121).

Como um Programa que anuncia em suas propostas a redução das desigualdades sociais, inclusão social do jovem e a “sua reinserção na escola e no mundo do trabalho” [...] (BRASIL, 2008, p. 14), poderá alcançar os objetivos mencionados com a oferta de uma formação deficiente como a que é oferecida atualmente? Concluímos que programas como o ProJovem “em vez de se voltar para a classe trabalhadora em geral, estes cursos procuram focar os jovens das comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade” (GONZALES, 2009, p. 123).

De maneira geral, podemos afirmar que as propostas governamentais de inserção de jovens no mercado de trabalho mediante a sua participação no Programa não serão alcançadas, visto que a formação oferecida em todos os níveis é deficiente e não dispõem de nenhuma medida que facilite a inserção do jovem no mercado de trabalho. Vide o caso dos alunos do ProJovem em Mesquita, onde os pouquíssimos alunos que estão ocupados atualmente, conquistaram suas oportunidades por meios próprios e aos demais alunos só restou sonharem com uma oportunidade de trabalho digna. Os resultados efetivos do ProJovem Urbano em Mesquita serão apresentados em seguir.

### **3.5. Os Resultados do ProJovem em Mesquita**

Em dezembro de 2014, foi realizado um novo contato com os alunos, com a aplicação de novos questionários. Esse segundo contato teve como objetivo, descobrir se as expectativas dos alunos ao ingressarem no ProJovem foram alcançadas ao longo

do Programa. Outra meta importante, foi verificar se nesse período, houve casos de alunos que ingressaram no mercado de trabalho formal com auxílio do ProJovem ou mediante a sua participação nele.

Como no primeiro contato com os alunos, a maioria deles mencionaram como expectativa a possibilidade de conquistar uma oportunidade de trabalho com a sua participação no ProJovem, a proximidade da conclusão do Programa foi o momento ideal para verificar se essa expectativa foi alcançada.

Nesse segundo contato, o quantitativo de alunos nas turmas estava bem reduzido, em função das desistências dos mesmos ao longo do Programa. Por esse motivo, foram realizadas diversas visitas aos núcleos, tendo como objetivo alcançar a participação de todos os alunos. Foram realizadas diversas visitas, inclusive no dia da avaliação final da Unidade Formativa VII, que foi a última avaliação do ano de 2014. De forma que a ausência do aluno nessa avaliação prejudicaria o seu prosseguimento no Programa para o próximo ano.

Diante da diferença no quantitativo de alunos na lista de matriculados e alunos frequentadores, buscamos o contato com todos os alunos que frequentavam as turmas para esclarecer essa questão. Diante disso, afirmamos que todos os alunos que frequentam o ProJovem de Mesquita participaram dessa segunda etapa do estudo.

### **3.5.1. E. M. Santos Dumont**

A E. M. Santos Dumont, na época do segundo contato com os alunos, possuía apenas uma turma do ProJovem com dezoito alunos matriculados, mas frequentando regularmente às aulas, era apenas quatorze alunos. Portanto, no momento da segunda etapa da investigação, essa turma era composta por apenas quatorze alunos e todos participaram respondendo aos questionários.

A turma era composta por doze mulheres e dois homens. Um deles com 29 anos que exerce a atividade de Encarregado III e outro com 23 anos que atua no Almojarifado. Os dois casos exercem suas atividades com carteira assinada. No caso do segundo aluno, a sua atuação no Almojarifado não pode ser considerada como correta,

pois no questionário, onde ele deveria descrever a sua ocupação, o mesmo respondeu: Estudante 35 – “não importa o tamanho do almoxarifado. toda eles deve”. Num outro momento ele me explicou que trabalhava na parte de recebimento de mercadorias de um supermercado.

A Professora de Qualificação Profissional ao ler o que ele respondeu, informou que no dia anterior o assunto abordado em sua aula foi sobre almoxarifado e que ele apenas reproduziu o que ela falou e acrescentou: “Ele tem muitas dificuldades, mas vem todos os dias às aulas. Ele fala que no seu trabalho é lento e que os colegas de trabalho ficam falando essas coisas dele”.

Esse jovem considera que a sua participação no Programa o ajudou a conquistar essa oportunidade, mas não sabe dizer como. Acredita também que a sua participação no Programa pode mudar alguma coisa na sua vida, mas não sabe dizer o que.

O outro jovem (Estudante 33) não acredita que a sua participação no Programa tenha facilitado a conquista da oportunidade de trabalho em que atua, mas acredita que a sua participação nele, pode acrescentar a sua vida “mais sabedoria”. Segundo ele, o ProJovem lhe deu a oportunidade de “Relembrar o que eu tinha esquecido”. Para o Programa oferecer tudo o que ele esperava, faltou: “A sala de informática liberada que não teve”. Em relação a possíveis melhorias que o Programa poderia realizar, esse aluno comentou que as mesmas seriam responsabilidade da Coordenação: “Depende da coordenadoria responsável”.

Nessa segunda etapa, participaram doze mulheres, sendo que oito estão desempregas e quatro estão trabalhando atualmente. Uma das mulheres atua como babá, uma como manicure e cabelereira, e uma no programa escolar Mais Educação<sup>11</sup>, todas atuam sem carteira assinada. Apenas uma das mulheres que atua como auxiliar de serviços gerais tem carteira assinada.

Nenhuma das mulheres acima citada conseguiram os seus empregos com a ajuda do Programa. E apenas uma delas acredita que a sua participação tenha facilitado a conquista da sua oportunidade de trabalho e pode lhe ajudar no futuro. Estudante 44 –

---

<sup>11</sup> O programa Mais Educação é desenvolvido em algumas escolas públicas em parceria com o governo federal, tendo como objetivo ampliar a jornada escolar dos alunos com atividades no contra turno do horário escolar. Provavelmente essa aluna atua no auxiliando os alunos nas atividades do Programa, mas essa informação não foi confirmada pela mesma.

“ainda não mas obter pensamento de melhorias no meu trabalho e como eu abrir meu próprio negocio e como administrar”.

Essas mulheres acreditam que participando do ProJovem, suas vidas podem mudar. Essas mudanças seriam da seguinte maneira: Estudante 38 – “eu quero acaba meus estudo e fazer uma Faculdade no futuro”; Estudante 41– “a prender o que esquecer”; Estudante 44 – “melhoria no trabalho e insentivo na Educação escolar dos meus filhos, eles vendo eu estudar se animão estudar também”.

Ao se matricularem no ProJovem, essas mulheres criaram diversas expectativas em relação ao Programa. Essas expectativas são: Estudante 50 – “de terminar meus estudos”; Estudante 41 – “Uma boa amizade e conhesimento com os profs”.

Algumas dessas expectativas não foram alcançadas, principalmente aquelas que se relacionam a conquista de um trabalho ou uma oportunidade melhor. Estudante 41 – “trabalho”.

A principal reclamação em relação ao Programa é a falta de pagamento dos auxílios financeiros. Foi o que faltou para o que ProJovem oferecesse tudo o que essas jovens esperavam. Estudante 38 – “o dinheiro que o Projovens deixou a deseja”; Estudante 41 – “fazer cursos”; Estudante 50 – “O dinheiro que eu não recebi até hoje”.

Diversos alunos relataram que desde o início do Programa, receberam o auxílio apenas duas vezes, tendo casos em que esse auxílio nunca foi recebido pelo aluno.

As sugestões dos alunos para que o ProJovem melhore e atenda as expectativas de todos, se referem principalmente a desorganização e a falta de comprometimento com os pagamentos dos auxílios. Estudante 50 – “Só as pessoas não mentir eu sei o que e melhor estuda, . mais muita gente contou com o dinheiro do projovem, . que disseram que e certo todo mês, . era melhor se não oferecesse nenhum beneficio”.

Os alunos se sentiram enganados, pois segundo eles, têm alunos que não frequentam as aulas e recebem o auxílio regularmente. Muitos alunos que frequentam o Programa desde o início nunca receberam. Esses alunos já procuraram confirmar se os dados pessoais estão corretos no cadastramento do Programa e estão, simplesmente, o pagamento do auxílio não acontece e ninguém sabe a razão.

Das oito mulheres que estão desempregadas, as suas atividades se concentram nos afazeres domésticos e cuidados com a família. Uma delas explicou como foi a ajuda do ProJovem para conseguir um emprego: Estudante 52 – “nada de nada mais eu ainda tenho muita fé em conseguir”.

Apesar dessas mulheres ainda não terem conseguido a oportunidade de emprego tão desejada, mesmo participando do ProJovem, elas acreditam que a sua participação no Programa pode facilitar a conquista de um emprego ou um emprego melhor.

Estudante 45 – “por ter nus dado uma chance de termina os estudo e com isso, aprendemos mais e temos mais conhecimento”;  
 Estudante 47 – “porque eu vou terminar os estudos e fazer uma Faculdade pra ter um bom Emprego”;  
 Estudante 51 – “porque através dos programa aprendi muita coisa”;  
 Estudante 53 – “com estudos abrem muitas portas para empregos de alta qualidade para mim”;  
 Estudante 54 – “A maioria dos emprego e mais voltada para as jovem aprendiz com idade de 15 a 24 anos”;  
 Estudante 55 – “por que estou me qualificando para ter condições de arrumar um emprego”.

De acordo com essas mulheres o fato de participarem do ProJovem pode trazer mudanças significativas para outros aspectos da sua vida.

Estudante 45 – “a ter novas chance”;  
 Estudante 47 – “mais oportuidades”;  
 Estudante 49 – “terminar os estudos e arrumar um bom emprego”;  
 Estudante 51 – “os conhecimentos que aprendi no programa”;  
 Estudante 52 – “Meu jeito de ser e aprendi que juntos chegamos longe e a união faz a força”;  
 Estudante 53 – “a escrever ea fala”;  
 Estudante 54 – “Ta meu certificado e cursa o ensino médio”;  
 Estudante 55 – “como foi dito o projovem p/mim é uma oportunidade de desenvolvimento”.

Ao se matricularem no ProJovem, essas mulheres criaram diversas expectativas em relação ao Programa. As principais expectativas são:

Estudante 45 – “objetivo de estuda”;  
 Estudante 47 – “terminar os estudos”;  
 Estudante 49 – “terminar os estudos”;  
 Estudante 52 – “Abriu minha menti para o Mercado de trabalho”;  
 Estudante 53 – “estou indo rumo a vitória”;  
 Estudante 55 – “me formar e acabar com os estudos para me oferecer um futuro melhor p/ minha familia”.

Algumas expectativas ao longo desse processo não foram alcançadas, principalmente ao que se refere à conquista de uma oportunidade de trabalho. Estudante 54 – “Trabalhar”; Estudante 45 – “um trabalho bom”.

A falta de pagamento do auxílio mensal é uma fala recorrente entre os alunos. Infelizmente, as aulas de Informática também criaram muitas expectativas nos alunos que não foram alcançadas.

Estudante 45 – “uma boa sala de computação que temos mais não podemos, usa-la”; Estudante 47 – “ter um laboratório de Informática”;  
 Estudante 49 – “fazer o pagamento do auxílio corretamente”;  
 Estudante 52 – “melhora nos programa do projovem e ter mais disciplina e Atitude e da nossa bolsa de estudos sem falta”;  
 Estudante 54 – “nada ta tudo dentro do programa”;  
 Estudante 55 – “Um curso informatica que não tivemos, nem aula e também ordem em termos de pagamento e materias didaticos que estão faltando”.

Mais comprometimento com os pagamentos dos auxílios mensais e o laboratório de Informática, são sugestões dos alunos, como pontos que necessitam de mais atenção por parte do Programa.

R – “o Local”;  
 AJR – “ter uma laboratório de informática”;  
 AHL – “em muitas coisa etc”;  
 VF – “na parte do acolhimento e tbm na area da recriação”;  
 VASS – “o dinheiro que eu nunca recebi”.

Apesar dos alunos reconhecerem que muitas coisas precisam ser melhoradas no ProJovem, os mesmos ainda nutrem um sentimento de esperança de mudança das suas vidas mediante a participação no Programa.

### **3.5.2. E. M. Ernesto Che Guevara**

A E. M. Ernesto Che Guevara, na época do segundo contato com os alunos, possuía apenas uma turma do ProJovem com média de 25 alunos matriculados, mas frequentando regularmente às aulas apenas 19 alunos, sendo dezessete mulheres e dois homens. A diferença no quantitativo de alunos matriculados e alunos frequentadores foi confirmada na última visita ao núcleo, na qual foi realizada a avaliação da Unidade Formativa VII e encerramento das atividades do ano de 2014 para os alunos. Portanto,



no momento da segunda etapa da investigação, essa turma era composta por apenas dezenove alunos e todos participaram respondendo aos questionários.

Os dois homens da turma estão trabalhando atualmente, sendo que um atua como ajudante de serralheria com carteira assinada e outro como ajudante de qualquer coisa que tiver a oportunidade, sem carteira assinada. Os dois casos conquistaram suas ocupações sem a ajuda do Programa.

Um deles acredita que a sua participação no ProJovem pode ter facilitado a conquista do seu emprego, mas não explica como e o outro jovem acredita que não. Os dois casos acreditam que a participação no ProJovem pode trazer mudanças para as suas vidas, mas não explicam como seriam essas mudanças.

As expectativas do Estudante 2 quando buscou sua a participação no ProJovem, se concentrou na busca por educação e conquista de um emprego. “Arrumar um bom emprego”. Para que o ProJovem pudesse atender todas as expectativas desse jovem, faltou segundo ele, mais informações relacionadas ao ensino. “Uma boa educação e ensino” e o Programa poderia ser aprimorado se proporcionasse “mais experiência”.

Das dezessete mulheres que participaram dessa segunda etapa da investigação, treze não estão trabalhando atualmente, suas atividades se resumem aos afazeres domésticos e cuidados com a família.

Uma dessas mulheres, a Estudante 11, estava trabalhando, mas foi demitida recentemente. Ela considera que o ProJovem a ajudou na conquista dessa oportunidade, pois foram os professores do Programa que a auxiliaram na elaboração do seu currículo. Também considera que a sua participação no ProJovem tenha sido um diferencial, segundo ela, que proporciona “Mais oportunidade nos estudos”. A sua participação no Programa traz mudanças positivas a sua vida em relação aos estudos. “Estudos estão bem avançados e mas oportunidade no aprendizado”. E as suas expectativas em relação ao ProJovem se concentram em terminar os “estudos”, portanto será alcançada. “Conseguir terminar meus estudos”.

Mesmo sem trabalhar atualmente, a maioria dessas mulheres acreditam, que a sua participação no ProJovem pode facilitar a conquista de um emprego ou emprego melhor. Apenas três mulheres acreditam que o Programa não terá qualquer tipo de influência nesse aspecto.

Estudante 7 – “Porque tinha coisas sobre os meus direitos que eu não sabia e atravez do projovem eu sei”;  
 Estudante 16 – “Com mais educação”;  
 Estudante 17 – “porque eu vou ter mais estudo”;  
 Estudante 21 – “me ajuda a termina meu estudo mais rapido”;  
 Estudante 26 – “Porque com estudo todas as portas se abrem”;  
 Estudante 30 – “Por eu vou ter meus Estudos”.

Muitas delas também acreditam que a sua participação no ProJovem pode trazer mudanças significativas para a sua vida, no que se refere a educação, principalmente, com a conclusão do ensino fundamental e em outros aspectos das suas vidas. Apenas uma mulher acredita que o ProJovem não contribuirá em nenhum aspecto da sua vida.

Estudante 7 – “Ser mais solidaria”;  
 Estudante 13 – “Acabar meus estudos e arrumar uma coisa melhor”;  
 Estudante 16 – “Mim tornei uma pessoa menos inguinorante”;  
 Estudante 17 – “Eu aprender mais”;  
 Estudante 21 – “a avansar no estudo”;  
 Estudante 22 – “acho que posso conseguir um bom emprego e um futuro melhor”;  
 Estudante 23 – “Pode me ajudar a conseguir um emprego melhor”;  
 Estudante 26 – “meu mundo proficional”;  
 Estudante 30 – “Um Estudo melhor”;  
 Estudante 32 – “Terminando o Projovem me ajuda e termina o fundamental”.

Todas as mulheres que se matricularam no ProJovem vieram cheias de expectativas em relação a sua participação no Programa. Algumas dessas expectativas foram alcançadas outras não. Essas expectativas se concentram principalmente na educação, no desejo de terminar “os estudos”, já que essa oportunidade é vista como um diferencial em suas vidas.

Estudante 7 – “Ser persistente na coisa que quero”;  
 Estudante 16 – “Mais Educação”;  
 Estudante 21 – “de termina meus estudo”;  
 Estudante 22 – “um bom ensino e uma forma mais rápida de terminar os estudos”;  
 Estudante 26 – “vou terminar meu ensino fundamental”;  
 Estudante 32 – “Conseguir ficar a te o final das aulas e termina o estudos”.

Já em relação às expectativas que não foram alcançadas, o que se refere a conseguir uma oportunidade de trabalho é recorrente no discurso dessas jovens. Essas mulheres já se encontram em situação de desemprego há algum tempo e viram no ProJovem a chance de mudança dessa realidade.

Muitas delas tinham a expectativa de conseguir um emprego mediante sua participação no Programa, mas a realidade se mostrou de forma de bem diferente,

trazendo angústia e decepção. Estudante 32 – “Não consegui trabalhar”; Estudante 30 – “no momento não estou Trabalhando”.

Como essas mulheres se encontram desempregadas, a oferta do auxílio financeiro mensal que não chegou de forma correta ou nunca chegou para algumas, toma posição de destaque nas suas reivindicações, sendo apontado como a principal deficiência do ProJovem para atender todas as suas expectativas em relação ao Programa. Não podemos desconsiderar também, as promessas sobre as aulas e laboratório de Informática que não foram cumpridas. Estudante 32 – “Bem o dinheiro da Bolsa ainda não ganhei até hoje”; Estudante 26 – “Renda”; Estudante 58 – “mas aula da informática”.

Como sugestões de aperfeiçoamento para o Programa, pela primeira vez, um aluno fez comentários referentes às aulas de Português e Matemática e os “passeios” que fazem parte da proposta pedagógica do Programa, mas não aconteceram como deveria.

Estudante 21 – “ajuda entudo”;  
Estudante 26 – “podia ter mais pazeios”;  
Estudante 32 – “acho que ter mais aulas de português e matematica pois e o que mais utilizamos no nosso diaadia”;  
Estudante 58 – “muitas coisas”.

Das cinco mulheres que trabalham atualmente, três atuam sem carteira assinada. Uma atua como Chapeira de X tudo, uma como faxineira e vendedora de lingerie, uma como cabelereira e uma como auxiliar de serviços gerais. Das duas mulheres que trabalham com carteira assinada, uma atua como atendente e outra como doméstica. Todas essas mulheres conseguiram seus empregos sem a ajuda do Programa.

Independente das suas ocupações serem com carteira assinada ou não, as mesmas não conseguiram suas ocupações com qualquer ajuda do ProJovem. Dessas cinco mulheres, três acreditam que o fato de participarem do ProJovem não contribuiu em nada para a conquista dessa oportunidade. As outras duas mulheres acreditam que o Programa contribuiu com a sua formação. Estudante 18 – “Pela formação”; Estudante 56 – “Por que com o Projovem eu pude abrir meu entendimento e tive a oportunidade de fazer um curso profissionalizante”.

A participação no Programa pode contribuir com mudanças em suas vidas, em relação aos estudos e outros aspectos das suas vidas. Apenas uma delas considera que o Programa não pode contribuir em nada.

Estudante 18 – “Novos conhecimento”;  
 Estudante 56 – “Minha leitura, escrita, oportunidade de trabalho, conhecimento e outra coisas que se for para escrever aqui precisaria de mais 1.500.000.000 de folhas”;  
 Estudante 57 – “Porque o projovem nós ensina a reconhecer a falta do nosso estudo”.

As expectativas das alunas aos se matricularem no ProJovem são muitas, mas a principal se relaciona com “os estudos”, com a conclusão do ensino fundamental. Apenas uma das mulheres não criou expectativas com a sua participação e nem explicou o motivo desse comportamento.

Estudante 56 – “terminar o ensino fundamental”;  
 Estudante 57 – “Ter mais animo para estudar e saber que e importante”;  
 Estudante 12 – “conseguir cursa e ensino fundamental”;  
 Estudante 28 – “muitas terminar os Estudos”.

Nas expectativas que não foram alcançadas os passeios que fazem parte da proposta pedagógica do Programa e que não foram realizados trouxeram desilusões aos que tanto esperavam por essa oportunidade. Estudante 57 – “As que não foram passeios para os sítios e praias”.

O que faltou para o Programa atender a todas as expectativas dessas jovens foi o pagamento correto do auxílio mensal e mais opções de cursos profissionalizantes. Estudante 28 – “Eu gostei muito o projovem mi sinou muita coisa aprender ser mais comunicativa”; Estudante 57 – “Dozentos reais todo o mês faltando ou não faltando”; Estudante 18 – “Mais cursos profissionalizantes”.

Segundo as alunas, o Programa poderia melhorar na oferta de mais cursos, pagamento correto dos auxílios mensais e mais cuidados com a saúde deles, que já apresentam tantas dificuldades em buscar atendimento na rede pública, que talvez um atendimento diferenciado para esses alunos trouxesse um pouco mais de tranquilidade. Estudante 18 – “Com cursos”; Estudante 56 – “Nos pagamento”; Estudante 57 – “Médicos, resgata pessoas que não voltaram para car e dentistas de graça pelo governo e mais reconhecimentos dos trabalhos”.

Traçando um paralelo entre os dois contatos com os alunos nas duas escolas que oferecem o ProJovem, foram observados alguns progressos, principalmente na escrita e na fala dos alunos. Nesse segundo contato, foi perceptível a mudança na forma como os alunos se expressaram. Ao responderem os questionários os erros na escrita diminuíram, as respostas também estão mais coesas e foram mais claros ao se expressarem verbalmente. Essas mudanças talvez tenham sido influenciadas pelo elevado índice de evasão, fazendo com que permanecesse no Programa, apenas aqueles alunos que tiveram mais facilidade em acompanhar as aulas. Durante a aplicação dos questionários, os alunos expuseram suas inquietações, opiniões em relação ao Programa e o seu desenvolvimento ao longo desses meses. A presença feminina ainda se sobrepõe à masculina. A maioria dos alunos atualmente está desocupada, principalmente as mulheres, em que as suas atividades se limitam aos afazeres domésticos e cuidados com a família. Os poucos jovens que estão ocupados exercem suas atividades, na maioria dos casos, sem carteira assinada e todas essas ocupações foram conquistadas sem qualquer ajuda do ProJovem.

O elevado número de jovens que não estudam e não trabalham, principalmente no caso das mulheres é preocupante. Tal situação pode ser influenciada pelas dificuldades que os jovens encontram para ser colocarem no mercado de trabalho após o término dos estudos. Não podemos desconsiderar também o número expressivo de jovens que acabam desistindo de procurar emprego, talvez pelo fato de se sentirem desqualificados. “Neste sentido, o desemprego juvenil poderia ser entendido como sinal de dificuldade em realizar esta transição, seja por deficiências na escolarização, seja por restrições no mercado de trabalho” (GONZALES, 2009, p. 116).

As mudanças que se seguiram no mercado de trabalho em função dos novos processos produtivos, ou melhor da globalização, “[...] provocaram mudanças substanciais que resultaram no aumento da pobreza, do desemprego e do subemprego e na precarização do trabalho” (MOTTA, 2009, p. 550).

Assim como no início do ProJovem a maioria dos alunos consideram que a sua participação no Programa, pode facilitar na conquista de uma nova oportunidade de trabalho ou melhorar a posição no emprego que ocupam. Também acreditam que sua participação no ProJovem, pode acrescentar coisas boas às suas vidas em outros aspectos e não somente ao que se relaciona ao mundo do trabalho.

A principal expectativa dos alunos se concentrou na conquista de um emprego, objetivo que ainda não foi alcançado pela maioria dos alunos, trazendo frustração em relação ao Programa.

Como a qualificação profissional oferecida pelo ProJovem é precária, o Programa acaba criando ilusões e retardando cada vez mais o ingresso do jovem no mercado de trabalho. O jovem acredita que não está qualificado de forma satisfatória e vai buscar essa qualificação no ProJovem, que não garante mudanças significativas na sua condição profissional. Diante desse quadro, a formação que atualmente está disponível ao jovem, prioriza a sua “sociabilidade, educação e formação profissional, reservando ainda os escassos empregos para os adultos” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1103).

Outro fator que provocou muitas reclamações e gerou muitas expectativas, que também não foram alcançadas, foi o pagamento dos auxílios mensais. Esses estão sempre atrasados, tendo casos de alunos que frequentam o Programa desde o início e nunca receberam. Outros receberam o auxílio somente nos primeiros meses. Em relação ao atraso dos pagamentos não há qualquer justificativa, inclusive vários alunos tentaram resolver tal situação, mas nada mudou e simplesmente o pagamento não acontece. A regulação do pagamento dos auxílios foi sugerida por diversos alunos como uma necessidade de aperfeiçoamento do Programa para as próximas turmas.

Nas diretrizes que estabelecem a implantação do ProJovem as aulas de Informática integram o currículo, mas também não aconteceram, foram mais expectativas não alcançadas. Nas escolas não havia Laboratório de Informática, nem qualquer meio que os alunos pudessem ter acesso à internet livremente ou colocar em prática os conteúdos que foram abordados nas aulas teóricas. De maneira geral, podemos dizer que as aulas de Informática se resumiram a teoria.

O primeiro contato com os alunos demonstrou que a maioria deles buscou o ProJovem com o objetivo de concluir o ensino fundamental. O segundo contato demonstrou que a opinião dos alunos mudou, seja pelo agravamento da evasão ou mudanças de pensamentos, mas a conclusão do ensino fundamental não é mais o seu principal objetivo. Atualmente, o objetivo desses alunos é a conquista de uma oportunidade de trabalho. Isso não significa que no primeiro contato, os alunos não tinham esse interesse, na verdade esse objetivo já tinha sido mencionado, mas de forma secundária comparada às expectativas de conclusão do ensino fundamental.

A mudança de foco nos objetivos dos alunos não trouxe bons resultados. A conclusão do ensino fundamental é um objetivo que depende apenas do aluno, do seu interesse próprio. Seria o caso apenas do aluno se manter matriculado no Programa que o seu objetivo seria alcançado. Mas, a conquista de uma oportunidade de trabalho não se resolve da mesma maneira e nesse aspecto os alunos não foram contemplados. Mesmo que os resultados não tenham sido o que os alunos esperavam, a maioria ainda conserva um sentimento de esperança, de mudanças para as suas vidas.

Faltando apenas quatro meses para a conclusão do Programa, nenhum aluno conseguiu alguma oportunidade de trabalho com a ajuda do ProJovem e os poucos que estão ocupados atualmente, conseguiram seus empregos por meios próprios, sem qualquer interferência do Programa. Apesar de muitos alunos terem buscado o ProJovem, visando a inserção no mercado de trabalho, a maioria deles não acredita que a sua participação no Programa será um fator diferencial nessa busca. Ao que me parece, essa visão foi influenciada pela baixa eficácia do Programa ao inserir o jovem no mercado de trabalho. E poucos alunos acreditam que após a conclusão do ProJovem essa situação irá mudar e terão mais chances de ingressarem no mercado de trabalho. Pode até ser que tenham mais chances, mas ainda é um fator de dúvidas para todos.

A questão do desemprego juvenil é muito maior do que o programa de governo ProJovem pode alcançar. Mesmo que a solução para essa equação tão complexa fosse realmente a falta de qualificação profissional dos jovens, o atendimento dado à questão ainda não é o suficiente, permanecendo a adoção de medidas que “propiciam a marginalização e/ou de convivência com o trabalho precário” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1103).

O ProJovem é um programa de qualificação profissional precário, atuando como uma “[...] política compensatória à ausência do direito de uma educação básica sólida e de qualidade” (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 1104). A oferta de uma qualificação profissional de qualidade não deveria ser uma medida compensatória frente aos processos de exclusão social tão marcantes em nossa sociedade, pois educação é um direito assegurado na nossa Constituição Federal.

De maneira geral, podemos dizer que a única expectativa dos alunos que foi alcançada, foi a conclusão do ensino fundamental. O ingresso no mercado de trabalho permanecerá no nível das expectativas. Diante da atual situação concluímos que, “no que se refere a uma redução significativa do desemprego juvenil, é questionável a

eficácia das políticas de formação profissional. Aprimorar as habilidades dos jovens, provavelmente não lhes garantirá um espaço muito maior no mercado de trabalho [...]” (GONZALES, 2009, p.122).

Como já mencionado anteriormente, baseada na análise de autores como Gonzales, programas como o ProJovem que visam a oferta de qualificação profissional não são eficazes para a redução do desemprego juvenil, sendo que esta formação é uma medida compensatória, que na “melhor das hipóteses diminuirá a desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor “empregabilidade” (GONZALES, 2009, p.122).

Perante a atual realidade do mercado de trabalho, concluímos que “o aumento do desemprego não se dá apenas entre os jovens e deve-se à geração insuficiente de postos de trabalho para abrigar toda a população trabalhadora”. Diante desse quadro não será programas compensatórios de qualificação profissional que atenderá as expectativas de inúmeros brasileiros, como os alunos do ProJovem de Mesquita, de serem inseridos no mercado de trabalho. O cerne da questão do desemprego dos jovens não está no discurso da falta de qualificação profissional, mas no “mercado de trabalho que se tornou mais inacessível aos jovens” (GONZALES, 2009, p.118).

Apenas qualificação profissional não resolve a questão, é preciso mais. O desafio das políticas públicas consiste em oferecer oportunidades, possibilitar a permanência e o reconhecimento das juventudes que estão presentes em nossa sociedade, buscando habilitá-los para conseguir um lugar no mercado de trabalho, um lugar na sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve análise das políticas de inclusão de jovens no Brasil, observamos que as concepções acerca de que esta deve ocorrer mudaram ao longo da história. A juventude passou a ser reconhecida por seus direitos e potencialidades, de forma que os aspectos positivos desse período de desenvolvimento foram ressaltados e não apenas os aspectos negativos ou os possíveis problemas que poderiam causar à sociedade.

Na atualidade, a preocupação com as demandas juvenis permanece, tendo como referência as políticas de qualificação profissional de organismos internacionais e multilaterais como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho, que influenciam as políticas públicas de inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil.

Como exemplo dessas influências destacamos a implantação do programa de governo ProJovem. Segundo os documentos oficiais norteadores da implantação do ProJovem, podemos considerar o Programa como um mecanismo de incentivo aos jovens a buscar qualificação profissional, pois os textos desses documentos norteiam medidas de aumento da escolaridade e participação comunitária.

Mas na realidade percebemos que a prática é diferente do discurso, diante da pequena carga horária que o Programa oferece em comparação a outras instituições. Assim sendo, o mesmo não pode ser considerado como um mecanismo de elevação da escolaridade ou qualificação profissional. Entretanto, o discurso dos alunos do ProJovem em Mesquita revela uma genuína esperança de ingresso no mercado de trabalho mediante participação no Programa, de forma que esses alunos depositaram as suas esperanças de mudança de vida nessa oportunidade.

Os Profissionais que atuam no ProJovem, de maneira geral, reconhecem as limitações do Programa, mas acreditam no trabalho que realizam e nas relações que foram construídas com os alunos ao longo do Programa. Esses profissionais acreditam que durante o Programa foi possível elevar auto estima e despertar nos alunos o interesse em buscar melhores oportunidades. Possuem uma visão otimista para o futuro desses jovens.

Nesse caso, a resposta para a pergunta feita anteriormente, o que será do jovem após a conclusão do ProJovem em Mesquita? Entendemos que será uma resposta pouco otimista, pois até o momento o Programa não demonstrou resultados satisfatórios de inserção no mercado de trabalho. Acaba que este atua como um mecanismo de conformação social da mesma condição de marginalidade do mercado de trabalho e exercício de sua cidadania em que os alunos vivem atualmente. Políticas como estas não afetam definitivamente o desemprego juvenil. Fato que considero lamentável, pois essa oportunidade deveria ser utilizada de forma efetiva para proporcionar educação e formação de qualidade para esses jovens.

Para que o ProJovem atenda as demandas juvenis de forma efetiva, deveriam ser criadas medidas de inserção do jovem no mercado de trabalho e não apenas a oferta da precária qualificação profissional que temos atualmente. A existência de iniciativas como o Banco de Empregos de Mesquita (BEM) pode ser considerada uma alternativa diante da falta de ações efetivas do Programa para esse fim.

Diante de uma situação em que predominam empregos precários, baixa remuneração e mesmo assim nem todos têm acesso a essas condições, acreditamos não ser possível resolver a crise do emprego dentro da escola, já que não há em larga escala políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social. Predomina uma concepção de que cabe aos indivíduos adquirirem competências ou habilidades para tornarem-se competitivos e empregáveis (DEL PINO, 2002, p. 79-0).

Como, nem mesmo, a participação em programas de qualificação profissional não garante de forma efetiva um espaço no mercado de trabalho, concluímos que o problema é muito mais complexo do que “falta de qualificação profissional”. O Estado deve assumir a responsabilidade pela crise de postos de trabalhos insuficientes, buscando mobilizar a sociedade e inaugurar novos postos e não culpar os trabalhadores por sua condição. A culpa dos cidadãos com idade economicamente ativa que não estão empregados é da política de exclusão proposta pelo capitalismo em nome da globalização e não da sua possível desqualificação dos jovens. Caso fosse apenas esse o problema, seria necessário apenas que todos os trabalhadores e jovens desempregados participassem dos programas de qualificação profissional governamentais, como o ProJovem, para que todos logo estivessem empregados.

O empenho do governo em ampliar a entrada do jovem no mercado de trabalho é de extrema importância, porém deve ser feito com ações que realmente sejam capazes de atender esse propósito e não com medidas reparadoras insuficientes que, apenas iludem os jovens e a sociedade. Nesse caso, deveriam ser adotadas medidas diferentes daquelas que encontramos no texto do decreto que regulamenta o ProJovem em seu artigo 2º: “O ProJovem tem por finalidade executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, qualificação profissional em nível de *formação inicial*” [...] (BRASIL, 2008 – grifo nosso).

Infelizmente, o nosso estudo não pode acompanhar a trajetória dos alunos egressos do ProJovem no mercado de trabalho ou a conquista de uma oportunidade de trabalho através do BEM ou mediante participação no ProJovem. Também não foi possível o verificar o prosseguimento dos alunos para o ensino médio, diante dos esforços dos Professores e Coordenação. Seria importante que esses alunos fossem acompanhados após a conclusão do Programa, para descobrirmos como a conclusão do ProJovem Urbano foi capaz de facilitar ou não a conquista de uma oportunidade de trabalho pelo jovem, se houve mudanças na vida dos alunos e quais foram essas mudanças.

## BIBLIOGRAFIA

1. ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Retratos da juventude brasileira: **análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
2. ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. Londrina: Práxis, Bauru: Canal 6, 2. ed., Cap. 10, p. 245-256, 2007.
3. ALVES, Giovanni. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade. **Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI**. Maceió, v. 10, n. 16, p. 61-76, 2002. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org]. Acesso em: 17/05/09.
4. BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n. 4, p. 8-19, dez. 2004.
5. BRASIL. **Lei Nº 10.748, de outubro de 2003**. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/110.748.htm]. Acesso em: 29/11/2014.
6. \_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato\_2007-2010/2008/lei/111692.htm]. Acesso em: 29/12/2014.
7. \_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: DF, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm]. Acesso em: 01/10/2013.
8. \_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional Nº 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu

art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm)]. Acesso em: 19/03/2014.

9. \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução 60 de 09 de novembro de 2011**. Estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, para entrada de estudantes a partir de 2012. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=9904](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9904)]. Acesso em: 19/11/2014.

10. \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Departamento de Políticas e Articulação Institucional. Coordenação Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF, novembro, 2004. Disponível em: [[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs\\_02fev05.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs_02fev05.pdf)]. Acesso em: 29/12/2014.

11. \_\_\_\_\_. SNJ, Secretaria Nacional de Juventude. Projovem Urbano. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília, DF, 2008.

12. \_\_\_\_\_. Observatório Participativo da Juventude. Agenda Juventude Brasil. **Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: [[http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa\\_juventude](http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa_juventude)]. Acesso em: 15/01/2014.

13. \_\_\_\_\_. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2013b. Disponível em: [<http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-publicas>]. Acesso em: 15/01/2014.

14. \_\_\_\_\_. PROJOVEM. **Apresentação, Histórico**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [[www.projovem.org.br](http://www.projovem.org.br)]. Acesso em: 13/03/2009.

15. \_\_\_\_\_. MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília, DF, 2010.

16. \_\_\_\_\_. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, nº 55, 2013.

17. CATANI, Afranio Mendes; GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Culturas Juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: UNESP, 2008. (Coleção Paradidáticos, Série Cultura).
18. CARDOSO, Jose Celso; GONZÁLES, Roberto. Desemprego juvenil e políticas de trabalho e renda no Brasil: a experiência recente dos Consórcios Sociais da Juventude. **Inclusão Social**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 30-46, out. 2006/mar. 2007.
19. CORROCHANO, Maria. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Petrópolis, p. 45-71, 2011.
20. CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SILVA, Ana Amélia. A Política Nacional de Trabalho para a Juventude em sua Primeira Infância: notas para uma avaliação preliminar sobre o Programa Primeiro Emprego (2003-2007). **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**. Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 79-103, jul./dez. 2006.
21. DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, n. 16, p. 155-178, maio 2007. (Coleção Educação para Todos, 16).
22. DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Cap. 4, 2002.
23. ECONOMIA. **Empreendedorismo**. São Paulo, 2012. Disponível em: [<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/08/27/no-brasil-quase-metade-das-empresas-fecha-em-3-anos-diz-ibge.jhtm>]. Acesso em: 03/01/2015.
24. ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJÓVEM. **Entrevista com a coordenadora do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 08/12/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 20": 05".
25. ENTREVISTA COM DOCENTE DO PROJÓVEM. **Entrevista com professor do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 18/03/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 12": 20".
26. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - out/2005. Disponível em: [[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)]. Acesso em: 10/01/09.
27. \_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2. ed., 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

28. \_\_\_\_\_. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Autores Associados, v. 16, n. 46, p. 235- 274, jan./abr. 2011.
29. FUNDAC, Fundação da Criança e Adolescente. **Secretaria de desenvolvimento social e combate a pobreza**. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: [<http://www.fundac.ba.gov.br/index.php/historia>]. Acesso em: 12/01/2014.
30. GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1998.
31. GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? **Juventude e políticas sociais no Brasil**. IPEA: Brasília, p. 110-128, 2009.
32. IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE, maio, 2010.
33. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise de Condições de Vida Da População Brasileira. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 29, 2012.
34. IPEA, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, n. 15, março, 2008. 310 p.
35. \_\_\_\_\_. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, n. 21, 2013. 580 p.
36. LOPES, Juarez Rubens Brandão. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e o acesso a programas sociais no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 9, n. 24, p. 141-56, 1995.
37. MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Campinas: Educação e Sociedade, v. 27, n. 94, jan./abr, 2006.
38. MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. **O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. V.1, Livro I – O processo de produção do capital. (Coleção Os Economistas).

39. MOTTA, Vânia Cardoso. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 549-571, nov. 2008/fev.2009.
40. NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. Coleção Educação para Todos: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, n. 16, p. 253-273, maio 2007a.
41. \_\_\_\_\_. Juventude e jogos de espelhos: sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia, Ciência e Vida**. São Paulo, n. especial, out., p. 1-10, 2007b. Disponível em: [<http://www.antropologia.com.br/arti/arti38.htm>]. Acesso em: 08/12/2014.
42. OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009.
43. PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez, cap.3, p. 49- 64, 2002.
44. PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 7-21.
45. RIBEIRO, Eliane; GIL, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Edna. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos**. Em Aberto: Brasília, v. 22, n. 82, p. 73-89, nov. 2009.
46. \_\_\_\_\_. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectiva. In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Petrópolis, p. 25-44, 2011.
47. RIBEIRO, Rosana; JULIANO, Adir A. Desemprego Juvenil e Impactos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. **Econômica**. Rio de Janeiro (Niterói): UFF, v. 7, n. 1, p. 47-76, 2005. Disponível em: [[www.uff.br/revistaeconomica/v7n1/rosana.pdf](http://www.uff.br/revistaeconomica/v7n1/rosana.pdf)]. Acesso em: 13/03/2009.
48. SOUZA, Jose dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Educação e Contemporaneidade**. Salvador: UNEB, v.13, n. 22, p. 1-15, jul/dez 2004.



49. \_\_\_\_\_. Trabalho, juventude e qualificação profissional: a pedagogia da hegemonia das políticas de inclusão de jovens no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA: sociedade e política em tempos de incerteza, 1., 2009, Paraná. **Sociologia e Política**. Paraná: UFPR, p. 1-18, 2009. Disponível em: [[http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT5%20online/EixoII/trabalho-JuventudeJoseSouza .pdf](http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT5%20online/EixoII/trabalho-JuventudeJoseSouza.pdf)]. Acesso em: 29/08/2014.
50. SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Autores Associados, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.
51. \_\_\_\_\_.; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**. São Paulo: USP, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.
52. \_\_\_\_\_.; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Autores Associados, v. 11, n. 32, p. 238-371, maio/ago. 2006.
53. \_\_\_\_\_.; Juventude, exclusão e educação. **Movimento**. Rio de Janeiro (Niterói): UFF, n. 1, p. 88-105, maio 2000. Disponível em: [[www.inep.gov.br/pesquisa/bbe.../detasp? cod](http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe.../detasp?cod)]. Acesso em: 13/03/2009.
54. TEIXERA, Mônica. Indicadores Sociais do IBGE revelam os perfis dos jovens brasileiros: Um em cada cinco jovens, entre 15 e 29 anos, não trabalham nem estudam. Boa parte dos jovens preferem morar com os pais. **Jornal Hoje**. Rio de Janeiro, 29 nov. 2013. Disponível em: [<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/11/indicadores-sociais-do-ibge-revelam-os-perfis-dos-jovens-brasileiros.html>]. Acesso em: 20/12/2013.

# ANEXOS

**ANEXO I****Questionário para alunos do ProJovem de Mesquita/ 1ª visita**

E.M. \_\_\_\_\_

1 – Nome: \_\_\_\_\_ 2 – Idade: \_\_\_\_\_

3 - Sexo: masculino ( ) feminino ( ) 4 – Qual bairro você mora? \_\_\_\_\_

5 - Com qual raça você se identifica?

( ) branca

( ) negra

( ) parda

( ) indígena

( ) outra: \_\_\_\_\_

6 – Por que você parou de estudar?

( ) para trabalhar

( ) casamento ou filhos

( ) para cuidar dos irmãos ou alguém da família

( ) por falta de interesse em estudar

( ) outro: \_\_\_\_\_

7 - Você considera o estudo importante para conseguir um emprego?

( ) Não ( ) Sim Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8 – Você trabalha? ( ) Não ( ) Sim Onde? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 - Você espera alguma coisa do ProJovem?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10 Você acha que participando do ProJovem aumentam as suas chances de conseguir um emprego?

( ) Sim ( ) Não Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11 - Você acha que o ProJovem pode melhorar outra parte da sua vida sem ser o lado profissional?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12 - Se você já trabalhou alguma vez, me conte um pouco das suas outras experiências de trabalho.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO II****Questionário para alunos do ProJovem de Mesquita/ 2ª visita**

E.M. \_\_\_\_\_

1 – Nome: \_\_\_\_\_

2 – Idade: \_\_\_\_\_ 3 - Sexo: masculino ( ) feminino ( )

4 – Você trabalha? ( ) não ( ) sim

5 - Com carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não

6 – Qual a sua função no seu trabalho? \_\_\_\_\_

7 - Você conseguiu o seu trabalho com a ajuda do ProJovem?

( ) Não ( ) Sim

Se sim, como foi essa ajuda? \_\_\_\_\_

8 – Você acha que a sua participação no ProJovem pode ter facilitado você conseguir um emprego ou conseguir um emprego melhor?

( ) Não ( ) Sim Por que? \_\_\_\_\_

9 - Você acha que pode mudar alguma coisa na sua vida com a participação no ProJovem?

( ) Não ( ) Sim O que? \_\_\_\_\_

10 - Quando você se matriculou no ProJovem, você tinha algumas expectativas em relação ao programa. Essas expectativas foram alcançadas?

( ) Sim Quais expectativas foram alcançadas? \_\_\_\_\_

( ) Não Quais expectativas não foram alcançadas? \_\_\_\_\_

11 - O que você acha que faltou para o ProJovem oferecer tudo o que você esperava?

\_\_\_\_\_

12 - O que você acha que o programa pode melhorar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### **Entrevista transcrita com a Coordenadora Pedagógica do ProJovem de Mesquita em dezembro de 2014.**

Entrevistada: Coordenação do ProJovem

Paula: Boa noite!

Coordenação: Boa noite!

Paula: Quantos alunos tem o ProJovem no momento?

Coordenação: Vamos lá Quando começamos o ProJovem em setembro do ano passado nós tínhamos trezentos matriculados. Quando você veio em março, nós tínhamos duas turmas com quarenta alunos cada. Hoje nós já não temos mais duas turmas, só temos uma turma que chega ao máximo de 25 alunos, nas duas turmas. Lá no Santos Dumont nós tínhamos três turmas, também com quarenta alunos, uma média de 120 alunos. Lá quando nós começamos tinha uma média de 120 alunos. Desses 300 matriculados você retira os 120 do Santos Dumont. Hoje nós temos uma turma com treze alunos.

Paula: Você sabe o motivo da desistência dos alunos?

Coordenação: Aí... Alguns porque se meteram com o tráfico, outros porque foram desistindo por causa dos percalços mesmos, porque já é uma característica, infelizmente já é uma característica. A gente tentou fazer várias atividades de retorno. A gente faz gincana, a gente leva para a pizzaria, leva para... [pausa] cinema, está até agendado cinema para quarta-feira, para o subway leva aluno, premia, faz uma série de coisas, mas é muito complicado. É um público, realmente, que desiste muito fácil, é porque engravida de novo, a gente tem uma série de meninas aqui. Arruma trabalho, cem reais é muito pouco.

Paula: O auxílio financeiro já está sendo pago regularmente? Na minha última visita estava atrasado.

Coordenação: Não. Continua atrasado.

Paula: Você atua como Coordenadora nas duas escolas?

Coordenação: Sim.

Paula: Tem uma professora de qualificação profissional para cada escola?

Coordenação: Sim.

Paula: Você conhece alguma medida do ProJovem para ajudar o jovem a arrumar algum emprego ou uma ocupação?

Coordenação: Sim. Além da questão da nossa qualificação profissional hoje é administrativo. O Leo dá aqui e a Luzia dá no Santos Dumont, cada um para um núcleo. Até porque demanda mais tempo e o Professor tem disso, de estar buscando mais parcerias. E hoje na prefeitura de Mesquita, a gente tem o BEM que é o Banco de Empregos de Mesquita. Então todos os nossos alunos ... É porque a gente agora que vai começar esse processo, mas já está tudo engatilhado. Porque não adianta coloca-los no

mercado de trabalho agora porque eles ainda não estão formados. É... E assim falta muito pouquinho, então no retorno, faltando três meses para concluir o curso e que vai começar mesmo essa parceria com o BEM. Na realidade não é que vai começar, já começou na verdade já começou, quando tiver o retorno eles vão estar direcionados, mas eles já foram no CIEE, já assistiram palestras.

Paula: Essas atividades são custeadas pelo Programa?

Coordenação: Tudo pelo Programa e o veículo da secretaria de educação.

Paula: No caso dessas vagas do BEM, os alunos irão trabalhar mesmo ou será um estágio?

Coordenação: A proposta é que se consiga um emprego, já saia encaminhado, entendeu? Eu não vou dizer para você que hoje a gente vai mandar os quarenta alunos que a gente tem no ProJovem nos dois núcleos. Até porque nem todo mundo tem essa disposição [pausa] para isso, que queira. Por exemplo, a gente fez, a Prefeitura fez um evento de Juventude e Cidadania, se eu te falar que dos dois núcleos só foi um aluno. E assim, foi um evento muito legal, muito legal e só foi um aluno.

Paula: Eles irão passar pelo processo seletivo das empresas ou serão contratados diretamente?

Coordenação: Não... Vão passar pelo processo seletivo.

Paula: Esse fato pode atrapalhar a contratação?

Coordenação: Mas é um olhar difere diferenciado. Até porque a empresa, ela já é parceira da Prefeitura.

Paula: De onde são essas empresas?

Coordenação: São empresas locais aqui de Mesquita, a Casa e vídeo, que acabam fazendo essa parceria, com o BEM, [né?], que é o banco de empregos, então já sabe mais ou mesmo o que vai arrumar.

Paula: Tem algum incentivo fiscal por parte da Prefeitura para incentivar a contratação desse jovem?

Coordenação: Não conheço, desconheço. Esse BEM é da Prefeitura, esse banco de empregos é da Prefeitura, eu acredito que não, acredito que seja uma secretaria, não sei dizer.

Paula: Quando o ProJovem terminar, os Professores vão encaminhar os alunos para escolas com ensino médio?

Coordenação: Quando eles terminarem aqui, quando eles terminarem. Nós vamos fazer a matrícula e encaminhá-los para o Estado, só que é uma outra coisa, é ensino regular. Aqui eles têm sala de acolhimento.

Paula: Existe uma proposta do governo federal de criar o ProJovem no ensino médio?

Coordenação: Tem.

Paula: Você sabe então quando seria implantado esse ProJovem de ensino médio?

Coordenação: Não sei não. Eles falaram, sabe como é [né?].

Paula: Vai fechar o ProJovem no Santos Dumont e abrir outro núcleo do ProJovem para o próximo ano?

Coordenação: A partir do ano que vem terá aqui e outro núcleo, estão decidindo ainda, mas provavelmente será no colégio Manoel Reis.

Paula: Por que tão próximo um núcleo do outro?

Coordenação: Estão estudando ainda, isso é da secretaria de educação.

Paula: Por que irá encerrar as atividades no núcleo Santos Dumont?

Coordenação: Pela adesão, porque lá o público é menor. Mas é questão mesmo de pesquisa. Porque quando é feito, é escolhido um núcleo é feita uma pesquisa antes. E assim, lá você vê, a gente tem treze alunos, tem dia que tem oito, tem dia que tem cinco. Não vale o gasto.

Paula: Como essa pesquisa é realizada?

Coordenação: A pesquisa é realizada na casa das pessoas, tipo o censo perguntando de porta em porta. Até porque os professores. Nós é que fazemos a panfletagem do Programa e lá mesmo tem um retorno. Para cá a gente já tem um retorno maior. Para você ter uma noção, lá não vai abrir, então já sabe que lá não vai abrir, a princípio só aqui. Para essa turma nova já tem 110 alunos matriculados. Vai começar em 22 de fevereiro.

Paula: Nas turmas anteriores o BEM já existia?

Coordenação: Não, não tinha.

Paula: O que aconteceu com os alunos da turma anterior?

Coordenação: Então ... Alguns a gente tem contato, alguns estão trabalhando, a grande maioria conseguiu fazer o ensino médio, está fazendo o ensino médio. Outros estão trabalhando, alguns mudaram. A gente tem uma aluna que hoje esta fazendo formação de professores e trabalha numa escola particular como auxiliar. É auxiliar de criança e está feliz da vida, está fazendo magistério. Mudou realmente a vida dela, tudo por uma questão do Projovem, era uma aluna maravilhosa.

Paula: Você conhece algum ex- aluno que exerça a profissão de auxiliar administrativo?

Coordenação: Não. Porque não era administrativo, o arco era turismo. O arco que acabou era turismo.

Paula: E porque houve a mudança?

Coordenação: Foi uma questão estrutural e o público também.

Paula: Foi realizada alguma pesquisa para a oferta do arco administrativo?

Coordenação: Não. Foi uma questão mesmo de tato. Foi muito legal, é um arco muito interessante, mas para o local... As aulas foram muito boas, a professora muito qualificada, era do CEDERJ. Eu acho que o administrativo é por isso também e o BEM entrou pelo administrativo também.

Paula: Quantas turmas de ProJovem já teve no Município?

Coordenação: Essa agora é a segunda. O que a gente queria agora para o município era o arco da beleza, que a gente não conseguiu ainda, quem sabe no próximo.

Paula: Tem que fazer algum pedido ao governo federal para a oferta desse arco?

Coordenação: Não tem que fazer pedido nenhum. Até porque quando você escolhe o arco, você faz a opção de ter o ProJovem no Município, tem uma série de arcos que você pode escolher.

Paula: Então é a prefeitura que escolhe o arco?

Coordenação: Na realidade o que a gente queria era o arco de beleza, mas não foi possível porque nós não conseguimos parcerias dentro do Município para o arco da beleza. Porque a verba que a gente recebe não pode comprar bem, eu não posso comprar um secador, porque é bem durável. O que a gente tinha que fazer? A gente já andou vendo. A gente tinha que locar um espaço que pudesse ter esses materiais disponíveis, próximo ao nosso núcleo. E não tem. Para eu alocar, primeiro, a documentação desse local tem que está toda em dia, porque vai para o Ministério Público. Aqui próximo não tem. O administrativo a gente monta o escritório aqui na escola mesmo, faz os arquivos. Agora beleza, como é que vai cortar o cabelo? Algumas coisas a gente pode até alugar, por exemplo, a gente podia alugar a cadeira do salão e outros equipamentos também, só que tudo isso é licitação. Não deu tempo para gente fazer isso. Aí por isso nesse núcleo que vai entrar não foi autorizado. Quem sabe na outra a gente já pode se organizar, mas tem também a questão da parceria que é mais complicado.

Paula: O município tem interesse em continuar com o Programa?

Coordenação: O interesse do município é continuar com o Programa, é estender até em outras escolas. Que haja um polo, dois, três no mesmo lado.

Paula: Você acha que a formação oferecida no ProJovem é suficiente para disputar uma vaga de emprego?

Coordenação: Depende do aluno. Vou ser sincera com você, não é como a escola regular, todo dia. Até porque assim, o Projovem, ele já é todo por módulo. São seis unidades formativas, já é todo divididinho e tem aquelas questões. Hoje estabelecemos prioridades. Hoje a gente tem priorizado, realmente, o que esse aluno precisa. A gente pega o livro que tem dez capítulos, daqueles dez capítulos a gente retira o que realmente precisa passar para o meu aluno naquele trimestre.

Paula: A carga horária do curso de auxiliar administrativo é a mesma de outros cursos?

Coordenação: Eu não sei. Eles começam com o técnico desde início. Primeiro é o FGV, formação geral para todos eles, que é o administrativo. Agora, a partir da quarta unidade



formativa que fica específico. Que fica o que o almoxarife faz e fica mais específico. Tem a questão dos saberes que a gente tem que levar em consideração. Tem a questão da falta, da infrequência, tem isso que também conta no ProJovem. A gente tem alunos aqui excelentes, excelentes, excelentes no ProJovem, que disputariam vagas... A gente mesmo encaminhou para uma série de entrevistas, mas aí... Às vezes porque é longe, porque não quer ir, não tem dinheiro da passagem para ir.

Paula: Para onde esses alunos foram encaminhados?

Coordenação: Nós encaminhamos uma lá para baixo, não para administrativo, para lanchonetes. É porque é a necessidade real da pessoa, a gente não consegue ainda o administrativo. Duas quase foram, não foram porque, realmente, a questão da distância. Depois desistiram, “a... eu não vou mais para a entrevista não”. Você não chega lá e consegue o emprego na hora, você passa por uma série de avaliações [né?].

Paula: Mas você acha que com a formação do ProJovem esse aluno tem chance de conseguir uma oportunidade de trabalho?

Coordenação: Só depende deles, o grupo de professores é muito bom, não estou defendendo não. É um grupo que leva a sério quando esta em sala de aula, realmente, dá atenção ao aluno. Eles dão plantão, chegam cedo, tiram dúvidas. Hoje mesmo a professora chegou 15 para as seis e o aluno também estava lá na aula particular. O aluno tem querer, o professor está aqui. Alguns conseguem. Muitos já não estão porque arrumaram emprego ao longo do caminho. Outros, realmente, não arrumaram porque querem algo melhor, querem estudar e sabem que só conseguem emprego estudando [né?], senão não tem jeito, vai fazer faxina. Não desmerecendo não, até porque é útil e a gente... Precisa dessa mão de obra, a gente precisa dessas pessoas que façam e façam com eficiência. Mas eles não querem. A maioria deles não querem mais isso, querem trabalhar, um trabalho digno.

Paula: Muito obrigada.

Coordenação: De nada.

#### ANEXO IV

##### **Entrevista transcrita com o Professor de Administração do ProJovem de Mesquita em março de 2014.**

Entrevistado: Professor do ProJovem

Paula: Boa noite e obrigada por participar.

Professor: De nada.

Paula: Como você se tornou professor do Projovem?

Professor: No Município de Mesquita, as vagas destinadas ao corpo docente do ProJovem são oferecidas primeiramente aos professores efetivos da rede. De acordo com o número de interessados e o que sobrar, as vagas são oferecidas para a população para contrato.

Paula: O que você destaca de positivo no Programa?

Professor: A oportunidade de projeção que o programa oferece aos alunos, permitindo uma expansão de perspectiva que eles não têm, ou que eles não tinham. O corpo docente é maravilhoso, que proporciona isso aos alunos. Um grupo bom de professores com uma bagagem de conhecimento muito grande acaba também promovendo isso nos alunos [né?]. E também o incentivo moral porque o ProJovem não é um programa de formação institucional, estudantil, mas também de um trabalho social, que acaba trabalhando a questão da autoestima deles, valorização. Enfim o cunho tanto profissional, discente e social, os três juntos num programa só.

Paula: O que você enxerga de negativo no Programa?

Professor: A questão de ter uma camada que necessita desse suporte como manobra de governo, como manobra de massa do governo, como todos os programas sociais e educativos no Brasil.

Paula: Você acha que a criação do ProJovem foi uma decisão acertada?

Professor: A criação do Programa foi uma coisa boa, tanto de forma nacional, como também acho válida a condução dele dentro dos municípios. Poderia até ser mais explorado, mais desenvolvido, mas essa ordem vem de cima mesmo. A gente percebe que o governo federal faz a propaganda, mas não dar o suporte que ele poderia dar e tudo mais. Achei válido sim, mais até pelo trabalho desenvolvido no local, dos profissionais que realmente se importam com os alunos do que com a esfera federal.

Paula: O que você acha que falta para que o Programa se torne efetivo?

Professor: A EJA poderia se unificar ao ProJovem, se tornar uma coisa só, renderia muito mais frutos, até mesmo pela questão profissional. Eles também recebem a bolsa auxílio isso poderia ajudar. Os dois programas unificados poderiam atender a demanda que vem crescendo cada vez mais e também ampliar os campos de formação de

acordo com as necessidades locais e abrangendo as necessidades sociais do resto da sociedade brasileira, desenvolvimento industrial, etc.

Paula: Você acha que o ProJovem poderia ajudar os alunos a ingressarem no mercado de trabalho?

Professor: Sim, porque todos os professores têm colaborado para isso.

Paula: E o resultado tem sido positivo?

Professor: Sim. Porque a professora de participação cidadã tem indicado as vagas de emprego [pausa], tem auxiliado e todos os professores tem dado um suporte para ingressarem no mercado de trabalho.

Paula: Você acredita que a formação oferecida pelo Programa é suficiente para o ingresso no mercado de trabalho?

Professor: Não, mas é uma questão de estruturação do próprio projeto do governo federal. A gente nota que não tem uma competência tão técnica quanto deveria, já que os jovens estão indo para o mercado de trabalho. O governo federal poderia ser específico, assim como a Faetec, Pronatec. Esses programas técnicos e atender ao ProJovem.

Paula: Você está satisfeito em trabalhar no ProJovem?

Professor: Estou super satisfeito. Pela equipe de trabalho pela aceitação dos alunos. No fundo acaba que vemos o benefício que trazemos para a vida dos alunos em todos os aspectos e isso é uma coisa que não tem preço.

Paula: Você espera que o ProJovem mude alguma coisa na vida dos alunos?

Professor: Que eles consigam colocar em prática todas as coisas que nos tentamos passar para eles, tanto do cunho profissional, a bagagem cultural, mas principalmente da bagagem humana, do desenvolvimento humano.

Paula: Você acha que o ProJovem atingi esses objetivos aqui com os alunos?

Professores de diversas disciplinas: O ProJovem em Mesquita é um sucesso. Mas esse se deve ao empenho da equipe do programa, principalmente dos professores que se envolvem com os alunos e tentam mudar as suas vidas.

Paula: Obrigada.

Professor: De nada.

## Anexo V

Vagas disponíveis no Banco de Empregos de Mesquita (BEM) em novembro de 2014.

[www.ciaca.org.br](http://www.ciaca.org.br)

Aprendiz de Balconista São João de Meriti <b>ASSINA CARTEIRA</b> <b>04 VAGAS</b>	EM MÉDIA SALARIO MINIMO (12:00 às 18:00 H) TRANSPORTE+ALIM. LOCAL (2 FOLGAS SEMANAIS)	<b>RAPAZES</b> COM ENSINO FUNDAMENTAL NO MINIMO, QUE USE BILHETE ÚNICO <b>IDADE: 18 A 23 ANOS</b>
Aprendiz de Balconista Comendador Soares <b>ASSINA CARTEIRA</b> <b>01 VAGA</b>	EM MÉDIA SALARIO MINIMO (14:00 as 20:00 H) TRANSPORTE+ALIM. LOCAL (2 FOLGAS SEMANAIS)	<b>RAPAZES</b> COM ENSINO FUNDAMENTAL NO MINIMO, QUE USE BILHETE ÚNICO <b>IDADE: 16 A 23 ANOS</b>
Aprendiz de Balconista Miguel Couto <b>ASSINA CARTEIRA</b> <b>03 VAGAS</b>	EM MÉDIA SALARIO MINIMO (08:00 as 14:00 ou 14:00 as 20:00 H) TRANSPORTE+ALIM. LOCAL (2 FOLGAS SEMANAIS)	<b>RAPAZES</b> COM ENSINO FUNDAMENTAL NO MINIMO, QUE USE BILHETE ÚNICO <b>IDADE: 16 A 23 ANOS</b>
Aprendiz de Balconista Ponto Chic <b>ASSINA CARTEIRA</b> <b>03 VAGAS</b>	EM MÉDIA SALARIO MINIMO (08:00 as 14:00 ou 14:00 as 20:00 H) TRANSPORTE+ALIM. LOCAL (2 FOLGAS SEMANAIS)	<b>RAPAZES</b> COM ENSINO FUNDAMENTAL NO MINIMO, QUE USE BILHETE ÚNICO <b>IDADE: 16 A 23 ANOS</b>
Aprendiz de Balconista Caxias <b>ASSINA CARTEIRA</b> <b>01 VAGA</b>	EM MÉDIA SALARIO MINIMO (09:00 as 15:00 H) TRANSPORTE+ALIM. LOCAL (2 FOLGAS SEMANAIS)	<b>RAPAZES</b> COM ENSINO FUNDAMENTAL NO MINIMO, QUE USE BILHETE ÚNICO <b>IDADE: 16 A 23 ANOS</b>
Estagiário de Atendente de Salão Centro do RJ <b>ASSINA CARTEIRA</b> <b>02 VAGAS</b>	EM MÉDIA SALARIO MINIMO (08:00 as 14:00 H) TRANSPORTE+ALIM. LOCAL (2 FOLGAS SEMANAIS)	<b>RAPAZES</b> COM ENSINO FUNDAMENTAL NO MINIMO, QUE USE BILHETE ÚNICO <b>IDADE: 16 A 23 ANOS</b>